

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ANAYARA RAISSA PEREIRA DE SOUZA

**REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

FRANCA

2017

ANAYARA RAISSA PEREIRA DE SOUZA

**REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, pela Área de concentração: Serviço Social e Formação Profissional.

Orientador: Profa. Dra. Adriana Giaqueto Jacinto

FRANCA

2017

Souza, Anayara Raissa Pereira de
Reflexões sobre o trabalho do assistente social na Assistência
Estudantil / Anayara Raissa Pereira de Souza. – Franca :
[s.n.], 2017.
120 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Esta-
dual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Orientadora: Adriana Giaqueto Jacinto

1. Serviço Social – Educação. 2. Prática profissional.
3. Assistência social – Estudantes. I. Título.

CDD – 363

ANAYARA RAISSA PEREIRA DE SOUZA

**REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como requisito para
obtenção do título de Mestre em Serviço Social, pela Área de concentração:
Serviço Social e Formação Profissional.**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof. Dra. Adriana Giaqueto Jacinto

1º Examinador(a): _____

2º Examinador(a): _____

Franca, ____ de _____ 2017.

AGRADECIMENTOS

Aos meus grandes amigos e anjos protetores, Elaine e Matheus, que me acolheram com muito amor e que desde 2006 são minha família em Franca, os quais ao longo desta trajetória nos presentou com a chegada do nosso afilhado Davi, obrigada por tudo

Aos meus pais, pela inspiração, compreensão e amor que foram fundamentais nesta caminhada.

Aos meus avós, que são exemplos de luta e a motivação para que eu supere todas as dificuldades cotidianas. É tão bom saber que vocês estão presentes neste momento tão especial, eu me esforcei para aproveitar as oportunidades que vocês não tiveram.

Ao meu amor Everton, pelo companheirismo e incentivo constantes. Pelas nossas construções afetivas que fazem com que eu me sinta mais forte para os desafios.

Ao meu irmão e familiares, por todo afeto e torcida

À Professora Dra. Adriana Giaqueto, pelo aprendizado, pela serenidade e convivência carinhosa nos últimos anos. Além de minha orientadora, tornou-se uma grande amiga.

Aos professores, técnicos administrativos e colegas do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de São Paulo - UNESP/ Franca. Em especial à Andrea, uma querida amiga que reencontrei no mestrado e que foi muito importante nesta caminhada.

Ao Prof. Ney Luiz Teixeira de Almeida da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, pelo carinho e generosidade com que me acolheu nos momentos de angustias na construção da dissertação. Imensa gratidão ao seu comprometimento com a construção de conhecimento, você é um exemplo para mim!

À Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL, pelo incentivo à minha qualificação profissional.

Aos profissionais que colaboraram com a pesquisa, pela seriedade e empenho na defesa da assistência estudantil como um direito fundamental à educação.

Aos amigos e amigas, pela compreensão durante as minhas ausências e pelas manifestações de apoio e carinho neste percurso.

“A crise na educação no Brasil não é uma crise; é um projeto.”

Darcy Ribeiro

SOUZA, Anayara Raissa Pereira de. **Reflexões sobre o trabalho do assistente social na assistência estudantil**. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado, intitulada “Reflexões sobre o trabalho do Assistente Social na Assistência Estudantil”, teve como objetivo de estudo analisar o trabalho do Serviço Social na Assistência Estudantil no contexto das Pró-Reitorias de Assuntos Comunitários e Estudantis nas seguintes instituições: Universidade Federal de Alfenas, Universidade Federal do ABC e da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. A metodologia utilizada foi pautada na pesquisa bibliográfica, documental e de campo, sob referência do método materialista histórico dialético. Aborda brevemente o papel do Estado na dinâmica da luta de classes, faz aproximações à concepção de educação que orienta o trabalho do assistente social. Foi possível apreender as medidas da contrarreforma da educação e os rebatimentos na Assistência Estudantil, à qual tem se pautado na lógica programática e seletiva. Diante deste cenário complexo em que se inscreve a prática profissional do assistente social, refletimos sobre as condições concretas de realização do exercício profissional nas IFES, destacando ao longo desta investigação a dimensão educativa do trabalho como forma de enfrentamento dos desafios cotidianos e também como potencialidade para a construção de um exercício profissional orientado pelos princípios do Projeto Ético Político do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social. assistência estudantil. exercício profissional.

SOUZA, Anayara Raissa Pereira de. **Reflexões sobre o trabalho do Assistente Social na Assistência Estudantil**. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2017.

ABSTRACT

This dissertation, entitled "Reflections on the Work of the Social Worker in Student Assistance", aimed to study the work of the Social Work in Student Assistance in the context of the Pro-Rectorates of Community and Student Affairs in the following institutions: Federal University of Alfenas, Federal University of ABC and the Federal University of Triângulo Mineiro. The methodology used was based on bibliographical, documentary and field research, with reference to the dialectical historical materialist method. It briefly addresses the role of the state in the dynamics of the class struggle, makes approximations to the conception of education that guides the work of the social worker. It was possible to grasp the measures of the counterreformation of education and the refutations in Student Assistance, which has been based on the programmatic and selective logic. Faced with this complex scenario in which the social worker's professional practice is inscribed, we reflect on the concrete conditions for the professional exercise in the IFES, highlighting throughout this research the educational dimension of work as a way of coping with everyday challenges and also as a potential for the construction of a professional exercise guided by the principles of the Social Service Political Ethics Project.

Keywords: Social Work. student assistance. professional exercise.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Auxílios Estudantis	67
Quadro 2 - Demonstrativo dos benefícios/ beneficiários/ despesas de 2015	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Disposição numérica da abrangência dos auxílios concedidos aos estudantes.....	68
---	----

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ANDIFES	Associação Nacional de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior
CA	Centro Acadêmico
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEDEPSS	Centro de Estudos e Projetos em Educação, Cidadania e Desenvolvimento Social.
CEUFE	Centro Universitário Federal
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CONSUNI	Conselho Universitário
COPAES	Comissão Provisória de Assistência Estudantil
GRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central de Estudantes
EFOA	Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró- Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MPOG	Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão
NAD	Núcleo de Apoio ao Discente
NAE	Núcleo de Acompanhamento de Estágio
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação
PEP	Projeto Ético-Político

PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAS	Plano Nacional de Assistência Social
PRACE	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
PROACE	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
PROAP	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas
PROPLADI	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	Restaurante Universitário
SEMESP	Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFL	Universidade Federal de Lavras
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESP	Universidade do Estado de São Paulo
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 A DINÂMICA DAS CLASSES SOCIAIS NA SOCIABILIDADE BURGUESA.....	17
1.1 A Categoria trabalho e os seus desdobramentos para se pensar o Serviço Social e a educação	25
1.2 Contextualizando a Assistência Estudantil	37
CAPÍTULO 2 O SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	45
2.1 O Projeto Profissional dos Assistentes Sociais	45
2.2 A educação que queremos.....	49
CAPÍTULO 3 A CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA	59
3.1 Breve histórico das instituições e da Assistência Estudantil	63
3.1.1 A Universidade Federal de Alfenas	63
3.1.2 A Universidade Federal do ABC.....	69
3.1.3 A Universidade Federal do Triângulo Mineiro	73
3.2 O trabalho do assistente social na assistência estudantil	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS.....	104
APÊNDICES	
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM AS ASSISTENTES SOCIAIS DAS IFES.....	114
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO.....	116
ANEXOS	
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....	118

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa intitulada “Reflexões sobre o trabalho do Assistente Social na Assistência Estudantil” foi motivada pela atuação profissional da autora neste espaço sociocupacional. A pesquisadora ao iniciar o trabalho na Assistência Estudantil, na Universidade Federal de Lavras verificou a existência de um restrito acervo teórico que trate especificamente do trabalho do assistente social no desenvolvimento da Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino (IFES), bem como observou em sua trajetória e dialogou com profissionais e estudantes de graduação que o tema é pouco abordado na formação. Tais percepções guardam estrita relação com a constituição do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e com a inserção dos assistentes sociais como trabalhadores que atuam na implementação desta política ainda consideradas muito recentes.

A definição do tema guarda estrita relação com o compromisso da autora em relação à realização de um trabalho responsável e qualificado atuando hoje na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) *Campus* de Poços de Caldas. Investigar a prática profissional possibilitou a compreensão para além das aparências dos fenômenos que se apresentam na realidade, dos limites político - institucionais e a construção de parâmetros para uma prática orientada pela busca da emancipação humana. Diante disto, há a clareza que os conhecimentos produzidos, como parte da dinâmica social, estão em constante movimento e são provisórios.

O enfoque da pesquisa é compreender o trabalho do assistente social na Assistência Estudantil, apreender o que é particular ao Serviço Social neste espaço sociocupacional, tendo em vista à apreensão dos perfis das participantes da pesquisa de campo, as atividades profissionais desenvolvidas, as peculiaridades do trabalho, os desafios e as potencialidades na percepção das entrevistadas. Em função de não se constituir objetivo deste trabalho e não termos condições para uma análise mais aprofundada sobre a temática resgatamos brevemente a trajetória e a configuração da política de educação, para assim entendermos o exercício profissional. Deste modo, o primeiro capítulo abordará a política social e o Estado na sociabilidade burguesa, à trajetória e os dilemas da contrarreforma da educação, a assistência estudantil e aproximações com a concepção de educação que os

assistentes sociais defendem pautados no Projeto Ético Político (PEP) do Serviço Social.

Motivados pelo intuito de refletir sobre a configuração da realidade do conjunto dos assistentes sociais que atuam nas IFES, diante de uma queixa comum, relatada nos grupos de trabalho do Fórum Nacional de Pró- Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) sobre a existência de um sentimento de que o trabalho profissional é desqualificado, há diversos relatos da intensificação das atividades burocráticas, a frieza e a rigidez das análises socioeconômicas que em muitas IFES acabam por ocupar a centralidade das ações profissionais. Para tanto tínhamos algumas hipóteses e uma delas é a da compreensão que um dos determinantes do trabalho é a condição de assalariamento do assistente social, a qual lida com requisições institucionais que condicionam suas atividades. Para tanto iremos analisar sucintamente a gestão técnica e administrativa das Pró- Reitorias das IFES pesquisadas. Outra hipótese que apontávamos era de que na ausência de um projeto profissional do Serviço Social, as volumosas demandas institucionais atribuídas ocupavam todo o tempo do trabalho.

Neste sentido, o segundo capítulo está constituído de uma breve caracterização do perfil das profissionais e das IFES, a estruturação das Pró-Reitorias e o seu funcionamento. Abordamos o trabalho do assistente social desde a profissionalização no capitalismo monopolista, os rebatimentos das transformações societárias no exercício profissional e as particularidades do processo de trabalho na Assistência Estudantil.

Verificamos que a educação é considerada como campo lucrativo ao capital e sempre se relacionou com as formas de dominação em determinados momentos da história. A educação representa uma forma de intervenção do Estado, de disputa entre as classes fundamentais. A política de educação superior, sobretudo a partir de 1990, está tensionada e delineada pelos ditames dos organismos internacionais do grande capital sob a estruturação das políticas neoliberais. Embora tenha ocorrido à ampliação do acesso e permanência na universidade, a educação não pode ser considerada direito social universalizado.

Adentramos os anos 1990 com as garantias dos direitos sociais assegurados na Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988), mas devido à retração do papel do Estado, orientada por políticas neoliberais, não se efetivou. A educação passa a ser concebida como serviço a ser consumido, verifica-se a expansão

maciçamente via instituições privadas, a privatização no interior das instituições públicas, ou seja, um processo de sucateamento das Instituições Federais de Ensino. No entanto, toda esta lógica é difundida no discurso hegemônico do capital como a democratização do acesso à educação.

Vimos em Paulo Netto (2011, p. 29), pelas contradições inerentes ao capitalismo monopolista, o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável às demandas das classes subalternas, que podem atender às reivindicações dessas classes, mas que também estas demandas podem ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ ou indireto da maximização dos lucros.

O que apreendemos também na construção desta pesquisa é que a dinâmica do trabalho, alterada pela reestruturação produtiva e seus impactos nos negócios privados, foi transferida para o setor público. O trabalho complexo foi transformado em trabalho simples, que com o incremento de tecnologias, intensifica a exploração dos trabalhadores. E, deste modo, o assistente social, na condição de trabalhador assalariado, também é afetado pelas mudanças no mundo do trabalho.

No terceiro capítulo abordamos a trajetória da relação entre a educação e o Serviço Social, as demandas historicamente colocadas à profissão e as respostas elaboradas pela categoria. Vemos que a condição concreta de realização do trabalho e a condição de assalariamento dos profissionais são fatores determinantes, estes impõem desafios à realização do trabalho na perspectiva do Projeto Ético Político (PEP). Veremos que para a ampliação da atuação profissional, para além da centralidade que as análises socioeconômicas ocupam no cotidiano, as profissionais podem contribuir para a defesa da construção de espaços democráticos, participativos e, sobretudo, qualificar e dar ênfase à dimensão educativa do trabalho como uma potencialidade.

Na busca de desvendar no cotidiano o que é a atuação profissional do Serviço Social na educação é imprescindível conhecer a realidade da forma mais completa possível. Para tanto, o método que orientou a construção da pesquisa foi o materialismo histórico dialético,

O método dialético que desenvolveu Marx, o método materialista histórico dialético, é método de interpretação da realidade, visão de mundo e práxis. A reinterpretação da dialética de Hegel (colocada por Marx de cabeça para baixo), diz respeito, principalmente, à

materialidade e à concreticidade. Para Marx, Hegel trata a dialética idealmente, no plano do espírito, das ideias, enquanto o mundo dos homens exige sua materialização. (PIRES, 1997, p. 86).

O foco da pesquisa é buscar melhor compreender o trabalho do assistente social na Assistência Estudantil das seguintes IFES: Universidade Federal do ABC (UFABC); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).

Os sujeitos da pesquisa são assistentes sociais das IFES, cada instituição foi representada por uma assistente social que atue na Assistência Estudantil. Após a devida aprovação da Plataforma Brasil, a coleta de dados foi realizada por meio de questionário semiestruturado, que se encontra em apêndice. Cabe esclarecer que objetivávamos realizar entrevistas semiestruturadas, no entanto, com as restrições orçamentárias impostas, não foi possível. Após consulta às profissionais, decidimos, então, enviar o questionário por e-mail e esclarecer eventuais dúvidas por e-mails e telefone. Havia sido proposto que a investigação ocorresse em quatro IFES, no entanto, ocorreu que uma delas, a Universidade Federal de Viçosa (UFV), não ofereceu devolutiva do questionário enviado e em contatos realizados com a equipe foi esclarecido que não seria possível colaborar em função do excesso de trabalho que todas as profissionais estavam submetidas.

A escolha das universidades se deu devido à busca da compreensão de realidades distintas, a UNIFAL e a UFTM estão localizadas em Minas Gerais, sendo que as profissionais que contribuíram com a pesquisa são lotadas em Varginha e Uberaba, respectivamente. Já a UFABC está localizada em São Paulo e a profissional que colaborou com a pesquisa está lotada em Santo André. Outro fator importante para a escolha destas IFES foi a facilidade de comunicação com estas instituições, visto que as profissionais participam do FONAPRACE e possuem contato por grupos de trabalho do fórum. Durante o processo de construção da pesquisa de campo, realizamos diversos contatos com as profissionais tanto por e-mail quanto por telefone para um melhor entendimento das informações prestadas.

No que se refere aos princípios éticos da pesquisa científica, com o intuito de manter o sigilo e o respeito com as participantes, não as mencionaremos por nomes, na descrição das falas serão utilizadas apenas entrevistada A, B e C para identificá-las, assim serão preservadas as suas identidades.

A pesquisa tem teor teórico e empírico, o que nos possibilitou uma melhor compreensão da realidade estudada, demandando também um trabalho minucioso para análise do referencial teórico que compôs a bibliografia.

Cabe destacar que ao concluir esta pesquisa, os resultados obtidos serão socializados com os participantes e será disponibilizada uma cópia da redação final da dissertação para que as IFES possam ter em seu acervo já que poderá contribuir com os trabalhos realizados. Almejamos, ainda, apresentar a pesquisa em futuros eventos que abordem a temática, de forma a fomentar maiores estudos e discussões acerca do que é o trabalho do assistente social na Assistência Estudantil.

CAPÍTULO 1 A DINÂMICA DAS CLASSES SOCIAIS NA SOCIABILIDADE BURGUESA

O percurso histórico do processo de formação e manutenção do Estado e a constituição de políticas públicas não podem ser compreendidos em uma cronologia com definições de marcos temporais, estão intrinsecamente relacionados ao desenvolvimento do capitalismo, ao agravamento das manifestações da questão social¹, que se refere à contradição entre capital e trabalho, ao aprofundamento das desigualdades sociais e as respostas engendradas pelas classes sociais para garantir direitos. Como afirma Paulo Netto (2005, p. 19), “[...] no último quartel do século XIX”, surge o capitalismo dos monopólios e segundo Pastor e Brevilheri (2009, p. 137) a produção e o capital passam a se concentrar “[...] nas mãos de grandes corporações”, o período histórico em que se situa a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista está entre os anos de 1890 a 1940, observa-se a acentuação das contradições, da exploração e da alienação próprios à ordem burguesa.

A idade do monopólio altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: ao mesmo tempo em que potencializa as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial [...] as combina com novas contradições e antagonismos. (PAULO NETTO, 2005, p. 19-20).

Tais contradições tornam-se ainda mais evidentes quando em 1929 ocorre uma crise que abala a economia mundial, a mesma teve origem nos Estados Unidos, grande potência econômica e afetou todo o mundo, pois a partir deste momento são estabelecidas relações capitalistas intensas e aceleradas, com graves consequências para as classes sociais, o Estado e as respostas à questão social.

Dentro dessa agenda, desde a fase do Estado de compromisso, além da perspectiva de dar um salto adiante do ponto de vista econômico impulsionando as demais oligarquias agrárias e a indústria, estavam pendentes a regulamentação do trabalho e o enfrentamento da questão social, até então vista exclusivamente como questão de polícia [...]. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 106).

¹ Segundo Yamamoto (2000, p. 23) “Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.”

No Brasil em 1930 o governo Getúlio Vargas, em seu primeiro mandato, enfrentou o movimento operário nascente se utilizando da força policial, mas também de medidas para regulamentação do trabalho no país, buscando apoio e convergência para a conciliação das classes.

Após a crise, o Estado passa a ser composto por instituições, que começam a gerir vários setores da sociedade, pois o mesmo agora pretende oferecer contenção para as necessidades dos trabalhadores.

A expansão do setor público, por meio de sua estrutura administrativa, com um corpo especializado, foi uma das necessidades encontradas para que o Estado pudesse ser norteador da economia e capaz de implementar as medidas desejáveis. Torna-se, portanto, um Estado burocratizado que atua por meio do chamado sistema estatal. (PASTOR; BREVILHERI, 2009, p. 138).

O Estado passa a ter maior relevância no reestabelecimento da economia, delineando estratégias para o enfrentamento das mazelas da ordem burguesa e com tais medidas pretendia-se conferir estabilidade à mesma. O capitalismo viveu uma fase de crescimento, a estabilidade econômica foi fator fundamental para tanto, nesse período que se tratava do pós Segunda Guerra Mundial. Segundo Almeida e Alencar (2011), o período pós - guerra foi marcado por uma ampla intervenção sobre a questão do excedente de trabalho. O termo “massa” passou a ser utilizado para se referir à classe trabalhadora que se tornou o alvo de novas investidas, a fim da manutenção da ordem e garantia de mão de obra pacífica.

Entendemos, pois, que o intuito nesse momento histórico foi instaurar a sensação de estabilidade e com isso evitar as reivindicações da classe trabalhadora, o que acabou funcionando por um tempo e levou as lideranças operárias a realizarem acordos com o Estado a fim de alcançar condições, no mínimo, humanas de trabalho. Entretanto, cabe destacar que conforme analisam Almeida e Alencar (2011), é a partir principalmente deste período que o Estado brasileiro tornou-se fundamental para possibilitar o processo de acumulação capitalista no país, assumindo, inclusive, as demandas referentes à reprodução da força de trabalho.

Em comparação com o capitalismo concorrencial, o de monopólios busca apresentar uma nova abordagem desse modo de obter lucros, o que obviamente não é alcançado, visto que a produção em larga escala para a obtenção e

manutenção dos lucros segue sendo a única e principal protagonista desse sistema. Para Paulo Netto (2005, p.24)

[...] o capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a sociabilização da produção e a produção privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados.

Como já foi dito anteriormente, o Estado surge em uma relação intrínseca com a burguesia com a finalidade de garantir que a propriedade privada se mantenha nas mãos daqueles que detém o capital. Mas, ainda segundo Paulo Netto (2005, p. 24),

Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômica desde dentro, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas.

Toda a contradição existente no capitalismo concorrencial é mantida no de monopólios, tenta-se saná-la com a reformulação do Estado, designando a ele um papel com maior importância e decisão dentro desse sistema de exploração.

A necessidade de uma nova modalidade de intervenção do Estado decorre primariamente, como aludimos, da demanda que o capitalismo monopolista tem de um vetor extra-econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos. O eixo da intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios – e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções. (PAULO NETTO, 2005, p. 25).

As funções do Estado irão se dividir em diretas e indiretas e vão desde o fornecimento a baixo custo de energia para empresários, a liberação da privatização de empresas estatais, até o investimento em infraestrutura e transporte público, por exemplo.

A intervenção estatal macroscópica em função dos monopólios é mais expressiva, contudo no terreno *estratégico*, onde se fundem atribuições diretas e indiretas do Estado: trata-se das linhas da direção do desenvolvimento, através de planos e projetos de médio e longo prazo; aqui, sinalizando investimentos e objetivos, o Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando

notadamente como um administrador dos ciclos de crise. (PAULO NETTO, 2005, p. 26, grifo do autor).

As contradições presentes no sistema capitalista monopolista referente ao campo político-social serão a tônica para o surgimento da necessidade de se dar mais atenção à questão social, principalmente no que se refere ao ônus gerado ao capitalismo ao deixar de considerá-la. “A lógica dominante do monopólio não exclui o tensionamento e a colisão nas instituições a seu serviço, exceto quando o grau de esgarçamento deles derivado põe em risco a sua reprodução.” (PAULO NETTO, 2005, p. 28). Diante do exposto, fica claro que o Estado, ao assumir um caráter político e social, não está agindo de forma livre e espontânea, tudo está articulado para possibilitar o processo de acumulação capitalista. Os conflitos e contradições encontrados dentro do sistema são resolvidos de uma maneira que não gere ônus para o mesmo. Nesse momento se consolida uma política social de Estado, política que se refere à oferta de meios para o controle da classe trabalhadora. Mas que também representa de alguma forma limites à exploração do capital sobre a classe que vive do trabalho, nesta perspectiva se configura como uma conquista da luta dos trabalhadores. Para Paulo Netto (2005 p. 30)

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorporam sistemas de consenso variáveis, mas operantes.

A política social ocupa então a centralidade no enfrentamento da questão social, aqui inscrita na contradição entre a produção da riqueza socializada e a apropriação privada e tem sua funcionalidade bem delineada no que se refere à manutenção do controle da força de trabalho. “Este processo levou ao princípio da *segurança social*, a partir do qual os assalariados deveriam ter cobertura *contra toda perda de salário corrente*.” (BEHRING, 2009, p. 31, grifo do autor).

Essa luta entre capital e trabalho também foi responsável pela emergência de ações por parte do Estado e de outras instituições, para amenizar a desigualdade social que brota, necessariamente, da exploração do capital sobre o trabalho. Importante observar que essas políticas sociais não serão simples concessões do Estado burguês, mas resultarão sempre, em grau maior ou menor, da luta entre capital e trabalho. Deste modo, elas poderão contribuir mais para a reprodução dos interesses do capital ou para a defesa dos

interesses dos trabalhadores. Tudo dependerá do estado da luta entre as forças em confronto. (TONET, 2005, p. 281).

Para tanto, o Estado entra em ação com o intuito de conter uma possível crise na classe operaria criando medidas para estabelecer a proteção social e apresentando alguns avanços com relação à perspectiva da emancipação política.

Conforme as lutas em busca de uma política social que resguardasse direitos aos trabalhadores foram ampliadas, as conquistas alcançadas por esses, também cresciam, abrangendo agora habitação, saneamento, saúde, educação entre outros.

No desenvolvimento do processo de acumulação capitalista – e nas crises do capitalismo – as formas de utilização tradicionais da força de trabalho se deterioram, são até mesmo destruídas, escapando à competência dos próprios indivíduos a decisão quanto à sua utilização. Relacionado a isto, funções tradicionalmente não sujeitas ao controle estatal e circunscritas às esferas privadas da sociedade - inclusive a educação – passam a ser desempenhadas pelo Estado. (HÔFLING, 2001, p. 33).

Neste contexto, a política social é fruto da necessidade de amenizar as desigualdades sociais e conter a luta dos trabalhadores em busca de melhorias em suas condições de sobrevivência, como afirma Piana (2009, p. 19):

[...] as políticas sociais brasileiras sempre tiveram um caráter assistencialista, paternalista e clientelista, com o qual o Estado, por meio de medidas paliativas e fragmentadas, intervém nas manifestações da questão social, preocupado, inicialmente, em manter a ordem social. São elas formatadas a partir de um contexto autoritário no interior de um modelo de crescimento econômico concentrador de renda e socialmente excludente.

No período da ditadura militar, ampliou-se a cobertura da política social, notadamente com ações conservadoras e tecnocráticas. Demarcando a contradição da expansão de direitos sociais e à restrição de direitos civis e políticos, o que caracterizou a modernização do aparato varguista para Behring e Boschetti (2008). Neste processo de modernização conservadora, a questão social é tratada com medidas de repressão e assistência, assim os militares buscaram reprimir todas as perdas e retrocessos do período com a expansão e modernização de políticas sociais.

Contudo, no mesmo passo em que se impulsionavam políticas públicas mesmo restritas quanto ao acesso, como estratégia de busca de

legitimidade, a ditadura militar abria espaço para a saúde, previdência e educação privadas, configurando um sistema dual de acesso às políticas sociais: para quem pode e para quem não pode pagar. Essa é a uma das principais heranças do regime militar para a política social e que nos aproxima mais do sistema norte- americano que do Welfare State europeu. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 137).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que refletiu a disputa pela hegemonia, mantendo ainda fortes traços conversadores, foi assegurado através de seu texto um conjunto de direitos civis, políticos e sociais que se relacionam diretamente com a necessidade da lógica do capital em ter sua acumulação cada vez mais ampliada. Assegurou conquistas, apresentou garantias aos cidadãos no que se refere aos

[...] direitos nos campos da Educação, da Saúde, da Assistência Social, da Previdência Social, do Trabalho, do Lazer, da Maternidade, da Infância, da Segurança, definindo especificamente direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, da associação profissional e sindical, de greve, da participação de trabalhadores e empregadores em colegiados dos órgãos públicos, da atuação de representante dos trabalhadores no entendimento direto com empregadores [...]. (PIANA, 2009, p. 39).

Conforme o exposto, analisando sob uma perspectiva crítica, a política social é meio para a defesa dos interesses dos trabalhadores, mas, sobretudo, está relacionada à necessidade de reprodução do capital. De acordo com Tonet (2005), a garantia de direitos e o seu provimento por meio de políticas sociais fazem parte da emancipação política. Esta não é a última etapa da emancipação humana geral. Considerando o ato de trabalho como fundante do ser social, a emancipação política tem como base o trabalho assalariado, a emancipação humana tem como seu fundamento uma forma de trabalho livre, consciente, onde todos os trabalhadores possam colocar suas forças laborais – ou seja, a forma de trabalho associado.

Não há, pois, meio termo entre emancipação política, da qual as políticas sociais fazem parte, e emancipação humana. Vale dizer que não há um terceiro caminho entre capitalismo e comunismo. Do mesmo modo, não obstante toda a importância da luta pela defesa das políticas sociais, elas não são o caminho para a emancipação humana. (TONET, 2005, p. 282).

Nesta perspectiva, Tonet (2005) aponta dois questionamentos importantes, quais sejam: A emancipação política é uma mediação para a emancipação humana?

Qual emancipação para qual política? O autor esclarece que o capital em sua busca constante de obtenção de lucros, intensifica a exploração dos trabalhadores e, de outro lado, os trabalhadores buscam proteção aos brutais ataques. Nesta luta de forças desiguais, o autor indica que o capital sempre obtém vitórias; que os trabalhadores, em um movimento de resistência e recuo, alcançam algumas pequenas melhorias em suas condições de vida, mas que o capital sempre tem maiores ganhos. E nesta luta não está evidente a perspectiva revolucionária, a busca de uma nova sociabilidade, ou seja, estão ausentes as perspectivas de superação desta ordem de exploração do capital sobre o trabalho, trata-se de tentativas de humanizar o capital, de forma que as contradições sejam menos perversas, “[...] a tônica, amplamente hegemônica, dessas lutas não é contra o capital e muito menos contra o Estado, mas com o capital e com o Estado, no sentido de obter ganhos pontuais ou defender direitos conquistados.” (TONET, 2005, p. 284).

A compreensão destas questões só se faz possível pelas contribuições da teoria marxiana, partindo do entendimento do proletariado como classe fundamental e dirigente da revolução. O horizonte é a busca pela emancipação humana que só se dará no estabelecimento de uma nova ordem societária, onde seja banida toda forma de exploração do trabalho e os indivíduos alcancem o mais elevado grau possível de liberdade. Analisando o processo histórico, Tonet (2005) enfatiza o predomínio das práticas reformistas, a ausência da perspectiva revolucionária e o estabelecimento de buscas de melhorias limitadas, que podem até conter alguns ganhos para os trabalhadores, mas contribuem com muito mais expressão à reprodução do capital.

É nesta perspectiva que a educação superior será analisada neste trabalho, como veremos faz parte do processo de busca de valorização do capital como também é fruto da pressão do conjunto dos trabalhadores, que apesar dos avanços não contém relação com o estabelecimento de uma nova ordem societária.

Tonet (2005) destaca alguns caminhos e defesas possíveis, compreende que o resgate da perspectiva revolucionária e políticas sociais de caráter universalizantes, atreladas a um resgate teórico dessa perspectiva e outras lutas de caráter anticapitalistas podem contribuir para o retorno da classe operária como classe dirigente. O autor, ainda, indica que os atores sociais em cena na luta de classes, que tenham como compromisso romper com a ordem vigente, devem expor

e defender com argumentos sólidos uma forma de sociabilidade – comunista e contribuir para que o proletariado volte a assumir o seu papel como classe dirigente e norteadora do processo de transformação social radical.

Para aprofundarmos na reflexão apresentada por Tonet (2005) torna-se fundamental apontarmos de forma sucinta as mudanças no mundo do trabalho e as conseqüentes transformações na formação do proletariado. Antunes (1999) apresenta a discussão sobre quem são os novos trabalhadores do mundo no final do século XX, esclarece com fundamentação nos estudos de Marx e Engels, que estes se referem à classe trabalhadora e proletariados como sinônimos, ou seja, se referem à condição de assalariamento de homens e mulheres que vivem da venda da força de trabalho e que não possuem os meios de produção. O autor destaca que o núcleo central do proletariado moderno é o conjunto do que Marx chamou de trabalhadores produtivos, aqueles que produzem diretamente a mais-valia e que participam também diretamente dos processos de valorização do capital, mas que a classe trabalhadora não se restringe apenas aos que desenvolvem atividades manuais diretas, atualmente incorpora a totalidade do trabalho coletivo que vende a sua força de trabalho. Esclarece, ainda, que mesmo em indústrias avançadas, o trabalho vivo não deixou de existir em função da expansão do trabalho morto (das máquinas), pois este para a sua elaboração/idealização prescinde do trabalho humano e afirma que o trabalho abstrato tem sua força estruturante na sociedade atual.

De acordo com Antunes (1999a) a classe trabalhadora hoje engloba também um variado conjunto de trabalhadores improdutivos, assalariados do setor de serviços, os quais são consumidos como valor de uso e não enquanto valor de troca, seja para uso público, como os serviços públicos tradicionais, seja para uso capitalista. Devido à reestruturação produtiva, há um incremento da intensificação da exploração da força de trabalho na era mundializada do capital, no universo fabril se observa o fim de postos de trabalhos improdutivos, mas não significa o fim deste trabalho, pelo contrário, o trabalhador produtivo passa a desenvolver diversas atividades. Pensar quem são os trabalhadores do novo século implica compreender a crescente diversidade existente, há o proletariado rural que vende sua força de trabalho para o capital e o proletariado precarizado caracterizado pelo trabalho temporário, trabalho parcial. Eles se encontram nos setores de serviços como, por exemplo, nos supermercados, recebem por hora, a existência da demanda de

atividades de trabalho configura o seu vínculo entre o empregador e o empregado, hoje pode haver trabalho e amanhã não, ou seja, são desprovidos dos direitos mínimos. O operariado precarizado cresce em todo o mundo, os trabalhadores são descartáveis e se expande o exército de reserva de desempregados. “Compreender a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica em entender este conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, assalariados desprovidos dos meios de produção.” (ANTUNES, 1999a, p. 118).

Pelo exposto, fica evidente, portanto, que não é tarefa fácil o proletariado colocar-se como sujeito dirigente da ação revolucionária, visto as condições concretas de sua objetivação de vida e a relação complexa e contraditória com o Estado, mediada pela intervenção de políticas públicas.

Neste sentido, apreendemos que a política social é apresentada como uma possibilidade de bem estar e de humanização no capitalismo, o seu surgimento está relacionado à necessidade de intervenção nas expressões da questão social, atendendo as necessidades da reprodução dos trabalhadores, ou seja, a natureza das relações no capitalismo. É fundamental compreendermos as articulações da política social com a política econômica e a luta de classes. E, deste modo, destacar as implicações da relação histórica da economia brasileira que sempre serviu à lógica do capital ditadas pelos países centrais.

1.1 A categoria trabalho e os seus desdobramentos para se pensar o Serviço Social e a educação

Atualmente tornou-se consensual e largamente difundido que o retrocesso no âmbito da garantia de direitos se justifica pela crise, partimos da afirmação que a crise é inerente ao capital.

A contradição fundamental do capitalismo manifesta-se exteriormente no antagonismo de classes entre o proletariado e a burguesia. O capitalismo se caracteriza pela ruptura entre duas importantes condições da produção: entre os meios de produção, que se concentram nas mãos dos capitalistas, os produtores diretos, que estão privados dos meios de produção e possuem apenas sua força de trabalho. Esta ruptura se revela claramente nas crises de superprodução, quando de um lado surge um excesso de meios de produção e de produtos, um excedente de capital, e de outro lado um excesso de força de trabalho, as massas de desempregados, privadas dos meios de existência. As crises acompanham inevitavelmente o modo de produção capitalista. Elas não podem ser

eliminadas enquanto existir o capitalismo. (ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS, 1961).

Realizaremos as mediações com as categorias deste trabalho fundamentadas no debate travado entre autores da tradição marxista no que se refere ao Estado, trabalho e sociabilidade burguesa. Em busca de ampliar as taxas de lucratividade o capital transforma qualquer dimensão da vida social em campo de ampliação da lucratividade. A forma de organização da produção é assegurada em um conjunto de relações sociais que envolvem produção e reprodução, sendo que a categoria trabalho é elemento fundante da sociabilidade.

Iniciamos com a reflexão acerca do trabalho, tendo em vista que esta é a categoria que precisa estar inserida no debate do Serviço Social, contribuindo para a construção teórica e prática da categoria profissional.

A primeira discussão sobre o Serviço Social e trabalho foi realizada por Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, no livro "*Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*", no qual os autores fazem uma interlocução com os textos de Marx. A aproximação do Serviço Social com a tradição marxista se deu na década de 1960 em alguns países capitalistas desenvolvidos, e, sobretudo, em países periféricos como os da América Latina. Três fenômenos foram facilitadores dessa aproximação: A crise do Serviço Social tradicional, a pressão dos movimentos revolucionários e a pressão da efervescência do movimento estudantil. Ocorreu que certa parte da categoria buscou a aproximação das obras de Marx por meio de fontes secundárias, o que de fato foi verificado pela fragmentação de suas teorias pelas ciências sociais. Os debates sobre as obras de Marx não são hegemônicos na categoria, tendo em vista a herança conservadora ainda existente, mas não há outro caminho para a discussão numa perspectiva crítica do Serviço Social se não com aprofundamento do marxismo, que nos oferece subsídios para a leitura crítica da realidade e nos propõe a compreensão do homem como sujeito histórico.

Considerando a importância do tema, a categoria trabalho foi e ainda é amplamente discutida pelos assistentes sociais, na medida em que essa categoria é fundamental para entender não apenas a profissão, mas as relações que norteiam toda a sociedade. O trabalho constitui-se na categoria central para análise da sociedade em função de ser um elemento fundante do ser social, é a partir do trabalho que o homem se torna homem, e a partir disso o início de toda vida social existente.

Na medida em que o trabalho funda o ser social, ele também o difere de qualquer animal, pois no processo de trabalho encontramos a sua capacidade teleológica, inerente ao ser humano, somente ele pode orientar seu ato, ou seja, pensar sobre o trabalho/projetar o roteiro do trabalho e há um elemento de intencionalidade das ações.

Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. (MARX, 1996, p. 298).

Por produção compreendemos a relação homem e natureza, que pode ser ao mesmo tempo mediada por outros homens, relação essa que se associa diretamente com o trabalho, pois:

Como se pode observar, o trabalho não transforma apenas a matéria natural, pela ação dos sujeitos, numa interação que se pode ser caracterizado como metabolismo entre sociedade e natureza. O trabalho implica mais que a relação sociedade/natureza: implica a interação no marco da própria sociedade, afetando seus sujeitos e sua organização. (PAULO NETTO, 1999, p. 46).

Já por reprodução podemos considerar os atos da vida biológica e material e também aqueles atos que fazem os homens darem continuidade ao conjunto da vida social. No capitalismo, a produção não pode ser pensada sem a circulação e consumo das mercadorias. A valorização do capital ocorre através de vários processos, mas não necessariamente gera mais valia, pois esta é gerada na esfera da produção e concretizada na circulação.

Na formula D-M-D', D é capital sob forma de dinheiro. O dinheiro em si mesmo, não é o capital; ele se converte em capital apenas quando compra força de trabalho e outras mercadorias para reproduzir novas mercadorias que serão vendidas por mais dinheiro. (PAULO NETTO, 1999, p. 110).

No atual modo de produção capitalista, os trabalhadores produzem, ao mesmo tempo, as mercadorias e as riquezas pela expropriação do trabalho não pago. Desta forma, numa mesma jornada se conformam o trabalho necessário - aquele pago pelo capitalista para manter a subsistência e o excedente - trabalho não pago ao trabalhador e é de propriedade do capitalista.

O movimento de reprodução ampliada do capital é responsável pela pauperização absoluta e/ou relativa da classe trabalhadora, que se refere tanto a degradação absoluta das condições de vida dos trabalhadores registradas historicamente - sobretudo na fase inicial do desenvolvimento capitalista - quanto às situações em que esta classe, mesmo tendo vivenciado melhoria no seu padrão de vida (acesso à políticas sociais de saúde, educação, moradia etc.), não se apropria de forma equitativa da riqueza socialmente produzida. (NASCIMENTO, 2013, p. 26).

Portanto, a centralidade atribuída para a categoria trabalho depende da perspectiva teórica.

A centralidade das relações no capitalismo é atribuída às mercadorias e não aos homens que a produziram. O desejo do capitalista é sempre diminuir o tempo de trabalho necessário e aumentar o tempo de trabalho excedente, base de sua riqueza. (GRANEMANN, 1999, p. 157).

Saviani (2007) em seu texto Trabalho e Educação: Fundamentos ontológicos e históricos destaca que trabalho e educação são atividades especificamente humanas, somente o homem trabalha e educa. Mas o trabalho não é algo natural, da essência humana, o homem necessita aprender a sua própria existência. “Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo.” (SAVIANI, 2007, p. 154).

Com o desenvolvimento da sociedade de classes ocorreu a separação entre educação e trabalho, a primeira foi dividida em duas modalidades distintas, uma centrada nas atividades intelectuais e a outra vinculada aos processos de trabalho. Este afastamento entre escola e produção reflete a separação histórica entre trabalho manual e trabalho intelectual. Na sociedade capitalista, dentre outras características, destacamos aqui a necessidade de converter a potência intelectual em potência material, colocando a máquina no centro do processo produtivo, tornando o trabalho em simples e geral.

O trabalho como atividade social reproduz um conjunto de relações sociais de exploração, as quais permeiam outras práticas humanas, estas dimensões contribuem para construir novas dimensões. Neste sentido, o trabalho é a produção de novas necessidades.

O que distingue o trabalho de reprodução social é que todo ato de trabalho resulta em consequências que não se limitam à sua finalidade. Ele também possibilita o desenvolvimento das capacidades humanas, das forças produtivas, das relações sociais, de modo que a sociedade se torna cada vez mais desenvolvida e complexa. É este rico, contraditório e complexo processo que, fundado pelo trabalho, termina dando origem a relações entre homens que não mais se limitam ao trabalho enquanto tal, que é denominado de reprodução social. [...] Enquanto o trabalho visa à transformação da realidade para a produção dos bens necessários à reprodução material da sociedade, os outros complexos sociais buscam ordenar as relações entre os homens. (LESSA, 1999, p. 25).

Na concepção dos autores marxistas que contribuem para a construção deste trabalho é necessário desmistificar o Estado enquanto instituição neutra, autônoma, comprometida com o bem comum.

Segundo Nascimento (2013, p. 27):

Sob o capitalismo, as relações sociais entre os homens se apresentam como sendo estritamente econômicas e baseadas na liberdade. Contudo, não as são. A aparência da liberdade entre trabalhadores e capitalistas nas relações de troca, esconde a coerção. Daí a necessidade de um terceiro elemento: o Estado, que aparece nestas relações como um “[...] elemento coercitivo, garantidor de sua efetivação” (CORAZZA, 1987, p. 24). Uma vez que o capitalista não dispõe dos meios de coerção que permitem a efetivação desta forma de produção baseada numa liberdade que não existe de fato – pois se fundamenta na exploração da classe trabalhadora através da extração de mais-valia, na desapropriação dos trabalhadores dos meios de produção, o Estado aparece como garantidor da relação entre capital e trabalho, que somente se efetiva por relações contratuais.

Nesta disputa de classes sociais antagônicas entre capitalistas e trabalhadores, o Estado representa um mediador de relações desiguais com vistas a intervir de forma a propiciar condições para ampliação da lucratividade do capital. Por meio de dominação ideológica das classes subalternas, como também conservando as formas de reprodução da vida e da riqueza. Segundo Gramsci (2007 apud NASCIMENTO, 2013, p. 33), a sua habilidade de difundir “[...] normas políticas, culturais e sociais através das instituições ‘privadas’ da sociedade civil permite a organização do consenso das classes subalternas.” Portanto, a educação por possuir um papel amplo na formação da subjetividade, ideologias e nas relações sociais, é campo de disputa de hegemonia. E, neste sentido, é

fundamental refletirmos sobre em que e para que se constitui a universidade brasileira.

A história da educação no Brasil é marcada pela exclusão das camadas populares e de privilégios para as camadas dominantes, os mais ricos usufruem há muito tempo das universidades para legitimar a sua posição, domínio e poder na sociedade. A educação brasileira é reflexo e parte constituinte de uma economia capitalista periférica e dependente, ou seja, o projeto de educação não é autônomo e já nasce arcaico, pois surge referenciado no modelo de universidade europeia, a qual naquele momento operava mudanças e no surgimento no Brasil conservou as características iniciais.

A própria dinâmica do capitalismo no Brasil determinou a expansão da educação, seja para atender a necessidade de capacitação da força de trabalho, seja para promover a competitividade na oferta de produtos no mercado, ou ainda, para humanizar o capitalismo através da faceta de políticas inclusivas, “[...] sendo difundida para as classes subalternas como mecanismo para a garantia da igualdade de oportunidades.” (NASCIMENTO, 2013, p. 107).

[...] elevar a grande massa da população à um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. (GRAMSCI, 2007, p. 284 apud NASCIMENTO, 2013, p. 30).

As reflexões que culminaram na crítica construída neste trabalho se afirmam na compreensão de que as políticas sociais com tendências produtivistas desenvolvidas pelo Estado não alteram a matriz de uma política econômica voltada aos interesses do grande capital, tais políticas representam apenas tentativas de amenização da desigualdade social.

Abordaremos o período de análise a partir dos anos 2000 – Governo Lula Inácio Lula da Silva, considerando que os governos anteriores não apresentaram medidas referentes à ampliação do acesso à educação e tão pouco a assistência estudantil compôs a pauta da agenda de política destes governos. Nos anos 2000 ganham expressão na América Latina partidos considerados progressistas e vislumbram-se a constituição de uma nova hegemonia. Cabe destacar que é neste período que tem avanço o projeto neoliberal. De acordo com Anderson (apud NASCIMENTO, 2013, p. 42):

O receituário neoliberal orientou-se de acordo com os seguintes preceitos: [...] manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa 'natural' de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalhadores para quebrar os sindicatos. Ademais as reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas [...].

O atual modo de produção capitalista sob orientação neoliberal prevê a atuação do Estado mínimo para o social e máximo para o capital. Vejamos o que diz Hôfling (2001, p. 36):

As teses neoliberais, absorvendo o movimento e as transformações da história do capitalismo, retomam as teses clássicas do liberalismo e resume na conhecida expressão "menos Estado e mais mercado" sua concepção de Estado e de governo [...] Defendem enfaticamente as liberdades individuais, criticam a intervenção estatal e elogiam as virtudes reguladoras do mercado.

A nova ordem societária trouxe como consequência, desregulamentações de diversas esferas sociopolíticas. Houve, também, mudança sociotécnica do universo produtivo. Segundo Antunes (1999), ocorreram metamorfoses no mundo do trabalho e no espaço da organização sindical, reterritorialização da produção, dentre outras consequências. Embora conservando muito dos seus traços iniciais, segundo Antunes (1999), a partir dos anos de 1980 foi possível observar algumas mudanças no interior do processo produtivo e de serviços, ainda muito distante do capitalismo vivido pelos países capitalistas centrais. Nesse período o mercado adotou o novo modelo de reestruturação produtiva, instalando novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social e sexual do trabalho. Observou-se também a ampliação da informatização e início de métodos denominados participativos, mecanismos que procuravam o envolvimento dos trabalhadores nos planos das empresas. Foi na década de 1990 que ocorreu uma intensa reestruturação produtiva com as seguintes características: acumulação flexível, atenção especial ao processo de qualidade, subcontratação/terceirização e

mudanças geográficas em busca de menores custos, neste sentido afirma Maria Lúcia Silva (2001, p. 8):

A reestruturação produtiva baseada em novos padrões de competitividade e concorrência, em um contexto de mercados globalizados, impõe mudanças expressivas no mundo do trabalho, alterando os processos produtivos e, também, os processos, a organização e as relações de trabalho, além de outras mutações no interior da classe trabalhadora. Essas mudanças têm significado o aumento da exploração da força de trabalho e a consequente redução e perda dos direitos sociais pelos trabalhadores, ao mesmo tempo que exigem novas capacidades que possibilitem tomadas de decisão em ambientes incertos, complexos competitivos. Tais exigências impõem ao homem pós-moderno aperfeiçoamento contínuo para que possa se inserir e permanecer no processo de trabalho, estabelecendo o conhecimento como valor universal, que deve ser utilizado tanto para concorrer a um posto no mercado de trabalho, quanto todas as esferas da vida cotidiana.

De acordo com Giaqueto (2004) há três momentos políticos marcantes no Brasil, percorridos pela política social: o primeiro período “de controle da política” corresponde à ditadura de Getúlio Vargas (anos 1930) e ao populismo nacionalista, com influência para além de sua morte em 1954; e ao segundo período de “política do controle”, cobrindo a época da instalação da ditadura militar em 1964 até a conclusão dos trabalhos da Constituinte de 1988, quanto ao terceiro período o autor ainda reconhece como “política social sem direitos”, aquele que inicia em 1988.

Segundo Nascimento (2013, p. 44),

A proposta de redefinição do papel do Estado brasileiro no contexto dos anos 1990 partiu do pressuposto de que o mesmo teria crescido de forma distorcida no exercício de seus objetivos econômicos de estabilização e desenvolvimento – o que justificava a necessidade de transferir para o setor privado, atividades que pudessem ser controladas pelo mercado, a exemplo das empresas estatais, dos serviços de saúde e educação – como é o caso das universidades.

Desta forma, para compreendermos a educação nos anos 2000 é imprescindível apreender as transformações que ocorreram na esfera da produção desde a crise da década de 1970. De acordo com Almeida e Alencar (2011), a crise do petróleo ocorrida em 1973 precisa ser analisada a partir das profundas transformações econômicas produzidas no pós Segunda Guerra Mundial, foi desde então que ocorreu uma abertura notável da expansão na acumulação do capital mediante avanços produtivos e tecnológicos, conjugados com maior concentração e

internacionalização do capital e da produção. Após a crise de 1970 uma das marcas do capitalismo contemporâneo é a dominação do capital financeiro, que amparado no surgimento de novas tecnologias interliga mundialmente os mercados financeiros e bolsas de valores; o capital financeiro visa apenas a ampliação das taxas de lucro pelas transações financeiras, não realiza investimentos no setor produtivo ou de comércio. A hegemonia do capital financeiro provoca a destruição de postos de trabalhos, porque o dinheiro em trânsito busca apenas a sua valorização por meio de transações nos mercados, causando assim a extinção de postos de trabalho, conseqüentemente, a ampliação do desemprego e a perda do domínio do Estado nacional, porque o capital sem pátria que especula a economia mundial, passa a deter o poder. Os países centrais que antes exploravam os países periféricos por meio da utilização de reservas de matérias - prima para a produção, não mais possuem estas necessidades.

Ainda segundo Almeida e Alencar (2011), os Estados Unidos por meio de regras ditadas no comércio e nas finanças, a partir de seus posicionamentos no Fundo Monetário Internacional (FMI), no Banco Mundial e na Organização Mundial do Comércio, impõem políticas desregulamentadoras e de liberalização ao conjunto dos países periféricos.

Neste contexto, os organismos multilaterais representantes dos interesses do grande capital desde os anos 1990, via Banco Mundial, definem diretrizes para a política de educação dos países periféricos. Estas políticas são definidas em dois grandes eixos: 1) diversificação das Instituições de Ensino Superior e dos cursos e 2) diversificação das fontes de financiamento.

As reformulações difundidas pelo Banco Mundial indicam a desconstrução da educação pública brasileira como um direito social, apresentam a educação como um campo de negócio lucrativo. Desta forma, a expansão da educação ocorreu via instituições privadas através dos “serviços educacionais” e no interior das instituições públicas com a criação das fundações de interesses privados, criação de cursos pagos, submissão da ciência à lógica mercadológica, redirecionando assim as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em 1997 o Banco Mundial publicou uma carta de orientação intitulada “Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial” onde criticava a atuação do Estado Mínimo, desenvolveu reflexão de que havia um distanciamento entre o Estado e o

povo, promovendo, assim, uma redefinição sobre o papel do Estado, onde este deveria ser um parceiro das instituições privadas na promoção do desenvolvimento.

Em 1999 novamente o Banco Mundial publica outro documento “Estratégia para o setor educacional – documento estratégico do Banco Mundial: a educação na América Latina e Caribe” (LIMA, 2011), contendo uma análise da oferta de educação nos países da América Latina e Caribe, propondo privatizações de setores estratégicos dos países periféricos, difundindo a educação via consumo de serviços, atribuindo a essa o papel de realizar o enfrentamento à pobreza e, sobretudo, com o intuito de atender as novas exigências do mundo do trabalho em um cenário de capitalismo globalizado.

De acordo com Lima (2004), o que se apresenta como uma novidade neste cenário é a vinculação dos grupos educacionais internacionais dos países centrais aos grupos educacionais brasileiros, provocando a difusão de metodologias, ideologias e políticas que legitimam a hegemonia burguesa. Outros elementos novos importantes são a criação de universidades corporativas, para atenderem as necessidades imediatas do trabalho e a difusão do ensino à distância com parceria com grandes empresas do ramo de informática para certificações em grande escala, amparadas na alteração da concepção de educação superior para educação terciária. Deste modo, a educação superior passou a compor um nicho de negócio lucrativo para a burguesia nacional e internacional.

A contrarreforma universitária prevista no projeto neodesenvolvimentista está mais relacionada com as mudanças das políticas econômicas do capital em crise do que com as necessidades de um projeto de educação que busque a emancipação humana. As medidas da contrarreforma foram iniciadas no governo Collor de Mello (1990 -1994), acelerada no governo Cardoso (1995 - 2002) e intensificada no governo Lula (2003 - 2010). Difundi-se a ideia de que o desenvolvimento econômico e desenvolvimento social estariam atrelados. E o governo passou a denominar esta fase específica da reforma da educação superior como “democratização” da educação superior pública.

A reestruturação da educação estava baseada nos seguintes eixos: a diversificação das IES, a noção de educação como bem público, as concepções de desenvolvimento, expansão e avaliação da educação superior brasileira. Neste sentido, medidas de empresariamento da educação iniciadas no Governo Fernando Henrique foram aprofundadas no Governo Lula.

A materialização da “democratização”, no que se refere às instituições públicas, proposta pelo governo federal se deu por meio de programas, como por exemplo, Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o novo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) / Sistema de Seleção Unificada (SISU).

Através das ações do REUNI instituído pelo Decreto n. 6.096/2007 (BRASIL, 2007), o governo federal adotou uma série de medidas para que as universidades federais promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica. As ações do REUNI objetivavam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, ações que segundo o governo visavam diminuir a desigualdade social. No entanto, o que se apresentou foi à massificação da formação, o sucateamento e a precarização em que se deu o REUNI. A assistência estudantil é apresentada como uma das diretrizes da expansão da educação federal, uma proposta que tem como pretensão o atendimento a uma população pauperizada que adentra cada vez mais as IFES. Pela relevância da discussão sobre a trajetória e o contexto em que se implementam as ações que asseguram a permanência do estudante, este assunto será tratado em seção específica.

De acordo com a pesquisa do Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior (SEMESP), intitulada Mapa do Ensino Superior no Brasil, de 2000 a 2013 o crescimento total das instituições de ensino superior foi de 102,6%, sendo que as instituições privadas cresceram 108,2% e as instituições públicas 71%. A procedência dos matriculados no ensino superior privado continua predominantemente de estudantes do ensino médio público. Em 2013, 69,7% dos alunos ingressantes no ensino superior privado eram egressos do ensino médio público e apenas 30,3% do ensino médio privado (SINDICATO DAS MANTENEDORAS DO ENSINO SUPERIOR, 2015).

Uma vez mais, tomando como base a pesquisa intitulada Mapa do Ensino Superior no Brasil – 2015 do SEMESP, os dados ratificam que a expansão do acesso à educação superior se deu majoritariamente via instituições privadas. O governo realizou parcerias com as universidades particulares, transferiu recursos e/ou ofereceu isenção de impostos. É importante relacionarmos esta evidência com a disputa pelo fundo público e as políticas sociais.

O fundo público é um instrumento fundamental e estrutural ao capital, objetiva compartilhar os custos da reprodução social da classe trabalhadora e é composto pelo trabalho excedente - mais valia extraída da exploração do trabalho, como já dito é o lucro do empregador - e o trabalho necessário.

Como vimos o neoliberalismo operou a contrarreforma do Estado, o modelo nacional-desenvolvimentista centrado em forte atuação e o papel do Estado tornou-se vulnerável. Almeida e Alencar (2011) ressaltam que o receituário neoliberal prevê a inserção do Brasil numa ordem globalizada, a necessidade de ajustes macroeconômicos, de reestruturação produtiva, a racionalização do gasto público, a inteira abertura financeira e comercial da economia ao capital internacional, soberania do mercado. Tais medidas, seguindo os ordenamentos das agências multilaterais, que orientam para uma política econômica que objetiva a ampliação do capital portador de juros tem no fundo público um meio para atender aos interesses do grande capital.

Em função da carga tributária no Brasil ser regressiva, o fundo público é composto majoritariamente por recursos oriundos de contribuições sociais e impostos que recaem sobre o consumo. Tendo isto em vista, é importante afirmar o papel redistributivo das políticas sociais. No entanto, a transferência de recursos do fundo público para a área financeira tem sido amplamente utilizada a serviço da dívida pública.

De acordo com Giselle Silva (2011, p. 3)

O endividamento público tem se tornado um mecanismo de manipulação e controle do Estado de que lança mão a oligarquia burguesa, em meio à correlação de forças presente no cenário contemporâneo a qual se apresenta mais favorável à atenção dos interesses do grande capital.

Diante do exposto, vimos que o fundo público não está financiando políticas públicas para os trabalhadores, os quais, na maioria das vezes, passam a adquiri-la como mercadoria. Assim, mostrou-se evidente que a educação é permeada por disputas relacionadas ao domínio e criação de consensos na sociedade, bem como é nicho de negócio lucrativo ao capital.

Foi possível verificar que a questão do acesso e permanência são problemas inerentes à educação superior no Brasil desde a sua gênese. Desde os anos 2000 o Governo do Partido dos Trabalhadores orientou-se por ações de conciliação de

classes, não buscou romper com o projeto do capital para a classe trabalhadora, mas incorporou algumas demandas, sem alterar o projeto estrutural das relações sociais (expansão das universidades e educação profissional, políticas de acesso e permanência, por exemplo). As demandas incorporadas demonstram-se em bases estruturais frágeis. No atual governo conservador e ilegítimo, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, na figura do Presidente Michel Miguel Elias Temer Lulia, essa frágil incorporação é colocada em cheque por meio do projeto de desmonte das políticas públicas que se concretizam por meio das contrarreformas trabalhistas, da educação, da previdência e outras. O Governo de Michel Temer é expressão do projeto neoliberal mais clássico e mais duro, pretende destruir em um pequeno espaço de tempo os sistemas de garantias de direitos assegurados na CF de 88, com medidas que desmontam serviços públicos universais. Os cortes dos recursos das IFES e as medidas de contingenciamentos colocam as IFES em situação de risco. Na próxima seção iremos brevemente analisar a trajetória da Assistência Estudantil como parte do direito à educação.

1.2 Contextualizando a Assistência Estudantil

A assistência ao estudante passou a ter uma atenção maior dentro do sistema educacional brasileiro no governo de Getúlio Vargas, quando na constituição de 1934 em seu artigo 157º previa a garantia aos estudantes de pouca ou nenhuma condição financeira, o fornecimento de material escolar, bolsa de estudos, assistência alimentar e médica. Para Pinheiro (2014, p. 3), “A primeira manifestação de assistência ao estudante ocorreu durante o governo de Washington Luís, no ano de 1928, com a construção da Casa do Estudante Brasileiro na França.” É no governo de Getúlio Vargas que começam os investimentos para criação das universidades, é nesse momento também que a assistência estudantil torna-se uma obrigatoriedade em todos os níveis dentro do sistema educacional. No texto da Constituição de 1946, encontra-se a comprovação dessa obrigatoriedade no Art. 172º “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.” (BRASIL, 1946).

Ocorre que com o golpe militar de 1964 os militares tomam o poder e o regime dita as regras em favor do capital, atacando todos os movimentos das

massas e qualquer atitude democrática. O sistema educacional, principalmente os estabelecimentos de ensino superior, sofreram inúmeros cortes e a assistência ao estudante, que começava a ser pautada com o objetivo de assegurar meios de acesso e permanência nas instituições de ensino, passou pelo desmonte dos serviços públicos. Com a perseguição aos movimentos sociais, a União Nacional dos Estudantes (UNE) fundada em 1937, um dos principais atores sociais na luta pela garantia das melhores condições aos estudantes e pela construção de um sistema democrático no país, sofreu diversos ataques, estudantes foram presos, torturados e o movimento foi colocado na ilegalidade pelos militares.

Como parte de um amplo processo de mudanças na sociedade brasileira, o Movimento da Reforma Universitária, composto por estudantes, intelectuais e a sociedade de maneira geral, buscava a democratização do acesso e permanência dos estudantes nas universidades.

Segundo Fernandes (apud NASCIMENTO, 2014, p. 91),

[...] a adesão das bandeiras reformistas pelo movimento estudantil fez com que a luta pelas mudanças na universidade brasileira não se restringisse à reorganização formal do ensino superior, mas visasse [...] a construir uma universidade totalmente nova – educacionalmente criadora, intelectualmente crítica e socialmente atuante, aberta ao povo e capaz de exprimir politicamente os seus anseios mais profundos.

Devido às pressões do movimento UNE, no final de 1980 inicia-se um processo de estruturação da assistência ao estudante em algumas IFES. A defesa da democratização proposta pela UNE tinha a assistência estudantil como principal bandeira de luta.

De acordo com Nascimento (2014) com a estruturação da assistência ao estudante em algumas IFES, a oferta de programas de alimentação, bolsas e moradia, novas organizações de estudantes foram sendo criadas para a defesa e ampliação do acesso e permanência na universidade pública.

O período de luta pela conquista da democracia fez com que surgissem novos atores sociais em cena, na busca pela mudança de concepção sobre a assistência ao estudante e pela necessidade de reconhecê-la como fundamental na agenda de políticas do governo, considerando que esse não legitimava tais movimentos e suas demandas. Portanto, é nesta conjuntura que é criado o Fórum Nacional de Pró

Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), onde os gestores da política de atendimento aos estudantes nas IFES se reúnem com o objetivo de formar uma organização coletiva que pudesse dialogar com o governo sobre as demandas dos estudantes e a necessidade de priorização da assistência, criticando o papel secundário que esta sempre ocupou na agenda educacional brasileira.

Neste contexto de redemocratização do país e amplo processo de discussão com os atores sociais envolvidos, os marcos legais que se expressam na Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação asseguram o direito à educação, este projeto educacional defendido objetiva a formação do sujeito para o exercício da cidadania, a preparação para o trabalho e sua participação na sociedade. Vejamos o que está previsto na Constituição:

Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O Ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1988).

Já com relação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), vejamos que um dos seus princípios é a “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.” (BRASIL, 1996, p. 7).

Pinheiro (2014, p. 6) afirma:

Com a Constituição Federal de 1988, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) e do Plano Nacional de Educação, pode-se afirmar que houve um avanço no sentido de entender a educação como um direito social, consolidando assim o compromisso legal. Por meio deste contexto, podemos verificar que as políticas de assistência estudantil obtiveram uma maior atenção por parte do governo e de órgãos ligados a educação superior.

A dinâmica da sociedade está refletida nos espaços educacionais, em seus variados níveis, sejam infantil, médio ou universitário, refletem a dinâmica da sociedade. A pauperização que atinge a sociedade brasileira se expressa também no âmbito educacional, concretizada na vida dos sujeitos sociais, educandos, famílias e profissionais da educação.

Como vimos, um problema que faz parte do sistema educacional no Brasil desde a sua gênese é a restrição do acesso, aliam-se a este fenômeno as altas

taxas de evasão e retenção. Por força das garantias legais, o Estado deve prover os meios necessários para o acesso e permanência do educando no sistema educacional.

Inscreve-se, portanto, na dinâmica contraditória das lutas societárias em torno dos processos de democratização e qualidade da educação, cujo resultado mais efetivo tem se traduzido na expansão das condições de acesso e permanência, a partir do incremento de programas assistenciais, o que caracterizou a intervenção do Estado no campo das políticas sociais na primeira década deste século. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 38).

Conforme analisa Nascimento (2014), foi somente nos anos 2000 que as ações assistenciais na educação superior passaram a ter maior legitimidade na agenda governamental. Neste aspecto, a assistência estudantil constitui uma das mediações necessárias à ampliação do acesso à educação superior federal, compõe uma das diretrizes da Contrarreforma da Educação que o REUNI representa. No que tange à assistência estudantil, vejamos o que está previsto:

Art.1º O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) tem por objetivo criar as condições para ampliação do acesso e permanência na Educação Superior.

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes, dentre outras: [...]

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência Estudantil. (BRASIL, 2007).

E para dar continuidade, após esforços e estudos empreendidos desde 2004 pelo FONAPRACE, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), pública o Plano Nacional de Assistência Estudantil. Sendo alguns de seus objetivos:

V OBJETIVOS a) Gerais: garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida; garantir que recursos extra orçamentários da matriz orçamentária anual do MEC destinada às IFES sejam exclusivos à assistência estudantil. b) Específicos: promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino; viabilizar a igualdade de oportunidades aos estudantes das IFES, na perspectiva do direito social assegurado pela Carta Magna; contribuir para aumentar a eficiência e a eficácia do sistema universitário,

prevenindo e erradicando a retenção e a evasão; redimensionar as ações desenvolvidas pelas instituições e consolidar programas e projetos, nas IFES, relacionados ao atendimento às necessidades apontadas nas pesquisas sobre o perfil do estudante de graduação, a partir das áreas estratégicas e linhas temáticas definidas; adequar os programas e projetos articulados e integrados ao ensino, à pesquisa e à extensão; assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico; promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico; consolidar a expansão de um sistema de informações sobre assistência ao estudante nas IFES, por meio da implantação de um banco de dados nacional; realizar pesquisa a cada 4 anos para atualização do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES; definir um sistema de avaliação dos programas e projetos de assistência estudantil por meio da adoção de indicadores quantitativos e qualitativos para análise das relações entre assistência e evasão, assistência e rendimento acadêmico; viabilizar por meio das IFES uma estrutura organizacional, em nível de Pró-Reitoria com as finalidades específicas de definir e gerenciar os programas e projetos de assistência estudantil; desenvolver parcerias com a representação estudantil, a área acadêmica e a sociedade civil, para implantação de projetos. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR, 2007, p. 14).

A aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAE), em 2007 marcou o início de uma terceira fase da política de assistência aos estudantes estruturada nas IFES, no ano de 2010, no Governo Lula, por meio do decreto 7.234, houve a institucionalização do Programa Nacional de Assistência Estudantil. E atualmente as diretrizes do programa organizam a assistência estudantil nas instituições.

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

§ 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados. (BRASIL, 2010).

Apreendendo as condições históricas e políticas, a Assistência Estudantil não pode ser pensada como um avanço em si mesmo. De acordo com Leite (2012), as medidas promovidas na perspectiva de um modelo de universidade operacional, neoprofissional, heterônoma e competitiva, que tem o mercado como referência, a certificação em larga escala, a fragmentação do tripé ensino/ pesquisa e extensão, o aligeiramento da formação e a intensificação do trabalho docente, como se apresenta a atual conjuntura e propostas realizadas através do REUNI e outros, não podem ser consideradas como política de acesso universal e permanência na universidade pública.

A convicção é de que a Reforma da Educação Superior brasileira, ainda em curso, não apontará nenhum ganho para a sociedade. A inserção de políticas focais, fragmentadas e residuais, propaladas nos vários subprojetos apresentados pelas universidades públicas brasileiras, a partir de 2007 (nas federais, em concomitância com a incorporação do REUNI, e nas estaduais, que anteciparam o “modelo” federal), sob o vago título de “Acesso e Permanência”, na verdade se consubstancia em poucas esmoladas a serem disputadas por muitos. (LEITE, 2012, p. 456).

Deste modo, compreendemos que é preciso problematizar a transposição da lógica mercadológica para a esfera acadêmica. Nascimento (2013) destaca que no projeto contrarreformista que se materializa nas universidades federais,

[...] a assistência estudantil passa a desempenhar função estratégica contribuindo para a formação de consenso em torno do projeto educacional dominante.

[...] O projeto político das classes dominantes no século XXI que prepara o terreno ideológico para legitimação de inovadoras formas de “desenvolvimento” que acompanhem os interesses dominantes, está amparado nas teses social-liberais e/ou novo-desenvolvimentistas [...]. (NASCIMENTO, 2013, p. 14, 25).

Pela leitura de Nascimento (2013), elencamos algumas tendências atribuídas à estruturação e execução do Programa de Assistência Estudantil nas IFES: 1) A percepção da assistência estudantil como investimento e não como direito, no sentido de exigir contrapartidas dos estudantes. “Nos anos 2000, foi justamente esta concepção da assistência estudantil que pôde ser explorada no bojo do projeto educacional dominante e que “coube como uma luva” nas propostas produtivistas da contrarreforma instaurada por programas como REUNI”; 2) A centralidade do critério

de renda como forma de acesso à Política, não são levados em consideração no amplo estudo que existe no país sobre situação de pobreza, restringindo o acesso ao programa apenas pela condição de renda; 3) A bolsificação da assistência estudantil, a prestação de serviços como um fim em si mesmo que representa o esvaziamento da dimensão política que a assistência estudantil possui; 4) A execução de processos de seleção de estudantes via editais, como um mecanismo desvinculado do aspecto político- institucional, estabelecendo uma certa neutralidade e descomprometimento com as reais necessidades dos estudantes, estrutura-se a publicação de editais semestrais programados, nos quais são desconsideradas as demandas reprimidas do programa, o que comumente ocorre é o não atendimento de todos os usuários de um edital e logo a publicação de outro; 5) A predominância da adoção de critérios quantitativos para estruturação dos programas; 6) Adoção de critérios mercadológicos de custo/ benefício na avaliação dos programas; 7) Otimização das vagas mediante contrapartidas dos estudantes, aqueles que não se adequam aos critérios estabelecidos são desligados e liberam vagas para novos usuários; 8) O distanciamento das Pró Reitorias de Assuntos Comunitários e Estudantis e os movimentos sindicais (dos técnico – servidores, dos docentes e discentes), enfraquecendo as lutas conjuntas que articulem a bandeira da Política, às questões mais gerais relacionadas à comunidade acadêmica 9) A compreensão da Assistência Estudantil vinculada apenas ao REUNI, ou seja, o não reconhecimento do histórico de luta que a envolve; 10) Inexpressivas ações pedagógicas no corpo de projetos e programas desenvolvidos no âmbito da Assistência Estudantil das IFES (NASCIMENTO, 2014, p. 97).

Na mesma perspectiva, Leite (2012, p. 468) aponta que a totalidade das universidades que desenvolvem ações na área de Assistência Estudantil vincula seus auxílios à comprovação de carência financeira. A comprovação de dificuldades socioeconômicas que interferem na garantia da permanência no espaço da universidade, em muitos casos está muito próximo ao antigo Atestado de Pobreza. A autora afirma que é necessário que a política de assistência ao estudante rompa com a lógica de uma política pobre para o pobre, devendo então priorizar o princípio do atendimento universal.

Em suma, compreendemos que a instituição da assistência estudantil via decreto atendeu a uma exigência do capital, o qual necessitava demonstrar sua faceta humanizada por meio de programas de assistencialização, compõe parte do

processo de contrarreforma da educação, e, contraditoriamente, também é fruto da luta histórica para assegurar acesso e permanência promovida pelo movimento estudantil, pelos sindicatos representantes dos servidores técnicos administrativos e docente. Realizamos esta afirmação por considerar que a assistência estudantil não pode ser analisada distante da compreensão histórica e política de sua concepção.

CAPÍTULO 2 O SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

2.1 O Projeto Profissional dos Assistentes Sociais

Consideramos importante refletirmos sobre qual concepção de educação está consoante ao projeto ético político do Serviço Social brasileiro. Esta seção buscará apresentar algumas aproximações para pensarmos sobre “a educação que queremos” estabelecendo relações com os princípios do projeto profissional.

O projeto profissional surge no tensionamento das classes que demandam a instituição do Serviço Social, sendo assim só pode ser apreendido através do projeto societário da disputa de forças na sociedade de classes, sendo estas diferenças e disputas próprias da democracia, podemos afirmar que a mesma é condição para o projeto ético político. O referido projeto construído coletivamente pelo conjunto da categoria dos assistentes sociais busca imprimir uma direção social às práticas profissionais, considerando que os assistentes sociais não atuam diretamente na transformação da natureza, mas sua ação profissional tem rebatimentos diretos no comportamento e ação dos homens.

Num contexto ditatorial, a vontade política da classe social que exerce o poder político vale-se, para a implementação do seu projeto societário, de mecanismos e dispositivos especialmente coercitivos e repressivos. É somente quando se conquistam e se garantem as liberdades políticas fundamentais (de expressão e manifestação do pensamento, de associação, de votar e ser votado etc.) que distintos projetos societários podem confrontar-se e disputar a adesão dos membros da sociedade. (PAULO NETTO, 1999, p. 3).

De acordo com Paulo Netto (1999), o projeto profissional apresenta uma autoimagem da profissão, seus conhecimentos teóricos, objetivos, sua função social e saberes, ainda estabelece normas e condutas na relação com os usuários, outros profissionais, com as organizações e o Estado.

O contexto histórico que se apresenta à partir de 1950 possibilita, na contestação ao domínio imperialista dos Estados Unidos, o surgimento das bases do PEP. Há que se destacar que a luta contra a ditadura militar, a vinculação da categoria aos movimentos de base, partidos políticos, movimentos sociais e sindicatos fizeram com que desde a década de 1970 o Serviço Social busque

afirmar a construção de um projeto vinculado aos interesses da classe trabalhadora, mobilizado pelo Movimento de Reconceituação em toda a América Latina e com o marco no III Congresso de Assistentes Sociais em 1979 realizado em São Paulo, conhecido como o Congresso da Virada. Em 1980 o projeto avançou e em 1990 se consolidou e está em permanente construção, está fortemente tensionado pelo neoliberalismo em curso e pelo avanço do conservadorismo no seio da categoria.

A luta pela democracia na sociedade brasileira, encontrando eco no corpo profissional, criou o quadro necessário para romper com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo da derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição – a condição política – para a constituição de um novo projeto profissional. (PAULO NETTO, 2009, p. 150).

Das discussões que tiveram início em 1980 foi construído o Código de Ética de 1986, considerado como uma primeira tentativa de inversão Ético - Política do Serviço Social Brasileiro, firmando compromissos com a classe trabalhadora, mas ainda com reduzida reflexão ética, teórico e filosófico.

É bem verdade que soava mais como uma carta de princípios de compromissos ideopolíticos do que um Código de Ética que por si só, exige certo teor prático normativo. Mas, por outro lado, ao demarcar seus compromissos, mais que explicitamente, não deixava dúvidas de “que lado” estávamos. Nesta mesma década, aferem-se também avanços em torno do projeto no que tange à produção teórica que dá saltos significativos tanto quantitativamente quanto qualitativamente, trazendo temas fundamentais ao processo de renovação, tais como a questão da metodologia, as políticas sociais e os movimentos sociais. (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, [p. 230]).

É neste processo de busca pela recusa ao conservadorismo que em 1993, o então Código de Ética, vigente, foi revisado e são fundadas as bases do Projeto Ético Político do Serviço Social. Diversos fatores fomentaram a formação da massa crítica e contestatória da profissão, além dos aspectos já citados, a ampliação da categoria com a entrada das camadas populares, os cursos de pós- graduação que começaram a produzir conhecimento e realizar acúmulo teórico, a reforma curricular de 1982 promovida pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), trazendo para o debate a necessidade de conteúdos críticos que haviam sido esvaziados em função das condições da ditadura militar, a necessidade de uma formação qualificada e crítica para atender a demandas já existentes e também as

novas requisições, em outras palavras, foi o início da constituição de um novo perfil profissional.

É neste processo que foram ressignificadas modalidades prático-interventivas tradicionais e emergindo novas áreas e campos de intervenção, com o que se veio configurando, numa dinâmica que está em curso até hoje, um alargamento da prática profissional, crescentemente legitimado seja pela produção de conhecimentos que a partir dela se elaboram, seja pelo reconhecimento do exercício profissional por parte dos usuários. (PAULO NETTO, 1999, p. 13).

Segundo Paulo Netto (1999) colaboram para a hegemonia do Projeto Ético Político no interior na categoria nos anos 1990 a crescente participação dos profissionais em fóruns, espaços de discussão e eventos profissionais, nos congressos brasileiros de assistentes sociais, nas “oficinas regionais” da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), nos encontros de pesquisadores promovidos pelo Centro de Estudos e Projetos em Educação, Cidadania e Desenvolvimento Social (CEDEPSS), nos encontros regionais e nos seminários nacionais patrocinados pelo sistema Conselho Federal de Serviço social / Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/CRESS) etc. E, sobretudo porque as diretrizes do código estavam alinhadas com as mudanças em acontecimento na sociedade brasileira, o momento de conquistas democráticas que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988.

Os princípios fundamentais do Código de Ética expõem o compromisso que os assistentes sociais têm em seu cotidiano profissional com as demandas da classe trabalhadora, pela busca do protagonismo dos sujeitos na superação desta ordem societária. Tendo a liberdade como valor ético central, a liberdade com possibilidades concretas de escolha, daí a sua relação com autonomia e emancipação. Outro princípio do código é a defesa dos direitos humanos, mas não como ação última, a fragmentação das expressões da questão social como são frequentemente tratadas na sociabilidade burguesa, pois tratam setorialmente de demandas (gênero, raça, etnia, diferenças regionais e orientação sexual) que são parte e expressão da produção e reprodução no capitalismo.

De acordo com Vasconcelos (2015, p. 172),

[...] para que os princípios do código de ética conservem seu caráter anticapitalista, para além do caráter democrático, faz-se necessário que eles, ao mediar a formação e a prática, transformem

profundamente não só a posição ético-política dos assistentes sociais, dada na sociedade burguesa, mas redirecionem, conseqüentemente, a prática dos assistentes sociais, o que, na seqüência, pode repercutir na práxis social, da qual é parte e expressão; uma transformação que não se dá na letra fria da reflexão teórica.

Outro princípio do código que tem relação direta com a liberdade é a igualdade, aqui nos referimos não à igualdade na perspectiva de direitos de cidadania, mas sim à igualdade que assegure a cada indivíduo a plena satisfação das suas necessidades onde, em virtude da qual, todos eles são portadores dos mesmos direitos fundamentais que provêm da sua condição de homem/ gênero humano (VASCONCELOS, 2015, p. 174).

O processo produtivo capitalista coopta as instituições e práticas sociais para transformá-las em instrumentos/meios de reprodução do capital. É nesta complexa sociedade que os assistentes sociais são demandados, e o que é relevante para os profissionais comprometidos com o projeto na perspectiva anticapitalista e emancipatória é apreender na prática profissional os rebatimentos da questão social para os trabalhadores. Apenas a distribuição dos bens socialmente produzidos não irão alcançar a liberdade e a igualdade, é preciso o estabelecimento de outra ordem societária, de trabalho livre, onde todos os trabalhadores possam colocar sua força de trabalho, onde não exista a exploração do homem pelo homem.

[...] as possibilidades de prática só se revelam em toda a sua dimensão no processo prático, quando, na transformação do projeto em realidade efetiva, leva-se em consideração a resistência e as possibilidades dos sujeitos envolvidos no processo (trabalhadores/ usuários – assistentes sociais) e a presença ou ausência de determinadas condições objetivas e do desenvolvimento de fatores subjetivos (VASCONCELOS, 2015, p. 181).

Não compreender os princípios do Código de Ética como uma totalidade desloca a discussão para um campo simplista de cidadania e direitos sociais, conseqüentemente estará fazendo a recusa da perspectiva da totalidade, assim o profissional não promove resistência e obscurece a perspectiva de revolução e tem suas ações marcadas pelo conservadorismo, favorecendo, assim, os interesses hegemônicos. Ainda de acordo com Vasconcelos (2015), o projeto profissional oferece ao assistente social referências, indicações, possibilidade teórica e histórica

para enfrentar criticamente as requisições do capital, reafirmando que está com o conjunto dos trabalhadores na resistência à exploração do trabalho.

É importante ressaltar que a categoria é formada por uma unidade de diversos, com profissionais com variadas trajetórias pessoais, profissionais e acadêmicas. Portanto, não há como se esperar que a completa totalidade dos assistentes sociais se oriente pelo projeto ético-político, mas sabemos que o mesmo fundamentalmente se materializa no corpo concreto do conjunto da categoria na crítica radical à ordem burguesa. De acordo com Guerra (2007) embora a profissão tenha realizado grande acúmulo teórico-metodológico e ético político, ainda permanecem intervenções profissionais assistencialistas e filantrópicas.

Feitas estas considerações sobre o compromisso ético político da categoria, esclarecendo o lugar em que o Serviço Social se coloca para refletir sobre o projeto de educação, buscaremos apresentar elementos para a reflexão sobre a educação que almejamos. É importante destacar que esta exposição tem ciência de que a realidade está em constante movimento e não tem como intuito apresentar apontamentos conclusivos.

2.2 A educação que queremos

A educação tem sido amplamente estudada pelos assistentes sociais e isso pode se justificar pelo fato de os processos educativos terem sido demandados à categoria desde a sua gênese, mas neste momento histórico a relevância do debate sobre a concepção de educação tem expandido em função da ampliação deste espaço sociocupacional.

Ela deve ser apreendida como uma dimensão da vida social, pois tem o seu papel na dinâmica das formas de reprodução do ser social. E na sociedade capitalista, onde uma classe vive da venda da força de trabalho e a outra da expropriação da riqueza socialmente produzida, a educação tem função de compor junto as demais dimensões da vida social condições de um modo de ser, neste sentido ela expressa e reproduz as desigualdades sociais presentes na sociedade, sendo tensionadas pela dinâmica das classes sociais e não se limita as instituições, embora nelas se materializem.

A partir desta compreensão é que reafirmamos a vinculação da educação ao trabalho. É nestes moldes e tendo como objetivo “produzir” o perfil do trabalhador adequado para cada modo de produção que a escola organizou seu labor pedagógico, o qual ocorre de maneira rígida, hierarquizada e centralizada, buscando assegurar a disciplina e o “adestramento” necessário para a vida social e produtiva. Tal organização esta que se deu durante a década de 1970, na qual imperava o modelo fordista-taylorista, nesse modelo o operário era apenas mais uma peça da engrenagem (TONET, 2016).

Tonet (2016, p. 13) destaca que a educação durante este período era dotada de “[...] um caráter predominantemente informativo e limitado, pois o conteúdo de que o funcionário necessitava não exigia um pensamento crítico e capacidade inventiva.”

Todavia, ao longo das últimas décadas as produções de trabalho sofreram mudanças substanciais, principalmente com o incremento e a incorporação da ciência e da tecnologia aos meios de produção, exigindo, desta forma, um novo perfil de trabalhador e, portanto, uma nova formação voltada para a constituição do trabalhador pensante, ou seja, aquele capaz de resolver problemas novos e imprevistos; além de realizar múltiplas tarefas e ter habilidade para transitar com facilidade de um emprego para o outro (TONET, 2016; BASTOS, 2005).

Percebe-se, portanto, que modelos de produção diferentes demandam capacidades e habilidades diferenciadas por parte dos operários sendo a educação a estratégia utilizada para se moldar o perfil do trabalhador exigido pelo mercado.

Assim, percebe-se também que ao longo da história e buscando sempre atender às demandas impostas pelo capital, é que a educação tem direcionado sua prática, buscando através de legislação própria organizar-se de modo a atender às exigências de qualificação impostas pelo mercado de trabalho, distanciando-se de sua função social, que é o desenvolvimento de potencialidades dos educandos com vistas à emancipação humana.

Neste sentido Tonet (2016, p. 14) destaca:

Variariam as formas, mas a troca é tida como algo tão natural como a respiração. Não haveria, pois, sentido em pensar uma forma de sociabilidade para além do mercado, como também não haveria sentido em pensar que uma forma histórica concreta, tal como o modelo fordista-taylorista de produção pudesse durar eternamente. O segundo é de que a função essencial da educação é a de preparar

os indivíduos para o trabalho. Admite-se que isto poderia até não ser tão verdadeiro para épocas mais remotas, mas é demonstrado claramente pela sociedade atual, que é a mais desenvolvida.

Na mesma linha de pensamento Gadotti (1997, p. 50) argumenta que o homem concebido como mercadoria não possui valor em si, haja vista que “[...] seu valor deriva da relação de troca, enquanto está na origem do lucro, da mais valia e da acumulação do capital.”

Marx (1996) ao analisar a relação do trabalhador no processo de produção voltado para o lucro destaca que aquele que aplica suas forças físicas e mentais para executar uma obra, sempre sai do processo como nele entrou, ou seja, fonte pessoal da riqueza, mas desprovido de todos os meios para realizá-la em seu proveito. Isto porque antes de entrar no processo de produção aliena seu próprio trabalho, que acaba por tornar-se propriedade do capitalista e se incorporar ao capital, materializando-se, durante o processo, em produtos alheios.

Sob esta ótica e visando uma educação realmente compromissada com a formação humanitária é que se vê a necessidade de promover o rompimento da visão dogmática de que a educação está atrelada e/ou objetivada, somente, aos pressupostos econômicos de cunho capitalista voltado para a produtividade e o lucro.

Tal rompimento não implica em promover o total distanciamento da escola com o trabalho, muito pelo contrário, ele objetiva formar pessoas cidadãs para as quais o labor é concebido como criador de valores-de-uso e não de valores-de-troca, isto porque é ele que possibilita o salto ontológico do ser natural para o ser social (MARX, 1996).

Nessa perspectiva, o trabalho enquanto ato originário do ser social não esgota a natureza humana sendo que outras atividades surgem da necessidade da reprodução do ser social.

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis da moral, da religião, metafísica etc. de um povo. (MARX, 2007, p. 94).

É fundamental compreender que, embora atreladas à sua base, as novas categorias não podem ser reduzidas ao trabalho, já que elas não têm como função a transformação da natureza. Elas constituem, portanto, as posições teleológicas secundárias, já que seu objetivo consiste em “[...] incidir sobre as consciências dos outros homens para impeli-los a executar as posições desejadas.” (LUKÁCS, 1981b, apud BERTOLDO, 2009, p. 103).

Vislumbrando uma melhor compreensão das relações existentes entre o trabalho e estas outras categorias da vida social, destacamos:

É, portanto, a partir do trabalho que surgem todos esses outros momentos da realidade social. Cada um com uma natureza e uma função próprias na reprodução do ser social. Deste modo, podemos dizer que entre o trabalho e as outras atividades existe uma relação de dependência ontológica, de autonomia relativa e de determinação recíproca. Dependência ontológica de todas elas em relação ao trabalho, pois este constitui o seu fundamento. Autonomia relativa, pois cada uma delas cumpre uma função que não resulta mecanicamente de sua relação com o trabalho. Determinação recíproca, pois todas elas, inclusive o trabalho, se relacionam entre si e se constituem mutuamente nesse processo. (TONET, 2011, p. 139).

Neste contexto, a educação enquanto atividade do trabalho não deve se confundir com o próprio trabalho e nem tão pouco servir aos interesses da burguesia, do sistema capitalista e de um sistema metabólico incorrigível, que se pauta em programas e ações políticas de um Estado criado para manutenção do *status quo*.

Tendo como base a centralidade do trabalho como categoria de análise crítica aos fenômenos sociais de essência burguesa, é que Mészáros (2007, p. 27) propõe uma educação para além do capital, ou seja, “[...] às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de transformação qualitativa.”

Ainda de acordo com o autor, é necessário “[...] romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente.” (MÉSZÁROS, 2007, p. 27).

Tonet (2005), pautado nos pressupostos marxistas, defende uma ação educativa voltada para emancipação humana, e não política. Isto porque a emancipação humana seria ilimitada, permitindo ao sujeito participar ativamente de

sua construção como homem livre capaz de se perceber enquanto membro participante de uma comunidade, de um contexto social, e, também de ver que constrói a si mesmo e ao meio por intermédio de seu trabalho; a emancipação política, a seu turno, embora tenha como parte de si a democracia e a cidadania, as têm de forma limitada, posto que se relaciona à sociabilidade que se funda no capital. Desta forma, o fim da educação não deve ser a cidadania, mas sim a emancipação humana.

Transcrevendo as palavras do autor temos que:

[...] por mais plena que seja a cidadania, ela jamais pode desbordar o perímetro da sociabilidade regida pelo capital. Isto é muito claramente expresso pelo fato de que o indivíduo pode, perfeitamente, ser cidadão sem deixar de ser trabalhador assalariado, ou seja, sem deixar de ser explorado. (TONET, 2005, p. 475).

A educação enquanto forma de emancipação humana nos remete aos pressupostos de Paulo Freire (1999, 2000, 2005), para quem a liberdade significa romper com a opressão exercida pela classe dominante e da reprodução de conhecimentos produzidos massificantes e alienadores, libertação esta que irá permitir ao sujeito conscientizar-se, isso possibilitará que ele se perceba dentro da sociedade. E com isso reflita sobre seu papel de modo crítico e autônomo, participante ativo na construção da história da sociedade em que está inserido e também de sua própria história, percebendo-se enquanto sujeito e não objeto da sociedade.

Sobre a liberdade vejamos o que destaca Tonet (2016, p. 22):

A liberdade numa sociabilidade plenamente emancipada implica – por força da natureza ontológica desta formação social e não por exigências éticas ou políticas – uma articulação entre indivíduo e gênero, de modo que o desenvolvimento de uma rica e multifacetada individualidade será uma expressão e uma exigência do mesmo desenvolvimento genérico e vice-versa.

A educação como instrumento para a libertação somente ocorrerá quando o objetivo da mesma for à emancipação humana, ou seja, oferecer aos sujeitos sociais possibilidades de opor-se à opressão, tornar-se crítico da realidade na qual está inserido.

Isto porque, de acordo com Freire (2000), a educação é uma condição humana, uma vez que visa formar o educando para sua ação junto com seus pares e, portanto, sua construção deve ocorrer sob a ótica do respeito e pela democratização do conhecimento, através de uma prática pedagógica dialógica que possibilite aos educandos perceberem-se enquanto sujeitos sociais.

Ainda de acordo com Freire (2000), a educação deve estar voltada para a libertação do homem, levando-o a compreender-se, valorizar-se e modificar-se ao longo do processo educativo, refletindo sobre sua vida e sua prática e assim ser capaz de modificá-la e, deste modo, resgatando sua essência.

Sob esta perspectiva Freire (2000) defende o comprometimento do educador enquanto condutor deste processo, o qual deve ser dotado de responsabilidade, ética e autoridade, para fazer da sala de aula um lócus de troca de experiências e construção conjunta da cidadania, fazendo com que o educando perceba a ideologia que permeia as relações existentes entre os homens, sendo capaz de problematizar os fatos e atos da sociedade e, assim, perceber-se enquanto sujeito histórico social.

Para tanto é fundamental que o professor instigue no educando o despertar curioso sobre si próprio, sobre o outro e sobre o mundo, uma curiosidade que começa de forma ingênua e aos poucos vai se tornando uma curiosidade epistemológica para fomentar a aprendizagem e o diálogo necessário para construir o conhecimento de modo a formar a consciência crítica da realidade.

Neste sentido destaca Paulo Freire (2000, p. 33):

[...] a curiosidade ingênua que, “desarmada”, está associada ao saber do senso comum é a mesma curiosidade que criticando-se de forma cada vez mais metodicamente rigorosa do objeto cognoscível, se torna curiosidade epistemológica.

Sob esta ótica “ensinar não é transmitir conhecimento”, Freire realiza a crítica à “educação narradora” ou “educação bancária”, onde a narração de conteúdos é transmitida aos educandos como se eles fossem depósitos, como se estes não tivessem qualquer conhecimento e, deste modo, determinando-os apenas o papel de reprodução.

Na perspectiva da educação problematizadora, compreende-se que todas as pessoas são seres inacabados e que vivem em constante aprendizado, o educador deixa de ser aquele que ensina para se tornar também aquele que aprende, pois

dentro de sua incompletude, ele vive em um eterno processo de formação (FREIRE, 2000; TONET, 2016). O educador reconhece-se no processo como parceiro capaz de construir conhecimentos conjuntamente dentro de uma relação ética e democrática voltada para a formação humana do educando, tudo isto dentro de um contexto educativo que busque realmente uma ação pedagógica crítica, politizada e consciente que analise o educando e o educador enquanto parceiros que caminham lado a lado na construção de uma aprendizagem que possa realmente promover a edificação do homem e as mudanças sociais necessárias para a construção de uma sociedade mais justa e humana (FREIRE, 2000).

De acordo com Jinkings (2007) e Mészáros (2007), a educação não é mera transferência de conhecimentos, mas sim uma forma de conscientização por meio da qual o ser humano se torna capaz de se libertar das cadeias do determinismo neoliberal.

Sob esta perspectiva a educação é muito mais do que um direito, constitui-se a própria chave para a emancipação humana, sendo, portanto, condição plena para a participação da vida em sociedade e para o fortalecimento da democracia enquanto princípio fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Segundo Freire (2005) deve-se romper a cultura de silêncio da situação de opressão na qual os homens estão imersos. Isto porque de acordo com ele, não é possível uma existência humana muda, já que existir humanamente é pronunciar o mundo, é transformá-lo.

É por meio deste processo de conscientização crítica que os homens, de acordo com Freire (2005) não apenas vivem, mas existem de maneira histórica, sendo capazes de promover mudanças no seu contexto social.

Pautado nos princípios da educação libertadora e para além do capital é que Jinkings (2007) defende que a educação deve ser concebida como um ato de criação humana e um processo de qualificação para a vida. Por esta razão se faz cada vez mais necessário romper e superar a lógica desumanizadora do capital, que busca na competitividade, no individualismo e no lucro seus grandes fundamentos.

Mészáros (2007, p. 28) destaca que romper “[...] não significa corrigir ou reformular a lógica do capital, por ser a mesma incorrigível, mas transformar esperançosamente determinantes de que existe uma alternativa de superação frente à globalização capitalista.” Na perspectiva do autor, a sociedade capitalista

subordina o trabalho e a educação, pois esta poderia ser um instrumento de mudança, mas tornou-se um meio de transmissão de valores que legitimam os interesses da classe dominante.

Assim, para romper com uma educação voltada para o capital é preciso pensar além deste, para evitar com isso que a educação continue a “[...] permanecer estritamente dentro dos limites da perpetuação do domínio do capital como modo de reprodução social metabólica.” (MÉSZÁROS, 2007, p. 26).

Deste modo, é preciso romper de vez com as personificações “carinhosas” do capital, buscando uma nova forma de ser e agir de modo que se promova uma mudança educacional radical capaz de alcançar uma emancipação igualmente radical (MÉSZÁROS, 2007).

O autor segue dizendo que:

Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções “não podem ser formais; elas devem ser essenciais”. (MÉSZÁROS, 2007, p. 45).

Romper com a lógica e libertar-se da prisão capitalista implicam nos dizeres de Mézszáros (2007, p. 47) “[...] substituir as forças onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente.”

Nas palavras de Tonet (2016) se o trabalho enquanto centralidade do mundo está em crise, não poderia a educação deixar de participar desta mesma crise. Diante disto, Tonet observa duas tendências entre os teóricos da educação, vejamos:

Uma primeira (desnecessário dizer que não há homogeneidade no seu interior), que pode ser chamada de conservadora, vai no sentido de apontar a necessidade de novas leis, novas políticas educacionais, novos métodos, técnicas e conteúdos, que permitam formar os indivíduos de modo que eles se adequem às novas exigências e, especialmente, de enfatizar a necessidade de parcerias da escola com a “comunidade” e com as empresas. Neste sentido, é sintomático o uso de termos como qualidade total, formação flexível e polivalente, novas qualificações, competências, empregabilidade, etc. [...] Uma segunda, que poderia ser chamada de progressista (e que também não é homogênea), entende que são as políticas

neoliberais as responsáveis pelo agravamento dos problemas da humanidade. Outras políticas poderiam levar à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Isto mostra que esta segunda resposta pressupõe aquilo que antes afirmamos ser inviável: a possibilidade de controlar a lógica mais profunda do capital. Supõe que “um outro mundo é possível”, “uma outra educação é possível” sem, contudo, exigir a superação radical do capital. (TONET, 2016, p. 33).

A revolução burguesa vivida nos países centrais possibilitou que os países ricos alcançassem o nível mais elevado da sociabilidade capitalista, poderiam alcançar uma cidadania plena, neste sentido a educação poderia ser universalizada. Mas de acordo com Tonet (2016), não há espaço entre os países mais ricos do mundo para os países pobres, na verdade, a riqueza dos países centrais depende da exploração das economias periféricas. Neste sentido, a busca pela universalização da educação e a construção da cidadania são partes integrantes da revolução burguesa, persegui-las é algo desejável, mas inatingível.

Diante do exposto, devemos buscar a problematização e desconstrução de expressões como educação emancipadora/ educação cidadã, muito utilizadas no espaço educacional, pois sendo a educação uma mediação para reprodução social, na sociedade de classes ela estará condicionada a reproduzir os interesses das classes dominantes. De acordo com Tonet (2016), é possível construirmos atividades educativas que apontem no sentido da emancipação, devemos ter clareza do papel da educação, não subestimá-la e também não considerá-la como único caminho possível.

Concluimos, resguardados os limites e cuidados teóricos, políticos e ideológicos deste trabalho, com a reflexão de que a educação que queremos está pautada na luta anticapitalista. Sendo assim, destacamos que as contribuições desta seção tiveram como intuito apresentar elementos para subsidiar uma atuação orientada na perspectiva do PEP, possibilitando a construção da crítica ao cotidiano profissional, onde comumente somos envolvidos e reproduzimos discursos falaciosos sobre a democratização do acesso à educação, à permanência e práticas educativas. Tivemos o intuito de desmistificar propostas de cunho reformistas, as quais se revelam hegemônicas porque estão diretamente relacionadas aos interesses do capital. Vale notar que se estamos comprometidos com o desenvolvimento de práticas educativas que apontem para a emancipação, devemos ter a clareza de que é um grande desafio, uma vez que o projeto do

grande capital busca inviabilizar tudo o que impede a expansão de sua valorização, ou seja, as atividades emancipatórias não encontram respaldo. Cabe esclarecer que estas colocações não nos rementem ao fatalismo, pelo contrário, conhecer os limites das políticas públicas e do trabalho profissional implica a afirmação da necessidade do permanente aprimoramento intelectual, da necessidade de fortalecermos a luta contra toda barbárie instituída pelo capital e, sobretudo, a afirmação contundente de que outra ordem societária é possível e urgente de ser estabelecida.

CAPÍTULO 3 A CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA

Como vimos, as instituições educacionais precisam de diversos profissionais para desenvolverem seus objetivos nos processos de reprodução social, dentre eles está o assistente social. Demandado para implementar as ações institucionais para ampliação do acesso e permanência, o Serviço Social tem nestes determinantes elementos importantes para compreender o trabalho neste espaço sociocupacional.

Os assistentes sociais que atuam nas IFES compõem o quadro de servidores técnicos administrativos em educação. O órgão responsável pela gestão de pessoas no Governo Federal é o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o qual normatizou o cargo de assistente social e o vincula ao Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE), vejamos a descrição:

NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO: E

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

[...]

REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO PARA INGRESSO NO CARGO:

ESCOLARIDADE: Curso Superior em Serviço Social

OUTROS:

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Lei nº 8 662, de 07 de junho de 1993 – Dispõe sobre a profissão de Assistente Social. Registro no Conselho competente.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras); desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO:

- Orientar indivíduos, famílias, grupos, comunidades e instituições:

Esclarecer dúvidas, orientar sobre direitos e deveres, acesso a direitos instituídos, rotinas da instituição, cuidados especiais, serviços e recursos sociais, normas, códigos e legislação e sobre processos, procedimentos e técnicas; ensinar a otimização do uso de recursos; organizar e facilitar; assessorar na elaboração de programas e projetos sociais; organizar cursos, palestras, reuniões. -

- Planejar políticas sociais:

Elaborar planos, programas e projetos específicos; delimitar o problema; definir público-alvo, objetivos, metas e metodologia; formular propostas; estabelecer prioridades e critérios de atendimento; programar atividades.

- Pesquisar a realidade social:

Realizar estudo socioeconômico; pesquisar interesses da população; perfil dos usuários; características da área de atuação; informações in loco; entidades e instituições; realizar pesquisas bibliográficas e documentais; estudar viabilidade de projetos propostos; coletar, organizar, compilar, tabular e difundir dados.

- Executar procedimentos técnicos: Registrar atendimentos; informar situações problema; requisitar acomodações e vagas em equipamentos sociais da IFE; formular relatórios, pareceres técnicos e rotinas e procedimento; formular instrumental (formulários, questionários, etc).

- Monitorar as ações em desenvolvimento:

Acompanhar resultados da execução de programas, projetos e planos; analisar as técnicas utilizadas; apurar custos; verificar atendimento dos compromissos acordados com o usuário; criar critérios e indicadores para avaliação; aplicar instrumentos de avaliação; avaliar cumprimento dos objetivos e programas, projetos e planos propostos; avaliar satisfação dos usuários.

- Articular recursos disponíveis:

Identificar equipamentos sociais disponíveis: identificar recursos financeiros disponíveis; negociar com entidades e instituições; formar uma rede de atendimento; identificar vagas no mercado de mercado de trabalho para colocação; realocar recursos disponíveis; participar de comissões de técnicas.

- Coordenar equipes e atividades:

Coordenar projetos e grupos de trabalho; recrutar selecionar e pessoal; participar do planejamento de atividades de treinamento e avaliação de desempenho dos recursos humanos da instituição. -

- Desempenhar tarefas administrativas:

Providenciar documentação oficial; cadastrar usuários, entidades e recursos financeiros; controlar custos; controlar dados estatísticos. - -

- Utilizar recursos de Informática.

- Executar outras tarefas da mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS, 2017b).

Pela nossa participação nos eventos da categoria, relacionados à Assistência Estudantil e também, de modo geral, através de observação empírica da composição do FONAPRACE, o que observamos é um perfil de profissionais jovens, majoritariamente mulheres, com formação recente. Na nossa pesquisa ratificamos esta observação, as profissionais possuem entre 28 anos, 36 anos, 38 anos. Embora todas possuam formação acadêmica recente, datando a conclusão de 2003, 2007 e 2011, relataram que não obtiveram durante a formação na graduação conhecimentos sobre o espaço sociocupacional do assistente social na educação superior.

Duas das profissionais entrevistadas graduaram em universidades particulares e uma graduou em uma universidade federal, também criada pelas

ações do Reuni. Embora nossa amostra seja pequena, retrata a ampliação da oferta dos cursos de Serviço Social que se deu majoritariamente nas instituições particulares.

A taxa de graduação, calculada considerando os 20 cursos presenciais com maior número de concluintes das IES privadas no Brasil, levando-se em conta a carga horária e o tempo de integralização de cada um deles, mostrou-se mais elevada nos cursos de Medicina (83,6%), Serviço Social (60,4%), Pedagogia (59,9%) e Psicologia (54,6%). (SINDICATO DAS MANTENEDORAS DO ENSINO SUPERIOR, 2015, p. 11).

Por meio da realidade que temos acesso através do trabalho realizado na universidade e do contato com as demais colegas que atuam na área, observamos empiricamente que os assistentes sociais que atuam nas IFES possuem titulação acadêmica e qualificação elevadas com relação aos demais profissionais que atuam em outras áreas. Supomos ser em função das exigências para a progressão na carreira e melhorias salariais, ou seja, a valorização da força de trabalho.

Vimos na pesquisa que as três profissionais são especialistas, nas seguintes áreas: Gestão Pública, Psicopedagogia Clínica e Institucional e Docência do Ensino Superior, sendo que uma delas está cursando mestrado em Administração Pública e outra já concluiu mestrado em Serviço Social e cursa o doutorado também na área. Estão evidentes o compromisso ético e a necessidade de capacitação continuada para que possamos compreender o movimento da realidade e, sobretudo, podermos intervir nas refrações da questão social cada vez mais complexa no cotidiano. Consideramos que um dos incentivos à qualificação seja o aumento salarial em função dos cursos de especialização, mestrado e doutorado, com acréscimos salariais de 30%, 52% e 75% respectivamente sobre o valor do salário base estabelecido no PCCTAE.

Para fins comparativos, indicamos que em pesquisa realizada com a categoria, Iamamoto (2009, [p. 408]) constatou que “A qualificação dos assistentes sociais brasileiros é a seguinte: 55,34% têm graduação; 35,26% têm título de especialista; 6,49% têm mestrado; 1,24%, doutorado e 0,67%, pós-doutorado.”

Um debate muito caro aos assistentes sociais que atuam nas IFES é a garantia das 30 horas semanais que estão asseguradas na Lei n. 12.317/2010 (BRASIL, 2010). Ocorre que em função da Orientação Normativa n. 01 de 01 de

fevereiro de 2011 da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, as instituições da administração pública federal estão desobrigadas ao cumprimento da lei, em virtude da compreensão do MPOG que a lei não se aplica aos assistentes sociais regidos pelo Regime Jurídico Único.

A referida Orientação Normativa foi expedida tendo em vista o disposto no artigo 19 da lei 8112 de 11 de dezembro de 1990, na lei 8662 de 07 de junho de 1993, alterada pela lei 12.317 de 26 de agosto de 2010 e na Portaria SRH/ MP nº 1.100 de 06 de julho de 2006, cujo Anexo vigora na forma do Anexo à Portaria SRH/MP nº 3353 de 20 de dezembro de 2010, estabelecendo em seu artigo 1º:

“Art. 1º Uniformizar procedimentos no âmbito do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, acerca da aplicação da jornada semanal de trabalho reduzida aos servidores ocupantes dos cargos de Assistente Social”.

Art. 2º. Para efeitos desta Orientação Normativa, o servidor ocupante de cargo efetivo de assistente social poderá ter sua jornada de trabalho adequada para 30 (trinta) horas semanais, mediante opção. A alteração sistêmica que trata este artigo deverá ser efetuada no cadastro do servidor pela transação CAALIORPCA.

Parágrafo 1º A adequação de que trata o “caput” deverá ser requerida expressamente pelo servidor e resultará na remuneração proporcional a jornada de trabalho.

Parágrafo 2º. A redução da jornada trabalho de que se trata esta Orientação Normativa, também, se aplica aos servidores ocupantes de cargos efetivos que tenham tido como requisito, para o ingressa em serviço público, a exigência de diploma de graduação em Assistência Social.

Art. 3º. Esta Orientação Normativa entra em vigor na data da sua publicação. (TERRA, 2011).

Diante desta orientação, em nenhuma das instituições pesquisadas, as assistentes sociais cumprem a carga horária de 30 horas semanais. É importante frisar que o assistente social, como os demais trabalhadores, sofre ataque aos seus direitos, uma vez que o Estado, ao não respeitar a jornada de 30 horas, não concebe a implementação de um direito, fruto de uma luta histórica da categoria por melhores condições para a realização do trabalho, visto que no cotidiano o assistente social lida com circunstâncias de profundo estresse, alta pressão, diante da convivência constante com o limite com situações dramáticas do cotidiano dos usuários dos serviços. E no caso específico da assistência estudantil, lida com circunstâncias que se referem ao futuro de jovens, a conquista de sonhos, a expectativas das famílias e a injusta conjuntura que tem se constituído o programa.

Com relação à experiência profissional, observamos que duas profissionais possuíam um histórico relativamente curto em outras áreas de atuação em outros espaços sociocupacionais e uma delas tem na assistência estudantil seu primeiro trabalho. Elas totalizam, cada uma, o tempo de exercício da profissão em 8 anos, 7 anos e 3 anos.

3.1 Breve histórico das instituições e da assistência estudantil

Cabe esclarecer que não é objetivo deste trabalho discutir a estruturação, a implementação e a gestão do Programa de Assistência Estudantil nas IFES. A contextualização das instituições faz-se necessária em função de considerarmos que a configuração e os rebatimentos da atuação profissional na sociedade não dependem apenas do trabalho do assistente social isoladamente, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza. Para tanto, iremos contextualizar brevemente as instituições pesquisadas:

3.1.1 A Universidade Federal de Alfenas

A Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) foi fundada como Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA) em 03 de abril de 1914, foi federalizada pela Lei n. 3.854, de 18 de dezembro de 1960. Transformou-se em autarquia por meio do Decreto n. 70.686, de 07 de junho de 1972, e com isso atendendo as demandas de formação de profissionais da área de saúde, no ano de 1976 implantou o curso de Enfermagem. Em 1999, foram implantados os cursos de Nutrição, Ciências Biológicas e a Modalidade Fármacos e Medicamentos, para o curso de Farmácia. Com a ampliação dos cursos, transformou-se em Centro Universitário Federal (EFOA/CEUFE) pela Portaria do MEC n. 2.101, de 1º de outubro de 2001. A expansão dos cursos continuou e, em 29 de julho de 2005, a Instituição foi transformada em Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), pela Lei n. 11.154/2005 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS, 2017a).

Com a expansão proposta pelo REUNI, em 2009 foram implantados novos cursos na sede e dois *campi avançados* localizados nas cidades de Varginha e Poços de Caldas, o primeiro com cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia; que permite o ingresso nos cursos de Ciências Atuariais; Administração

Pública e Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria. Já o campus de Poços de Caldas ofertou cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia; que permite o ingresso nos cursos de Engenharia Ambiental; Engenharia de Minas e Engenharia Química, para o campus de Poços de Caldas. Atualmente a UNIFAL oferta 32 cursos de graduação a 5094 estudantes matriculados (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS, 2014a).

A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE) foi criada em 2010. A universidade já possuía algumas ações para buscar assegurar a permanência dos estudantes, financiadas com recursos advindos do pagamento de matrículas e de taxas, referentes a atividades acadêmicas, executadas na universidade. Tendo em vista o recurso insuficiente para o atendimento das demandas e não haver no quadro técnico um profissional habilitado, foi criada uma comissão vinculada à Pró Reitoria de Extensão denominada de Comissão Provisória de Assistência Estudantil (COPAES) para realizar as análises socioeconômicas. Cabe esclarecer que houve uma assistente social na instituição que atuou até o ano de 1997, desde então até o ano de 2008 a UNIFAL não contou com assistente social em seu quadro.

Atualmente a PRACE atua no planejamento, execução e avaliação de políticas de apoio à comunidade acadêmica. No entanto, o que observamos é a centralidade que a concessão de auxílios e bolsas ocupa no desenvolvimento das ações da pró-reitoria. Em função do volume e da burocracia que envolvem todo o processo de análise socioeconômica, todos os servidores lotados no setor têm suas atribuições alteradas para o atendimento das demandas dos editais de seleção. Cabe destacar que a análise documental dos ingressantes pelo Sistema de Cotas - SISU também é realizada na pró reitoria, sendo demandado que o assistente social realize a análise documental para a confirmação da matrícula para as vagas reservadas. Deste modo, a equipe passa boa parte do período letivo realizando análises socioeconômicas seja por demandas da Assistência Estudantil ou por demandas do Sistema de Cotas.

Embora a PRACE tenha sido constituída em 2010, foi apenas em 2014 que os auxílios foram regulamentados pelo Conselho Universitário da UNIFAL Resolução n. 019/2014. Nos termos do regulamento:

CAPÍTULO 1

[...]

Art. 2º Os Programas de Assistência Estudantil são as atividades continuadas que buscam a melhoria da vida acadêmica dos estudantes de graduação da UNIFAL-MG, modalidade presencial, por meio de ações integradas, porém sem assumir ou justapor-se aos demais suportes sociais, caracterizados pela família, redes sociais e as políticas públicas locais.

Art. 3º Os Programas de Assistência Estudantil representados nesta Resolução compreendem auxílios para alimentação, para permanência, para creche e de apoio pedagógico ao estudante de graduação, modalidade presencial, conforme sua classificação de vulnerabilidade socioeconômica. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS, 2014b).

Para melhor compreensão da dinâmica da Pró-Reitoria na concessão dos auxílios, esclarecemos que há duas coordenações com chefias de servidores escolhidos pela Pró-Reitora, sendo Coordenadorias de Assuntos Comunitários e Coordenadoria de Assuntos Estudantis. Com relação aos auxílios, estão sendo ofertados da seguinte forma: O auxílio alimentação assegura sem custos aos estudantes as três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar) oferecidas nos Restaurantes Universitários (RU) dos três *campus*.

O auxílio permanência consiste na transferência de um valor em pecúnia diretamente ao estudante para assegurar sua permanência, sobretudo com despesas de moradia e transporte. O auxílio creche é destinado aos estudantes que possuam filhos com idade 0 a 5 anos e 11 meses, de acordo com o perfil socioeconômico estabelecido pelos indicadores do instrumental de seleção, consiste na transferência de um valor em pecúnia ao estudante.

Auxílio atividades pedagógicas consiste em apoio pecuniário nas seguintes situações:

- I - atividade de campo consiste em um subsídio diário para a realização de atividades de campo previstas no programa de ensino de disciplina (ou unidade curricular) e realizadas em município diferente do campus no qual o estudante está matriculado;
- II - participação em eventos científicos e culturais, apoio ao estudante que deseja participar de atividades acadêmicas em eventos científicos e culturais em município diferente do campus no qual está matriculado;
- III - isenção de taxas em eventos científicos e culturais da UNIFAL-MG;
- IV - instrumental de aulas práticas: consiste no empréstimo de instrumentais ao estudante assistido de acordo com a necessidade do período de formação e com a disponibilidade de instrumental na Prace;
- V - curso de idioma: suspenso no momento;
- VI - participação em eventos esportivos representando a UNIFAL-

MG; VII - participação em eventos de representação do movimento estudantil oficiais do DCE (Diretório Central dos Estudantes), DAs (Diretórios Acadêmicos) e CAs (Centros Acadêmicos). (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS, 2014b).

Ainda de acordo com a Resolução n. 19 está estabelecido da seguinte forma:

Art. 19 Os estudantes concorrentes ao Programa de Assistência Estudantil da UNIFAL-MG serão classificados, por meio de avaliação socioeconômica, nos seguintes perfis e com o respectivo percentual para o recebimento do auxílio-permanência:

I Perfil 0 a 2: 100% do valor do auxílio-permanência

II Perfil 3: 92% do valor do auxílio-permanência

III Perfil 4: 84% do valor do auxílio-permanência

IV Perfil 5: 76% do valor do auxílio-permanência

V Perfil 6: 68% do valor do auxílio-permanência

VI Perfil 7: 60% do valor do auxílio-permanência

VII Perfil 8 :52% do valor do auxílio-permanência

VIII Perfil 9: 44% do valor do auxílio-permanência

IX Perfil 10: 36% do valor do auxílio-permanência

X Perfil 11: 28% do valor do auxílio-permanência

XI Perfil 12: 20% do valor do auxílio-permanência

§ 1º Com base na classificação, o estudante de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica terá acesso diferenciado e/ou prioritário aos programas de Assistência Estudantil da UNIFAL-MG.

§ 2º Os estudantes com perfis de 13 (treze) a 15 (quinze), inclusive, terão direito ao auxílio-alimentação e auxílio a atividades pedagógicas. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS, 2014b).

A resolução também regula a “Avaliação Socioeconômica” vejamos:

Art. 22 As avaliações socioeconômicas serão realizadas exclusivamente por profissionais de serviço social, pertencentes ao quadro de servidores da UNIFAL-MG e/ou por serviço social contratado, em função da demanda de pedidos de auxílios e para dar celeridade ao processo.

Art. 23 A avaliação socioeconômica far-se-á pelos documentos exigidos pela Prace e entregues na inscrição do estudante aos Programas de Assistência Estudantil, na forma estabelecida nos Editais.

Art. 25 Os critérios para a avaliação socioeconômica serão baseados na última metodologia proposta pelo Fórum Nacional de Assuntos Estudantis e Comunitários (FONAPRACE) apresentado às IFES, acrescidos de alterações e adaptações sugeridas pela equipe de assistentes sociais da UNIFAL-MG e representação estudantil indicada pelo DCE da UNIFAL-MG.

Art. 26 Os seguintes parâmetros serão utilizados para estabelecer os critérios da avaliação socioeconômica:

I - renda per capita do grupo familiar;

II - bens imóveis da família;

III - status ocupacional dos responsáveis pelo estudante;
 IV - situação de moradia do estudante e da família;
 V – composição familiar;
 VI – antecedentes escolares do ensino médio do estudante;
 VII - impacto de doenças graves na organização familiar;
 VIII - situação de trabalho do estudante;
 IX – posse de veículos da família;
 X – condições de transporte do estudante em relação ao campus.
 Parágrafo único - Será considerado como estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica aquele que obtiver até 15 (quinze) pontos no escore total, após a análise dos critérios da avaliação socioeconômica.

Art. 27 O resultado da avaliação socioeconômica será o padrão para a inserção do estudante nos perfis de 0 (zero) a 15 (quinze) e para as respectivas concessões de auxílios.

Art. 39 Ao estudante de curso de graduação, modalidade presencial, é permitida a acumulação dos auxílios previstos nesta Resolução com bolsa remunerada oferecida pela UNIFAL-MG ou por outras instituições, desde que sejam bolsas de mérito acadêmico. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS, 2014b).

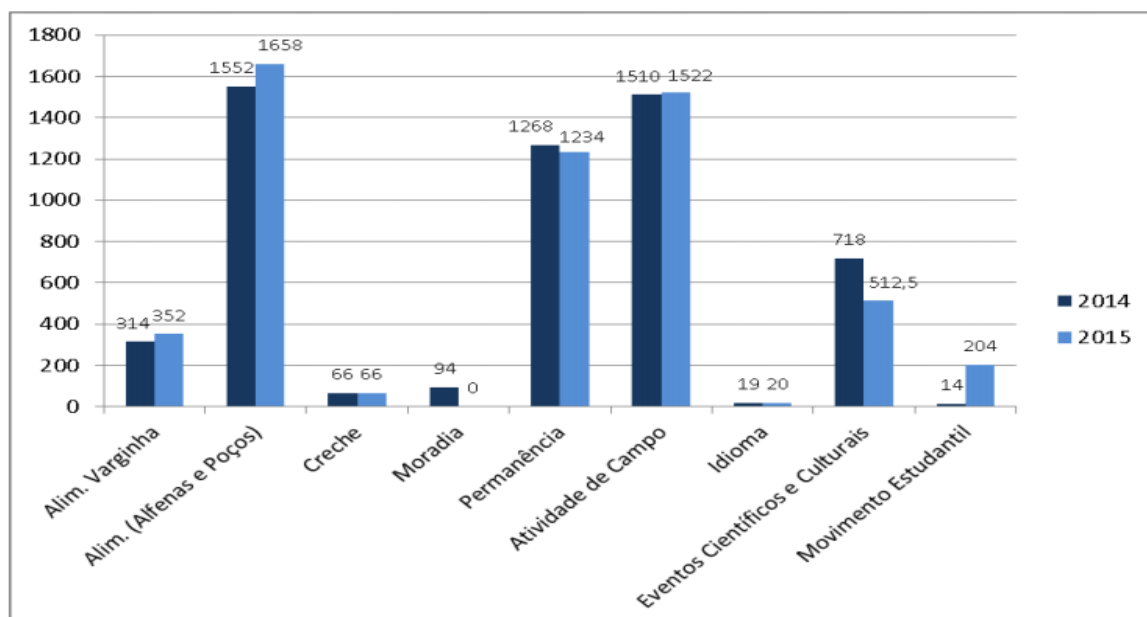
Realizamos consultas aos relatórios de gestão disponíveis na página da instituição e apontamos dados de 2014 e 2015, considerando que foi somente em 2014 que os auxílios foram regulamentados pelo CONSUNI. Verificamos que os recursos financeiros foram insuficientes. Vejamos:

Quadro 1 - Auxílios Estudantis

Auxílios	2014		2015		
	Valor do Auxílio (RS)	Número de beneficiários	Valor do Auxílio (RS)	Número de beneficiários	
PERMANÊNCIA	400,00 (perfil de 0 a 3) 200,00 (perfil 4) 152,00 (perfil 5) 110,00 (perfil 6) 80,00 (perfil de 7 ao 9)	1.268	400,00 (perfil de 0 a 3) 200,00 (perfil 4) 152,00 (perfil 5) Editais de 2013 e 2014/1 110,00 (perfil 6) Editais de 2013 e 2014/1 80,00 (perfil de 7 ao 9) Editais de 2013 e 2014/1	1.258	
MORADIA (extinto em março/2014)	300,00	94	Extinto em 2014	-	
ALIMENTAÇÃO (auxílio pecuniário para estudantes do <i>campus</i> de Varginha)	165,00	314	195,00	352	
ALIMENTAÇÃO	3 refeições (café, almoço e jantar)	1252	3 refeições (café, almoço e jantar)	1658	
APOIO A ATIVIDADES PEDAGÓGICAS:	Atividade de campo	50,00	1.510 diárias	1.522 diárias	
	Participação em eventos científicos e culturais	50,00	718 diárias	50,00	512,5 diárias
	Isenção de taxas em eventos científicos e culturais da UNIFAL-MG		72 isenções		58 isenções
	Empréstimo de instrumental de aulas práticas	-	26	-	41
	Curso de idioma	150,00	19	150,00	20
	Participação em eventos de representação do movimento estudantil oficiais do DCE (diretório central dos estudantes), DAs (diretórios acadêmicos) e CAs (centros acadêmicos).	50,00	14 diárias	50,00	204 diárias
AUXILIO CRECHE	100,00	66	100,00	66	

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2015 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS, 2016b, p. 87).

Gráfico 1 - Disposição numérica da abrangência dos auxílios concedidos aos estudantes



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2015 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS, 2016b, p. 88).

Quadro 2 - Demonstrativo dos benefícios/ beneficiários/ despesas de 2015

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS / BENEFICIÁRIOS / DESPESAS DE 2015 – Ação 4002 –					
TIPO DE BENEFÍCIO	Alunos aptos ao benefício	Número de benefícios em 2015	Nº de beneficiários em 2015 (acumulado)	Número de beneficiários (média)	Total de Despesas por benefício em 2015
ALIMENTAÇÃO	1.806	226.076	17.655	1.472	R\$ 2.178.724,00
PERMANÊNCIA	1.258	13.957	13.877	1.156	R\$ 2.610.475,00
CRECHE	66	782	708	59	R\$ 78.200,00
ATIVIDADES PEDAGÓGICAS: atividade de campo	1.806	1.522 diárias no valor de R\$ 50,00	522	44	R\$ 76.113,00
ATIVIDADES PEDAGÓGICAS: participação em eventos científicos e culturais	1.806	512,5 diárias no valor de R\$ 50,00	124	10	R\$ 25.625,00
ATIVIDADES PEDAGÓGICAS: isenção de taxas em eventos científicos e culturais da UNIFAL-MG	1.806	-	-	-	Despesa não vinculada ao orçamento da ASSISTENCIA ESTUDANTIL
ATIVIDADES PEDAGÓGICAS: instrumental de aulas práticas	95	41	410	41	Não houve despesa decorrente deste auxílio
ATIVIDADES PEDAGÓGICAS: curso de idioma	132	250	236	20	R\$ 37.500,00
ATIVIDADES PEDAGÓGICAS: participação em eventos esportivos representando a UNIFAL-MG	1.806	0	0	0	R\$ 0,00
ATIVIDADES PEDAGÓGICAS: participação em eventos de representação do movimento estudantil oficiais do DCE (diretório central dos estudantes), DAs (diretórios acadêmicos) e CAs (centros acadêmicos)	1.806	204 diárias no valor de R\$ 50,00	38	3	R\$ 10.200,00
Apoio à cultura e esporte					R\$ 12.316,92
Total das despesas em 2015					R\$ 5.029.153,92
Orçamento Assistência Estudantil Ação 4002					R\$ 5.052.935,00
Saldo disponível 2015					R\$ 23.781,08

Fonte: Relatório de Gestão do exercício de 2015 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS, 2016b, p. 89).

Pela leitura dos relatórios, observamos que em ambos os documentos foram feitos alguns destaques às ações realizadas por profissionais da Pró Reitoria. Mas ao trabalho das assistentes sociais não foi feito o mesmo destaque, apreendemos que tal fato possa ter ocorrido em função de que o papel atribuído ao Serviço Social seja relacionado a realizar análises socioeconômicas para selecionar estudantes para o recebimento dos auxílios e que muitas vezes são considerados como sinônimos. De todo modo, pelos dados apresentados e por considerar que todos os estudantes que constam como beneficiários do período foram atendidos pelo Serviço Social, ainda que por realização de análise socioeconômica por documentos, pelos registros do número de auxílios concedidos, foi um número elevado de análises para uma equipe de três assistentes sociais.

Em documento público, memorando n. 110/2016/PRACE, disponibilizado na página a PRACE consta um esclarecimento à Comissão Própria de Avaliação, a qual demanda o trabalho do assistente social para atender os estudantes, ou seja, demanda o atendimento para além da seleção de beneficiários. A pró-reitora esclarece que as três profissionais que atuam na instituição estão atuando nos trabalhos da PRACE principalmente nas análises socioeconômicas e que com a adesão ao Sistema de Cotas estas análises se estenderam aos ingressantes nos cursos de graduação por cotas na modalidade renda. Ela ainda pontua que com o desenvolvimento do Núcleo de Apoio ao Discente (NAD), a atuação do assistente social é fundamental, neste sentido solicitou em novembro de 2015 a contratação de serviços de assistente social, informa ainda que esta contratação não foi autorizada, citando o parecer da Procuradoria Jurídica da Universidade “[...] *está Universidade conta com três profissionais de Serviço Social, inviabilizando uma contratação que não seja por concurso público*” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS, 2016a, p. 2, grifo do autor). Ao final do documento a pró-reitora afirma que aguarda a disponibilidade de vagas.

3.1.2 A Universidade Federal do ABC

A Universidade Federal do ABC (UFABC), foi criada pela Lei n. 11.145, de 26 de julho de 2005. Conforme consta na página da instituição, a UFABC começou do zero, não houve qualquer tipo de atividade anterior. Na referida lei que cria a UFABC fica deliberado que a universidade desenvolverá suas atividades de ensino,

pesquisa e extensão nos campi da região do ABC Paulista. Atualmente a UFABC possui campus em Santo André e São Bernardo do Campo, oferta 27 cursos de graduação e possui 10809 estudantes (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC, 2017).

A Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (PROAP) foi instituída pela resolução 050 do Conselho Universitário (CONSUNI) em dezembro de 2010. A PROAP deu continuidade a alguns programas já existentes antes de sua criação, como a gestão das bolsas socioeconômicas (permanência e moradia) executadas pelo antigo Núcleo de Apoio ao Estudante. Com a criação da PROAP em 2010, a gestão do Restaurante Universitário passou a ser responsabilidade da Pró Reitoria, a qual também passou a desenvolver novos programas e projetos para os estudantes, servidores e toda comunidade acadêmica.

A divisão administrativa da PROAP ocorre em três coordenações – Coordenadoria de Assuntos Comunitários, Coordenadoria de Direitos Humanos e Coordenadoria de Políticas Afirmativas.

Na Coordenadoria de Assuntos Comunitários são desenvolvidas as ações de esporte, lazer, saúde e restaurantes universitários. A Coordenadoria de Políticas Afirmativas está dividida em Seção de Bolsas e Auxílios, Observatório de Políticas Afirmativas e Núcleo de Acessibilidade. Já a Coordenadoria de Direitos Humanos está dividida em Seção Psicossocial e Seção de Direitos Humanos. No organograma constam também que há a Seção Administrativa e Seção de Segurança Comunitária ambas relacionadas diretamente ao Pró-Reitor Adjunto da PROAP.

No quadro técnico das Seções da PROAP há sete assistentes sociais, entre os dois campi - Santo André e São Bernardo do Campo, sendo cinco na Seção de Bolsas Socioeconômicas e duas na Seção Psicossocial.

Cabe destacar que a assistente social que atua na UFABC nos relatou que “Na Universidade a assistência estudantil não é muito bem definida, pois entende-se que toda a Universidade presta assistência estudantil.”, consideramos que esta seja a forma mais adequada para se compreender a Assistência Estudantil, pois não fragmenta os estudantes e valoriza a complexidade dos fatores que interferem na permanência. O Programa de Apoio foi regulamentado pela Resolução n. 59 de 17 de março de 2011 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC, 2011) e n. 88 de 7 de maio de 2012 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC, 2012), sendo ofertado nas seguintes modalidades: Bolsa Permanência e Auxílios: Instalação; Moradia; Alimentação;

Transporte; Idiomas; Inclusão Digital; Intercâmbio; Saúde; Creche; Material Didático; Mobilidade e Acessibilidade; Evento Cultural, Político ou Esportivo; e Emergencial.

Diferentemente da UNIFAL, a UFABC não cita referências na resolução sobre valores ou porcentagens dos auxílios. De modo geral, o documento trata do funcionamento do programa.

Art. 5º O Auxílio Moradia consiste em subvenção financeira, com periodicidade de desembolso mensal, destinada às despesas com habitação dos estudantes que necessitem morar fora de seu domicílio familiar para estudar na UFABC.

Art. 6º O Auxílio Alimentação consiste em subvenção financeira, com periodicidade de desembolso mensal, destinada aos gastos com alimentação, tendo seu valor baseado nos preços das refeições dos Restaurantes Universitários da UFABC.

Parágrafo único. A política de subsídio para o Restaurante Universitário será definida em Resolução específica.

Art. 7º O Auxílio Transporte consiste em subvenção financeira, com periodicidade de desembolso mensal, destinada ao deslocamento da residência ou do trabalho até a UFABC e com o uso exclusivo de transporte coletivo.

Art. 8º O Auxílio Idiomas consiste em subvenção financeira, com periodicidade de desembolso mensal, destinada ao pagamento de cursos de língua estrangeira.

Art. 9º O Auxílio Inclusão Digital consiste em subvenção financeira, com periodicidade de desembolso mensal, destinada a despesas com cursos de informática não oferecidos pela UFABC ou por empréstimo de equipamentos de informática da UFABC.

Art. 10. O Auxílio Intercâmbio consiste em subvenção financeira para o participante de programa de intercâmbio, em parcela única, destinado ao pagamento de despesas com Passaporte e Visto de Estudante.

Art. 11. O Auxílio Saúde consiste em subvenção financeira, com periodicidade de desembolso mensal e por tempo determinado, destinada ao estudante com necessidade de submeter-se a tratamento médico, indisponível ou de longa espera no Sistema Único de Saúde (SUS), não disponibilizado pela UFABC, como tratamento fisioterápico, odontológico, psiquiátrico, oftalmológico, fonoaudiológico, inclusive para aquisição de medicamentos.

Art. 12. O Auxílio Creche consiste em subvenção financeira, com periodicidade de desembolso mensal, destinada ao estudante que tenha filho (a) em idade pré-escolar (zero a cinco anos e onze meses) para despesas com creche ou outras relacionadas à manutenção infantil, enquanto desempenham suas atividades acadêmicas.

Art. 13. O Auxílio Material Didático consiste em subvenção financeira, em parcela única, destinada à aquisição de livros, equipamentos de laboratórios ou Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) para o desenvolvimento das atividades dos estudantes matriculados em disciplinas da graduação.

Art. 14. O Auxílio Mobilidade e Acessibilidade consiste no fornecimento, por empréstimo, de cadeiras de rodas ou outro

equipamento destinado a auxiliar na acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida transitória ou permanente e no fornecimento, por empréstimo, de bicicletas para mitigar o impacto de transporte automotivo individual dos estudantes da UFABC no trânsito e contribuir com a sustentabilidade urbana e ambiental.

Art. 15. O Auxílio Evento Cultural, Político ou Esportivo consiste em apoio à realização e à participação dos estudantes ou das entidades estudantis reconhecidas pela UFABC em eventos culturais, políticos e esportivos, na forma de fornecimento de transporte, infraestrutura, pagamento de inscrição em eventos e/ou material de divulgação.

Art. 16. O Auxílio Emergencial consiste em subvenção financeira, com periodicidade de desembolso mensal e por tempo determinado, destinada aos casos excepcionais de vulnerabilidade e risco social. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC, 2012).

Verificamos que nenhuma das universidades firma seu compromisso em assegurar o atendimento da demanda de forma integral. Elas destacam que a concessão dos auxílios está condicionada à disponibilidade orçamentária, sinalizam que a realidade tem que se adequar ao orçamento. Assim como na UNIFAL e na UFABC as informações mais precisas são obtidas apenas nos editais de seleção dos estudantes, utilizamos como referência os editais de 2016 vejamos o que consta no Edital 2016 /1:

- Valor da Bolsa Permanência em 2014: R\$ 400,00
 - Auxílio Moradia: R\$ 300,00
 - Auxílio creche: R\$ 150,00
- (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC, 2016).

Os editais também contêm os critérios para a realização das análises socioeconômicas:

4.3.2. A análise socioeconômica poderá utilizar como metodologia, além dos critérios já previstos neste Edital, a realização de entrevistas individuais, análise documental, discussão de casos em equipe e visitas domiciliares.

4.3.3. Na análise documental, serão observados bens móveis e/ou imóveis, podendo este ser um critério excludente.

4.3.4. Serão indeferidas as solicitações dos estudantes que apresentarem reserva financeira familiar superior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

4.3.5. Além dos itens

4.4.4, a análise socioeconômica irá considerar a renda per capita familiar, a condição de moradia da família, a etnia do aluno, a procedência escolar, os bens patrimoniais, a existência de membro do grupo familiar ou do(a) próprio(a) estudante com deficiência, situações de saúde física e mental, situação de trabalho do grupo

familiar, fragilidade e/ou rompimento dos vínculos familiares e comunitários, reclusão ou cumprimento de medida socioeducativa, processos na vara familiar em andamento, situações de violência, e outras situações de vulnerabilidade e/ou risco social que poderão ser identificadas durante a análise e/ou mencionadas pelo estudante. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC, 2016).

De acordo com os dados da PROPLADI, atualmente a UFABC possui 10 809 estudantes, destes: 349 recebem bolsa permanência, 180 recebem bolsa moradia, 383 auxílio alimentação. Solicitamos à entrevistada que esclarecesse sobre a gestão seletiva/ focalista do programa, a mesma informou que:

Esse tipo de ação, da distribuição do orçamento da Universidade, não é feita em conjunto com a equipe, passando direto pela Pró-reitoria. O que se sabe apenas é que, tudo isso é decorrente do corte de verbas. (ENTREVISTADA)

Sobre este ponto consideramos importante destacar que o nosso poder é o saber. Que a autonomia profissional não é algo dado, é uma construção.

3.1.3 A Universidade Federal do Triângulo Mineiro

A Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) foi fundada como Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro em 1953, foi federalizada pela Lei n. 3.856 de 18 de fevereiro de 1960. Foi transformada em UFTM em 2005, ampliou a oferta de cursos para outras áreas do conhecimento, possui um campus fora da sede na cidade Iturama e atualmente tem 6996 alunos, sendo 5731 nos cursos de graduação, 938 nos cursos de pós-graduação e 327 alunos da educação profissionalizante (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, [2017]).

As ações de assistência aos alunos regulares da UFTM foram implantadas a partir de 2008, quando da criação do Núcleo de Assistência ao Estudante (NAE), atualmente a PROACE é o órgão responsável pela implementação da política de assistência estudantil. No organograma da PROACE consta que o Departamento de Assistência Estudantil e Serviços à Comunidade está composto por três frentes de trabalho: Setor de Acessibilidade, Setor de Auxílios a Estudantes, Serviço de Acompanhamento Pedagógico. No mesmo nível de vinculação hierárquica do Departamento de Assistência Estudantil, estão o Núcleo de Atenção Estudantil em Saúde, o Núcleo de Esporte Universitário e a Divisão de Serviço Social.

De acordo com as informações da página, a Divisão de Serviço Social atua subsidiando a gestão da PROACE, desenvolvendo atendimento à demanda espontânea, formulação, gestão e projetos sociais. A equipe conta com quatro assistentes sociais, as quais realizam avaliações socioeconômicas, acompanhamento de alunos, realização e elaboração de pareceres, relatórios e estudos sociais, pesquisas no âmbito do Serviço Social e a supervisão de Estágio em Serviço Social.

Gazotto esclarece (2014, p. 84):

Prosseguindo, após a sessão de orientação, o aluno preenche um formulário socioeconômico online, o qual está disponibilizado no site da UFTM, de acordo com os indicadores deste processo seletivo referente ao discente e sua família como a renda per capita, antecedentes escolares, situação econômica, profissão exercida pelo(a) provedor(a) da família, condição e local de moradia, imóveis além do que a família reside, enfermidades, deficiências e tratamento de saúde e outros condicionantes conforme a particularidade do contexto vivenciado pelo discente 11. O universitário(a), ao preencher e protocolar o formulário socioeconômico online, será convocado para agendamento de entrevista individual, via e-mail, com as assistentes sociais, conforme pré-pontuação gerada pelo sistema online em ordem crescente de indicadores de vulnerabilidade socioeconômica.

No que se refere aos auxílios, Gazzoto (2014, p. 86) descreve da seguinte forma:

O auxílio alimentação, o discente, até o ano de 2013, de acordo com a dotação orçamentária, recebe a pecúnia de R\$10,00 (dez reais), por dia letivo, considerando apenas como dia letivo de segunda a sexta-feira, devido ao orçamento repassado pelo governo.

O auxílio moradia é um valor mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais), pago durante os doze meses do ano. Este valor é depositado em conta corrente de titularidade do próprio aluno e apenas os discentes que, ao final da avaliação socioeconômica conforme os indicadores e processo avaliativo da Unidade de Serviço Social possuir classificação E ou D e que tenham vindo para Uberaba para estudar e que sua família não possua casa própria, alugada ou cedida em Uberaba-MG.

O auxílio transporte, pago para todos os alunos que solicitam e são deferidos, é subdividido em três categorias: auxílio transporte urbano, auxílio transporte para cidades circunvizinhas e o transporte para estágio curricular obrigatório não remunerado.

O auxílio permanência, diferente dos outros auxílios, além da condicionalidade de frequência de 75% e aprovação nas disciplinas de, no mínimo 70%, o discente deve estar inserido em alguma atividade de pesquisa, monitoria, extensão ou atividades que esteja

vinculadas às dez áreas estratégicas da PNAES, no mínimo de dez horas semanais, com comprovação por meio de relatórios de atividades, assinado pelo tutor ou coordenador dos projetos que devem ser apresentados mensalmente na PROACE. Caso não apresente, este será suspenso até a apresentação do relatório de atividades, sem receber retroativo. A verba orçada prevalece apenas para a classificação E e D, e o valor recebido é de R\$ 200,00 mensal em conta corrente de titularidade do próprio aluno.

Mostrou-se evidente na análise realizada que, de modo geral, nas três instituições pesquisadas não há documentos que enfatizem a responsabilidade das universidades no atendimento da demanda integral dos estudantes. Elas destacam que o pagamento dos auxílios da Assistência Estudantil fica condicionado à disponibilidade orçamentária. Portanto, a compreensão da Assistência Estudantil como parte do direito à educação está prejudicada.

3.2 O trabalho do assistente social na assistência estudantil

Para se compreender o trabalho do assistente social no cenário atual precisamos partir da análise que todo debate sobre o exercício profissional deve estar relacionado às discussões sobre o projeto da profissão e a condição de seus agentes como trabalhadores assalariados.

Iniciamos com a reflexão sobre o que é o Serviço Social nos processos de trabalho desenvolvidos na Assistência Estudantil. O que é particular do Serviço Social na Educação?

Para responder ao questionamento realizado é de fundamental importância pontuarmos que a institucionalização da profissão historicamente se deu vinculada à regulação de conflitos entre as classes sociais fundamentais (trabalhadores e capitalistas), na gestão de políticas sociais.

Durante muito tempo o Serviço Social realizou a análise do surgimento da profissão de modo endógeno, por vezes associando a profissionalização ao início da primeira escola de Serviço Social em 1936. Naquele momento a categoria, baseada em um pensamento conservador, compreendia a profissão a partir da autoexplicação de seus sujeitos sobre os conhecimentos, objetivos, métodos e valores.

Esta concepção tinha como seus elementos definidores: os conhecimentos e valores, a partir dos quais a prática é entendida como fonte de conhecimento direto dos problemas em suas causas e consequências, o seu marco filosófico, dado pela visão humanista-cristã de valorização da dimensão pessoal e social do homem; o método, como meio ou caminho para se atingir algo, desenvolvendo-se a partir de então um conjunto de regras e padronizações de procedimentos ou princípios operacionais; o objeto, o homem no processo de interação com o seu meio social; e o objetivo, delimitado pelos próprios postulados e princípios que constituem o marco filosófico, ou seja, a mobilização e o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos. (SARMENTO, 2002, p. 116).

O capitalismo monopolista apresenta como essencial a consideração pública do enfrentamento das expressões da questão social. Deste modo, a legitimação do Serviço Social enquanto profissão não está diretamente relacionado a um avanço das formas de ajuda ou da organização da caridade, mas sim determinada pela dinâmica monopólica. Por meio de políticas sociais, o Estado passar a intervir para assegurar a superexploração do trabalho e maximização dos lucros dos capitalistas, para esta intervenção o mesmo precisou de agentes profissionais para realizar planejamento e implementação, assim constitui-se o mercado de trabalho para o assistente social.

Da mesma forma é relevante termos o cuidado apontado por Iamamoto (2008), pois ao não considerar as determinações condicionantes pela venda da força de trabalho, incorremos na frágil associação entre os fundamentos do Serviço Social e o trabalho profissional cotidiano, o que comprometerá o significado social da profissão, visto que as particularidades não se esgotam no valor de uso dos serviços prestados, mas de um extenso conjunto de determinações que se inscrevem no conflito entre projeto profissional e alienação do trabalho. Nas palavras de Paulo Netto (2011, p. 72):

[...] a condição do agente e o significado social da sua ação; o agente passa a inscrever-se numa relação de assalariamento e a significação social do seu fazer passa a ter um sentido novo na malha da reprodução das relações sociais. Em síntese: é com este giro que o Serviço Social se constitui como uma profissão, inserindo-se no mercado de trabalho, com todas as consequências daí decorrentes (principalmente com o seu agente tornando-se vendedor da sua força de trabalho).

A atuação do assistente social na educação não pode ser considerada como campo novo, pois como vimos a profissionalização do Serviço Social se deu em

função das exigências de intervir na questão social no capitalismo monopolista; neste período as ações profissionais estavam voltadas para a manutenção da ordem capitalista. Dentz e Silva (2015), em pesquisa em produções científicas do início da profissão no Brasil constataram que na obra da assistente social Maria Esolina Pinheiro, intitulada “Serviço Social, infância e Juventude desvalidas”, publicado em 1939 e reeditada em 1985, a autora aborda ideias e técnicas do Serviço Social nas diversas áreas de atuação. No que se refere ao âmbito escolar, a referida autora informa que o Serviço Social aparece como um espaço de “ação social” que tinha por objetivo fornecer informações sobre a vida dos alunos. Ainda de acordo com os autores, em 1940 há um significativo número de trabalhos de conclusão de curso que apresentam a intervenção do Serviço Social educacional. O trabalho de Maria Tereza Guilherme intitulado “Serviço Social Escolar”, publicado em 1945 pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, tornou-se uma referência no período. De acordo com Dentz e Silva (2015, p. 18), a autora destaca como atribuição do Serviço Social no espaço da escola, “[...] ‘curar e prevenir desajustamentos, contribuir com eficiência em todos os setores escolares para o desenvolvimento harmonioso e integral da criança [através de] métodos adequados’ (1945, p. 79).”

Segundo Amaro (2011 apud DENTZ; SILVA, 2015, p. 18), o primeiro registro do Serviço Social na área escolar no Brasil ocorreu em 1946, a experiência ocorreu no Rio Grande do Sul, onde foi implementado o serviço de assistência escolar na antiga Secretaria de Educação e Cultura. Nesse serviço os assistentes sociais eram demandados para atuar “[...] ‘[...] em situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social’ (Amaro, 2011, p. 19 apud DENTZ; SILVA, 2015, p. 18). Segundo os autores, outra experiência do trabalho do assistente social no espaço escolar ocorreu em Pernambuco, assim como no primeiro registro, o trabalho era demandado para “[...] ‘resolver problemas como evasão, repetência, desmotivação, dificuldades de relacionamentos, absenteísmo às aulas e demais desconfortos escolares’.” (DENTZ; SILVA, 2015, p. 18).

O que se constata é que desde a constituição do Serviço Social no Brasil em 1936 até 1970, de modo geral, são ações que buscam a integração do sujeito desajustado à sociedade. Este modelo de trabalho profissional se esgotou tanto pelas transformações societárias como pela busca da reflexão crítica de novos referenciais para o exercício profissional. A maturidade teórica e política alcançada pelo Serviço Social na década de 1980 com o Movimento de Reconceituação, o qual

se deu tanto em função da consolidação de mudança no interior da categoria que firmou os seus compromissos com os interesses da classe trabalhadora como também ocorreu pela necessidade de compreender a profissão para além da legitimidade das demandas patronais e nas condições de uma complexificação da relação entre Estado e sociedade no capitalismo monopolista e, sobretudo, pela apropriação do marxismo que viabilizou uma grande alteração na visão de homem e de mundo da categoria.

A construção da nova cultura crítica, no interior da profissão, foi corroborada por um conjunto de fatores sócio-históricos. Nos aspectos até então pontuados, salienta-se a inquietação da própria categoria profissional quanto à teorização, a cientificidade da prática profissional; a abertura à pesquisa, ascensão do marxismo acadêmico; o enfraquecimento do regime militar, entre outros aspectos que foram sinalizando a ruptura para a reconstrução crítica da intervenção profissional. (DENTZ; SILVA, 2015, p. 21).

Ao longo da década de 1980 e início da década de 1990, a Educação e o Serviço Social estavam em processo de transformação. A sociedade vivia o processo de redemocratização, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 a qual apresentou em seu bojo a garantia de direitos de cidadania. É neste cenário que se ampliam os espaços de atuação do assistente social nas políticas de escolarização brasileira, ou seja, quase sessenta anos depois e cabe destacar que tal ampliação se deu tanto pelo acúmulo teórico da profissão que avançava na discussão sobre as políticas sociais, enquanto espaço privilegiado de atuação, como também pela necessidade posta na realidade de um profissional que realizasse a implementação de políticas públicas com interfaces na educação.

Podemos inferir que a relação entre o Serviço Social e a educação, desde o início, estabeleceu demandas à profissão relacionadas às requisições postas pelas classes dominantes quanto à formação tecnicista para o trabalho, buscando dominar subjetividades para as mudanças do mundo do trabalho (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012).

Como vimos no capítulo anterior, a LDB – n. 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996), referendou a educação escolar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social. As divisões dos níveis de educação, a massificação do ensino influenciada pelas orientações da burguesia internacional, ampliaram os espaços ocupacionais para os

profissionais que atuam na operacionalização dos programas e projetos assistenciais, baseados na ideia de uma educação inclusiva.

O acervo sobre o Serviço Social na Educação Superior com ênfase na área de Assistência Estudantil ainda pode ser considerado restrito, sobretudo se relacionarmos às áreas mais tradicionais como saúde, sociojurídico e assistência social. Destacamos o documento elaborado pelo CFESS em 2012 que contém “Os subsídios para a atuação dos assistentes sociais na educação.” Pela leitura deste documento, observamos que a orientação para o desenvolvimento do trabalho na educação, especificamente na Assistência Estudantil é de que a apreensão da educação deve estar alicerçada nos princípios do Código de Ética, que a concepção de educação que os assistentes sociais compartilham é de que a educação reproduz e faz parte do conjunto das desigualdades sociais, de que práticas orientadas para a emancipação dependem do estabelecimento de uma nova perspectiva de trabalho, em que todos os trabalhadores possam desenvolver suas atividades, onde o trabalho aconteça para autorrealização dos sujeitos, e assim possa produzir contra-hegemonia.

A educação pode ser considerada um espaço privilegiado para o enriquecimento ou empobrecimento do gênero humano. Assim, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político, o trabalho do/a assistente social na Política de Educação pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 33).

Nas mais diversas áreas em que atua, o assistente social orienta sua prática pelos princípios do Código de Ética da profissão, pela lei que regulamenta a profissão – Lei n. 8.662/1993 (BRASIL, 1993) e pelas diretrizes curriculares da ABEPSS.

A Lei n. 8662/1993 de Regulamentação da Profissão elenca as atribuições que os assistentes sociais estão habilitados a desenvolver, as suas competências e as suas atribuições privativas.

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. (BRASIL, 1993).

Cabe esclarecer que as competências são habilidades que os profissionais possuem condições de desenvolver em razão de sua formação. Já as atribuições são funções privativas aos assistentes sociais. As competências e atribuições dos assistentes sociais e embasadas na Lei n. 8.662/1993 que regulamenta a profissão requisitam respostas profissionais que, para estar de acordo com os princípios do PEP, exigem algumas competências gerais para compreensão do contexto sócio-histórico em que ocorre a sua intervenção, os quais seguem:

- apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;- análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais; - compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, no cenário internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; - identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996). (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 26).

Embora a Lei n. 8.662/1993 que regulamenta a profissão oriente e defina as atribuições e competências dos assistentes sociais em qualquer espaço sociocupacional, é comum observar-se no cotidiano profissional e até mesmo nas reuniões do FONAPRACE, nos grupos de trabalhos onde se reúnem assistentes sociais de diversas IFES, a imprecisão sobre o trabalho profissional na Assistência Estudantil. Mostra-se evidente no discurso das profissionais o sentimento da desqualificação do exercício profissional, a exaustão que as exigências imediatas de grande volume para a seleção de estudantes provocam, o desejo de desenvolver outras atividades profissionais ainda que não possuam referências sobre o que seria possível realizar.

Vejamos o que dizem as entrevistadas quando questionadas sobre qual a percepção sobre o trabalho do Serviço Social na Assistência Estudantil:

Na minha visão, o trabalho na Assistência Estudantil não se resume apenas na concessão de auxílios. A escuta ao estudante, a compreensão de sua realidade vivida, e o olhar ampliado sobre as possibilidades que a Universidade oferece, são características muito peculiares do trabalho do Serviço Social. (Entrevistada A)

Em um primeiro momento e de acordo com as prerrogativas governamentais tem o objetivo de contribuir com o acesso e a permanência dos discentes nos espaços das universidades e institutos federais visando a conclusão nos cursos contribuindo para a não retenção e evasão destes discentes. (Entrevistada B)

Na minha percepção é um trabalho fundamental que tem contribuído para o processo de permanência dos estudantes nos cursos de graduação. (Entrevistada C)

Pelas respostas apreendemos que a entrevistada A compreende o trabalho numa direção mais ampliada. As entrevistadas B e C apresentam o trabalho do assistente social como similar ao objetivo do programa, “assegurar condições de permanência aos estudantes”. Nenhuma das profissionais entrevistadas refere-se às condições concretas para a realização do trabalho, mesmo diante da intensificação do mesmo e o pouco quantitativo de profissionais para realizarem seleção de muitos estudantes, seja para acesso aos benefícios da Assistência Estudantil como para a análise das vagas reservadas aos cotistas, estas ações ocupam todo o tempo das profissionais envolvidas em função do grande quantitativo. Apenas em uma das universidades pesquisadas a análise das vagas reservadas aos cotistas não é responsabilidade exclusiva do Serviço Social. Nesta, a análise é realizada por uma Comissão de Políticas Afirmativas, com vários representantes, entre eles o assistente social.

Embora tenhamos verificado esta imprecisão sobre o trabalho profissional, o que faz com que as profissionais idealizem as ações profissionais sem considerar as condições concretas de sua realização. Vimos também, por outro lado, a expansão deste mercado de trabalho para o assistente social, todas as IFES possuem profissionais de Serviço Social e há um movimento de ampliação das equipes com aberturas de novas vagas em concursos públicos, com destaque ao interesse das instituições de possuir em seu quadro estes profissionais selecionando via editais de redistribuição, trocas de códigos de vagas de outras áreas para códigos de cargos de assistentes sociais, delegando a estes um conjunto de demandas que manifestam a utilidade da profissão na dinâmica dos processos coletivos de trabalho na educação.

Sobre esta aparente contradição, esclarece Paulo Netto (1992, p. 68 apud COSTA, 2000, p. 36).

[...] “um mercado não se estrutura para o agente profissional mediante as transformações ocorrentes no interior do seu referencial ou no marco de sua prática; antes, estas transformações expressam exatamente a estruturação do mercado de trabalho”, posto que uma profissão não “se constitui para criar um dado espaço na rede sociocupacional, mas é a existência deste espaço que leva à constituição da profissão”.

Costa (2000) esclarece que o conflito entre os valores da profissão e as requisições que objetivamente lhes são postos ocasionaram uma hipertrofia dos primeiros na autorrepresentação profissional. Em consonância com esta idealização do trabalho profissional, parecem ser colocadas em segundo plano às condições objetivas para a realização do mesmo, no contexto da produção dos serviços públicos de educação e na condição de trabalhador assalariado.

É essencial a compreensão de que comparando com outros trabalhadores, o assistente social sofre com o controle de sua força de trabalho e a subordinação das suas ações profissionais aos interesses da instituição empregadora. Ao recusar esta perspectiva de análise, ao não compreender o contexto histórico e social, e, o ainda incipiente debate sobre as particularidades da atividade profissional na Assistência Estudantil, são constituídos os elementos de conflito entre as exigências do mercado e a idealização dos profissionais sobre as suas práticas. Portanto, é no interior de processos de trabalhos coletivos que compreendemos a inserção do trabalho dos assistentes sociais na Assistência Estudantil.

Além das determinações impostas pelas instituições empregadoras, que exigem que as análises socioeconômicas sejam realizadas em prazos determinados em editais, a ausência de um plano de trabalho do Serviço Social faz com que as atividades profissionais transformem-se em tafetismo. Deste modo, indagamos às profissionais sobre o plano de trabalho do Serviço Social, elas compreendem a sua importância, mas relatam que não possuem. A ausência do plano de trabalho do Serviço Social é um elemento em comum entre as instituições.

Questionamos as profissionais sobre o que consideram peculiar ao Serviço Social na Assistência Estudantil, as profissionais expõem os procedimentos técnico-operativos. Assim evidenciam novamente dificuldade de estabelecer a identidade profissional neste espaço, o que faz com que reduzam a sua atuação às determinações da política. Vejamos as respostas:

A escuta qualificada, a compreensão e intervenção na realidade, e a ética. (Entrevistada A).

Tudo que diz respeito às atribuições privativas do assistente social: Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social, planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social, Realizar informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social, dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas. (Entrevistada B).

A análise socioeconômica, por se tratar de um pré-requisito para que os estudantes tenham acesso aos seus direitos. (Entrevistada C).

O trabalho do assistente social nas IFES tem sido crescentemente demandado em diversas frentes de trabalho como a área de gestão de pessoas, núcleos de inclusão da pessoa com deficiência, ações afirmativas, trabalho com famílias, articulações com a rede socioassistencial, acompanhamento sociopedagógico de estudantes via programas da Pró Reitoria de Graduação, saúde do trabalhador, assessorias em projetos de extensão, mas fortemente se destaca que a ampliação do mercado de trabalho dos assistentes sociais na educação superior deve-se à necessidade de implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil. Em um universo de múltiplas possibilidades, as ações relacionadas às análises socioeconômicas se destacam em razão da própria característica da política de educação, constituindo-se uma exigência posta pelas instituições e também pelo público de estudantes. Esta dinâmica de configuração do trabalho impõe aos assistentes sociais a busca da compreensão do trabalho numa perspectiva de totalidade, compreendendo na dinâmica contraditórias dos processos societários de luta, as particularidades da Política de Educação, não reduzindo a aquela dimensão de sua inserção e atuação profissional aos procedimentos técnicos e operacionais que manuseia no cotidiano institucional (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 40).

Buscando compreender na perspectiva da totalidade, a práxis profissional, ou seja, o movimento entre as determinações concretas postas na realidade e as mediações para a aproximação com o objeto, perguntamos as entrevistadas qual a análise que realizam sobre a expansão da educação superior no Brasil e qual o trabalho do assistente social como integrante deste processo, em outras palavras, buscamos investigar qual o lugar do Serviço Social neste processo, findamos a elaboração da pergunta da seguinte forma “o que queremos?”.

Vejo a expansão do ensino superior como positiva, apesar de atrasada, tendo em vista que, até mesmo o surgimento da primeira universidade no Brasil ocorreu muito tempo depois em comparação com outros países. Muitas pessoas que jamais se imaginavam nos bancos de uma Universidade, puderam (e podem) usufruir desse momento. Porém, na minha realidade, como trabalhadora de uma universidade pública, percebo que o acesso apenas não resolve a questão. Acessar, permanecer e finalizar o curso são processos que podem se distanciar muito um do outro. Apesar de muitos não entenderem o porquê de Assistente Social trabalhar na Universidade (pelo menos eu já ouvi isso algumas vezes) somos essenciais na contribuição dessa permanência, visando a finalização do curso e suas experiências. Um grande desafio tem sido manter estudantes de condição vulnerável dentro de um contexto onde a Universidade obteve corte de bolsas, por exemplo. Diante disso, temos visto estudantes que passaram pelo desafio do ingresso, estavam conseguindo permanecer, mas agora estão buscando, desesperados, uma alternativa para não trancar ou abandonar seus cursos. Quando atuo penso nesse estudante como um todo, que vem cheio de anseios, que tem uma família que nem sempre o apoia que precisa trabalhar, que sofre com o sistema meritocrático, que chega jovem demais e não sabe o que quer fazer, que não tem dinheiro para ir no Restaurante Universitário, etc, mas que quer se formar, quer ter uma história diferente, quer completar o caminho. O profissional está aberto a ouvir, intervir na realidade e muitas vezes buscar, junto com o estudante, as alternativas necessárias para o alcance de seus objetivos. Sei, com toda certeza, que dentro de uma Universidade não é qualquer profissional que está apto para lidar com os momentos mais difíceis do estudante e que se preocupa com seu percurso, necessidades e projetos. Nosso espaço é esse, porém os desafios institucionais são grandes. (Entrevistada A).

Observo que na realidade vivenciada a expansão da educação superior demonstra os interesses de uma classe capitalista regida por organismos bilaterais que conduz a uma educação como formação de capital humano onde a educação institucional, demandada pelo Estado, com as políticas educacionais, querem apenas uma educação bancária, ou seja, pessoas que tenham apenas o mínimo de formação para atender as requisições do mercado de trabalho com mão de obra minimamente especializada e não pensante. O Serviço Social, nas instituições educacionais ocupam um lugar estratégico que tanto pode trabalhar para manutenção dessa ordem posta na sociedade, como pode também com sua formação e reconhecimento de classe trabalhadora afirmar uma direção política que contribua para uma emancipação política, desvelando a realidade, aprofundando seus conhecimentos teóricos e técnico indo ao encontro do nosso compromisso ético e político resguardado em nosso código de ética e no nosso projeto Ético Político. (Entrevistada B).

Estamos vivendo os desdobramentos da expansão do ensino superior. A democratização do acesso ao ensino superior é algo muito positivo, pois hoje podemos claramente enxergar que os filhos da classe trabalhadora estão na universidade pública, mas ao meu ver, também é possível notar que os desafios de permanência na

universidade aumentaram. Na assistência estudantil os recursos não aumentaram na mesma proporção que a demanda e cada vez mais a política se torna focalista e seletista. Na prática cotidiana percebo que na maioria das vezes acabo reproduzindo a lógica neoliberal na política de assistência estudantil, apesar de acreditar que é no campo da educação que se torna possível a construção do projeto societário emancipatório, igualitário e democrático. (Entrevistada C).

Todas as profissionais abordam a Assistência Estudantil como parte do direito à educação. Percebem que a atuação profissional e o projeto de educação são tensionados pelos interesses do capital, observam que o trabalho profissional tanto pode favorecer a manutenção da ordem quanto romper e orientar suas práticas no sentido de atividades emancipadoras.

A fala da entrevistada A, por exemplo, indica que dar visibilidade ao resultado da escuta dos estudantes, instrumentalizando-os para a luta pode ser um dos meios para a realização do trabalho na perspectiva do PEP. A entrevistada B faz um destaque importante sobre o capital humano, onde o processo de formação está voltado a produzir valor econômico. Verificamos que as entrevistadas não discorreram sobre a expansão de a educação superior ter se dado majoritariamente por instituições privadas e também não fizeram referências ao movimento de privatização que ocorre no interior das IFES, o que no cotidiano tem significado estabelecimento de racionalidades gerenciais nas práticas sociais que compõem o trabalho coletivo.

Sobre as principais atividades profissionais do Serviço Social, vejamos o que dizem as entrevistadas:

O atendimento direto ao estudante para orientações e entrevistas, análise documental para concessão de bolsa/auxílios, encaminhamentos à rede de serviços, e atividades administrativas que envolvem controle ref. a frequência, trancamentos etc. Um dos maiores anseios da equipe é de fato manter o acompanhamento do estudante, porém, até o momento isso tem sido uma grande dificuldade, pois o tamanho da equipe é muito reduzido para a demanda atendida, sendo também os fatores burocráticos um grande entrave na atuação do profissional. (Entrevistada A).

Organização do processo de trabalho (normas, fluxo, plano de trabalho, etc) do Setor de Serviço Social, Atendimento aos alunos dos cursos de graduação e dos cursos técnicos - CEFORES (via telefone, internet ou pessoalmente) com acolhimento, análise das questões apresentadas e encaminhamento para recursos internos e externos, Emissão de pareceres, relatórios e estudos sobre situação

socioeconômica quando da concessão de bolsas e/ou auxílios por outros setores da UFTM e demandas sociais, orientações sobre editais e documentos comprobatórios por ocasião da solicitação de auxílios, avaliação socioeconômica dos alunos para concessão de auxílios, visitas domiciliares, colaboração na elaboração de editais da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (ProACE), manutenção de informações nos murais informativos, acompanhamento dos editais e comunicados divulgados pela ProACE no site da UFTM, subsidiar a ProACE na elaboração de relatórios e pareceres sociais referente a demanda, supervisão direta de estagiários do Serviço Social, elaboração, execução e avaliação de projetos relacionados às áreas temáticas da assistência estudantil, acompanhamento do perfil do aluno atendido na assistência estudantil, participação em projetos e ações de promoção de saúde e temas relacionados à juventude, captação de parceiros para a ampliação dos projetos e ações realizados na assistência estudantil, colaboração no acompanhamento de alunos com deficiências, acompanhamento das solicitações recebidas via e-mail, participação nas atividades de promoção de saúde e efetivação dos direitos dos acadêmicos, produção de relatórios com informações sobre os atendimentos realizados, informar mensalmente a planilha de resultado ao Setor de pagamento da ProACE. (Entrevistada B).

Atendimento social, análises socioeconômicas e entrevistas. (Entrevistada C).

Como vimos no início desta seção, ao longo da profissionalização do Serviço Social e a inserção profissional na Educação, as intervenções profissionais foram significativamente alteradas.

Nas contribuições de Dentz e Silva (2015, p. 27)

[...] podem ser notadas, nesse estudo, três modalidades de ação profissional interventiva: uma terapêutica (primeiro momento), outra comunitária (segundo momento), e uma terceira, que abarca as prevenções do risco e vulnerabilidade social, numa lógica de proteção social (terceiro momento, a partir da CF 1988).

Refletimos então que se estamos diante de um quarto momento que seria a prevalência do burocratismo para a implementação de políticas públicas que estão condicionadas pelos ditames neoliberais, os quais preveem uma retração do papel do Estado, a redução dos investimentos públicos, por consequência, o sucateamento das políticas públicas, as quais se apresentam cada vez mais focalistas e seletivas.

Vimos que as entrevistadas dão ênfase à centralidade que as análises socioeconômicas para concessão dos auxílios ocupam no cotidiano, bem como a

utilização de instrumentais como entrevistas, atendimentos aos estudantes, elaboração de normas de seleção para constar nos editais e outros que visam a selecionar beneficiários, visto que o recurso disponível é insuficiente para o atendimento da demanda.

Cabe destacar na fala da entrevistada A, que o controle a que ela se refere não é para o estudante, este é um controle da instituição. Considerando que o objetivo institucional não é o objetivo profissional, refletimos o porquê o profissional se submete e, principalmente, questionamos se estas ações do Serviço Social, de fato, estão contribuindo para a permanência dos estudantes.

De modo geral se observa nas IFES que o trabalho coletivo está condicionado a um processo próprio do capitalismo que é a transformação do trabalho complexo em trabalho simples. O processo de trabalho é intensificado pelo baixo quantitativo de profissionais frente às requisições, estruturado com utilização de tecnologia e uma tendência a subordinar direitos de cidadania à lógica mercadológica.

Essa tendência não está circunscrita apenas aos espaços sociocupacionais dos assistentes sociais, e não simplifica o exercício profissional; ao contrário, trata-se de um processo mais complexo. Apenas aparentemente os procedimentos parecem mais simples, especialmente aqueles que são executados de modo repetitivos e espontâneo. O processo de trabalho coletivo, de um lado, diversifica-se e se complexifica e, de outro, os procedimentos aparecem sob a forma simplificada de preenchimento de dados e aferição de variáveis empíricas. (FORTI; COELHO, 2015, p. 31).

Constatamos na pesquisa que nas IFES a ação profissional está mediada por alguma tecnologia, seja na triagem, quando o estudante se inscreve no programa ou até mesmo para a realização de todo o processo, inscrição, análise e concessão dos auxílios. Observamos que a tecnologia utilizada sempre é idealizada para diminuir o tempo empregado pelo assistente social para realizar a análise socioeconômica, a lógica de estruturação para o uso das tecnologias está sempre voltada a aprimorar e dar celeridade aos métodos de seleção. Vejamos o processo que ocorreu na UFTM:

Para este diagnóstico estabeleceu-se a meta para a construção de um sistema eletrônico de avaliação socioeconômico e ampla divulgação da assistência estudantil na UFTM até 2014. As ações estabelecidas, que já se encontram implantadas até o final de 2013, foram a informatização do processo de avaliação socioeconômica com edital que fica aberto durante um ano com a efetivação de um fluxo contínuo para a solicitação do(s) auxílio(s) e resultados da

análise socioeconômica divulgados mensalmente. (GAZOTTO, 2014, p. 74).

Na UFABC

[...] o estudante preenche um formulário dentro de uma plataforma chamada de Lime Survey, com as questões relacionadas em Edital (e que correspondem aos indicadores citados, como raça/cor, educação, renda bruta per capita, saúde e moradia). Após esse preenchimento, feito pelo estudante, automaticamente é gerado um índice no final, que o classifica. Aquele com maior índice indica maior vulnerabilidade. (Entrevistada).

Já na Unifal há sistemas informatizados para a inscrição nos editais, para a pontuação dos indicadores analisados pelo assistente social e para a publicação dos resultados. Forti e Coelho (2015, p. 87) esclarecem que a agilidade das informações proporcionadas pela tecnologia indica uma simplificação dos processos que são muito complexos do ponto de vista ideológico e político. E que esta simplificação do processo de trabalho favorece a intensificação e a exploração da força de trabalho.

As condições de estruturação e desenvolvimento da assistência estudantil ocorrem de modo diferenciado, geralmente as IFES mais tradicionais têm uma estrutura organizacional mais consolidada e atendem de forma mais completa as diretrizes PNAES.

Essas diretrizes possuem rubrica própria, ou seja, os recursos podem ser destinados apenas para fins de ações que assegurem a permanência dos estudantes, porém o repasse financeiro realizado pelo MEC não é suficiente para atender a demanda, algumas IFES complementam com recursos próprios. No entanto, o que se observa é que tal iniciativa está diretamente ligada à sensibilidade e comprometimento político do gestor. De toda forma, o processo de pauperização que afeta a sociedade brasileira se reflete no espaço da academia, as necessidades são crescentes e cada vez mais complexas, o que estabelece aos trabalhadores práticas profissionais condicionadas ao desenvolvimento das exigências institucionais, alinhadas ao movimento geral que ocorre na política pública, criar “Política pobre para o pobre”, assim o que vem ocorrendo é a oferta de serviços seletivos e focalistas, impondo à dinâmica do trabalho a seleção dos mais pobres entre os pobres.

Quando questionadas sobre as suas percepções em relação as condições éticas e técnicas para a realização do trabalho, as profissionais informam:

Muito inadequadas. A sala é dividida com outra Seção, gerando trânsito de pessoas que não estão envolvidas no processo de trabalho. O local tem muito barulho. As mesas das profissionais estão juntas com a recepção, sendo impossível a discussão de casos. Não há autonomia para desempenhar o trabalho como profissional. Esse último aspecto pra mim é o mais grave, o que tem ocasionado trânsito de profissionais, que não conseguem se manter no setor. (Entrevistada A).

Não considero as condições éticas e técnicas adequadas para a realização do trabalho nessa área, pois na atual conjuntura e o conhecimento da requisição do assistente social neste campo de trabalho, somente para atender a lei que rege a assistência estudantil (decreto 7234 de 2010 – PNAES), desconhecem as outras áreas que o Serviço Social pode atuar, não somente na execução de análise socioeconômica. (Entrevistada B).

Sim, porém ainda podem ser melhoradas. (Entrevistada C).

Assim como nas demais políticas sociais as condições de implementação da intervenção profissional estão precarizadas. Para o exercício profissional com respeito ao usuário e qualidade na prestação dos serviços consoante ao PEP, o assistente social deve:

[...] ter garantido o seu direito ao livre exercício das atividades inerentes à profissão, inviolabilidade do local e documentação, bem como a liberdade na realização de estudos e pesquisas e autonomia profissional para decidir a direção e estratégias de ação junto aos/às usuários/as respaldando-se na legislação. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 35).

Sobre o cotidiano de trabalho nas IFES as autoras Araújo (2015) e Nascimento e Arcoverde (2012) apresentam alguns elementos que condicionam a atividade profissional, destacamos: a focalização e a seletividade do Programa de Assistência Estudantil que ocorrem em função da insuficiência dos recursos ofertados para atender as demandas dos estudantes, a precarização do trabalho em função de uma reduzida equipe profissional para atender as diversas demandas relacionadas à permanência do estudante, a concentração das atividades na concessão de bolsas e o predomínio da assistencialização.

[...] as ações da assistência estudantil direcionadas para uma perspectiva assistencial na configuração de seus programas e projetos, restringem o atendimento das demandas dos estudantes às suas necessidades de sobrevivência, além de segmentar e focalizar os usuários da política, garantindo, assim, um atendimento restrito aos estudantes mais pobres entre os pobres. (NASCIMENTO; ARCOVERDE, 2012, p. 173-174).

Com a finalidade de aprofundar os conhecimentos sobre o trabalho do assistente social na Assistência Estudantil apresentamos resultados de pesquisas já realizadas em âmbito da pós-graduação que formam o arcabouço teórico para se pensar o trabalho neste campo sociocupacional. A pesquisa de Araújo (2015) foi realizada em cinco universidades federais situadas em Minas Gerais, a autora verificou que, conforme apontamos, o trabalho profissional está condicionado ao desenvolvimento do Programa de Assistência Estudantil das IFES, vejamos:

De acordo com os profissionais participantes dessa pesquisa, as atividades executadas por eles em seus espaços socio-ocupacionais são as seguintes: Análise socioeconômica; Planejamento, execução e avaliação de editais e auxílios; Atendimento individual de alunos; Entrevista; Visita domiciliar, Encaminhamentos à rede socio-assistencial. Essas atividades reafirmam o direcionamento atual da assistência estudantil, que se realiza através do PNAES, com a focalização da política social. A intervenção profissional encontra-se restrita à execução de ações que possibilitam ou não o acesso dos estudantes à assistência estudantil. (ARAÚJO, 2015, p. 94).

Corroborando com o que vimos na realização da pesquisa, Araújo (2015) identificou que nas produções científicas divulgadas no ENPES e no CBAS os autores se referem ao trabalho na Assistência Estudantil como a forma de operacionalização técnica do programa. Como hipótese, a autora indica que seja devido ao volume de trabalho, a centralidade que ocupam as análises socioeconômicas e pela ausência de projeto de trabalho do Serviço Social nas instituições que pesquisou.

Por esse ser um espaço de divulgação científica e técnica dos profissionais assistentes sociais, observou-se que a maioria dos textos optou por apresentar sistematizações, de um modo geral, acerca da política de educação no Brasil, política de assistência estudantil no Brasil e, em cada instituição de ensino. Os autores contextualizaram sua intervenção, suas condições objetivas de trabalho, as particularidades das atividades profissionais que executa

diariamente. Essa foi uma tentativa de articulá-las ao Projeto Ético-Político Profissional e em alguns dos casos identificando desafios postos à profissão, resguardando as variações existentes entre eles. (ARAÚJO, 2015, p. 102).

Tendo em vista o explicitado acima, acreditamos que um caminho possível para que as ações profissionais não se reduzam às análises socioeconômicas seja dar ênfase à dimensão educativa, por considerar que as ações educativas possuem grande potencial de transformação, pois por meio delas os sujeitos podem constituir consciência crítica sobre a realidade e com isso podem fortalecer processos emancipatórios.

Vejamos como as entrevistadas apreendem a dimensão educativa do trabalho na Assistência Estudantil:

Não consigo avaliar, pois os atendimentos são muito pontuais e a rotina basicamente gira em torno de controles e burocracias. (Entrevistada A).

Esta é uma dimensão que particulariza a requisição do assistente social na política de assistência estudantil. Isso se deve a possibilidade do profissional assistente social trabalhar com as informações e conhecimento dos direitos sociais, das legislações como forma de publicização desses direitos e o acesso a redes de serviços, bem como, com sua formação, realizar a gestão de programas e projetos na área social para garantir a qualidade dos serviços prestados. (Entrevistada B).

Acredito que a dimensão educativa do Serviço Social na Assistência Estudantil se manifesta o tempo todo. Está presente no atendimento com os alunos nas abordagens e nas intervenções profissionais. (Entrevistada C).

Novamente nos deparamos com a idealização do fazer profissional, a entrevistada A não considera ser possível o desenvolvimento de ações educativas no âmbito das ações rotineiras. Existe, nos atendimentos pontuais que ela menciona, o repasse de informações que, embora, pareçam simplistas, contém uma orientação ideológica e um compromisso político no horizonte do PEP, pois ainda que no âmbito individual, possibilitar ao usuário a compreensão dos seus direitos, da realidade em que vive e do aspecto coletivo de uma demanda que no imediatismo parece ser singular. Portanto, como mencionou a entrevistada C, todo trabalho é educativo, pois o que é fundamental é que esteja vinculado a um projeto societário que expresse vínculos com o projeto político da classe trabalhadora. Embasado no

paradigma crítico-dialético, a inexistência de modelos, de formas de intervenção na realidade, a operacionalização das ações socioeducativas deve articular as três dimensões - ética, teórica e técnica - e concretizar-se pelo conhecimento da realidade que intervém.

A entrevistada B faz um apontamento importante sobre um dos pilares das ações socioeducativas que é a socialização das informações, mas não se refere ao processo reflexivo pautado nos princípios do PEP que juntos podem contribuir para processos educativos que mudem nos sujeitos envolvidos a maneira de compreender o mundo e as relações sociais. No entanto, não garantem a transformação social apontada pelo projeto profissional, é fundamental reconhecer os limites impostos pelo projeto hegemônico. E é neste campo de conflito que podem acontecer mudanças.

Através da pesquisa, os indicativos encontrados sobre os objetivos das ações socioeducativas permitem considerá-las como um processo dinâmico que remete a uma luta coletiva, de organização política, mas que também acontece no âmbito individual através da apropriação da informação e dos caminhos de acesso a políticas e serviços sociais, implicando no reconhecimento das necessidades individuais como coletivas. (MIOTO; LIMA, 2011, p. 231).

Seguindo esta compreensão de que o manejo do instrumental técnico deva estar contido no interior do projeto profissional, perguntamos às profissionais como elas observam a efetivação do PEP em seu cotidiano, vejamos as respostas:

Sinceramente não consigo observar tal efetivação. Apesar da equipe ser muito comprometida com o público atendido, os limites institucionais são grandes. (Entrevistada A)

No meu campo de trabalho o Projeto Ético Político, junto a outras assistentes sociais, não há discussão do mesmo nas dimensões que o perfaz. Sabe-se da sua existência, dos valores éticos de acordo com o código de ética da profissão, mas não há discussão e propostas que efetivem sua verdadeira dimensão enquanto projeto societário, coletivo que busca outra forma de sociedade emancipada socialmente e não como emancipação política. (Entrevistada B)

Acredito que o Projeto Ético Político somente se efetiva no cotidiano coletivo da profissão. Na “minha instituição” sinto-me muito isolada. O trabalho que desenvolvo é operacional e não vejo o envolvimento coletivo dos profissionais do Serviço Social no que se refere a um plano de trabalho institucional da categoria. (Entrevistada C)

Ainda que as falas evidenciem a crítica à sociabilidade burguesa, também apresentam uma visão idealista do PEP, abstraída das bases do materialismo histórico, desestoricizada, despolitizada, que coloca o projeto como uma vontade dos sujeitos individuais, distante das determinações impostas pela realidade. Esta percepção ignora a dimensão política inscrita no projeto, pois toda intervenção é consciente. Portanto, fruto de uma projeção baseada em valores e princípios contidos no PEP, o qual contesta.

Por fim, questionamos às profissionais sobre quais atividades consideram que o Serviço Social tem potencialidades para desenvolver:

Além das desenvolvidas, o acompanhamento periódico ao estudante, (que apesar de parecer óbvio é uma grande dificuldade das profissionais no momento, por estarem completamente envolvidas com as ações burocráticas do processo), a realização de grupos com os estudantes, projeto com familiares dos atendidos, e maior articulação com a rede de serviços locais. (Entrevistada A).

No campo da política educacional o Serviço Social tem a possibilidade de trabalhar com a comunidade acadêmica projetos que podem demonstrar as contradições inerentes nas políticas sociais, este caso, nas políticas educacionais observando os interesses de classe, abrindo grupos de discussão que possibilitem um olhar crítico, reflexivo e propositivo para a realidade. (Entrevistada B).

Considero que Serviço Social tem potencial para desenvolver as atividades de gestão da política de assistência estudantil. Percebo que profissionais do Serviço Social na maioria das vezes atuam na assistência estudantil desenvolvendo apenas atividades tecno-operacionais enquanto poderiam contribuir nas atividades de planejamento e gestão da política. (Entrevistada C).

As respostas revelam que elas têm noção das potencialidades do trabalho profissional, embora não avancem na prática porque pela grande demanda não conseguem desenvolver e como vimos um agravante desta situação é a ausência de um projeto profissional do Serviço Social nas IFES.

De acordo com o documento: “Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012), as competências profissionais se expressam em ações que devem articular os seguintes pontos: 1) dimensões de problematização da predominância dos atendimentos individuais e junto às famílias, reconhecendo-os como importantes, mas questionando a subordinação da identificação das ações profissionais às

requisições sócio institucionais, as quais limitam o trabalho profissional; 2) A mobilização de ações coletivas articulando ações com os movimentos sociais; 3) indissociabilidade da dimensão investigativa da profissão, em busca de conhecer a essência dos problemas e requisições imediatas, tendo sempre como referência a reflexão de como a educação se inscreve nos processos de reprodução das desigualdades sociais; 4) A dimensão relativa à contribuição à formação política de estudantes, professores, famílias e técnicos administrativos nas instâncias democráticas de controle social 5) A dimensão pedagógica interpretativa que se expressa através da socialização de informações e conhecimentos acerca de direitos sociais e humanos, da rede de serviços, das políticas sociais em geral; 6) A dimensão do planejamento. Conforme constatamos, as ações de gerenciamento e gestão não são demandas, mas as profissionais demonstram-se empenhadas na construção de ações democráticas, participativas, interdisciplinares e com inserções mais ampliadas nos diversos setores das universidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa científica está configurada como um processo complexo que articula as categorias que realizarão mediação com a realidade social, em períodos e espaços determinados. Em função disto, embora o estudo desta dissertação tenha alcançado as suas propostas e etapas teórico-metodológicas, não apresenta conclusões definitivas sobre o tema, uma vez que o objeto estudado prosseguirá em contínuo movimento no real, demandando diversas aproximações, reflexões e abordagens, evidenciando outras problemáticas.

As sucessivas aproximações teóricas e o conhecimento empírico da realidade estudada sobre o objeto desta pesquisa permitiu o alcance dos objetivos da investigação através do constante processo de implicação das hipóteses com as nuances desveladas na realidade.

Esperamos que a análise da realidade do trabalho do assistente social na assistência estudantil tenha contribuído para produzir conhecimento sobre as condições concretas de realização do exercício profissional, na implementação do PNAES nas IFES, as demandas e as respostas profissionais. Poderá colaborar para que os profissionais tenham elementos para a reflexão sobre o trabalho na Assistência Estudantil, compreendendo as contradições, a trajetória da Política de Educação Superior no Brasil, os impactos da contrarreforma e os rebatimentos na concepção ainda em construção da Assistência Estudantil como direito fundamental à educação.

A pesquisa indica a necessidade de que o tema abordado seja amplamente inserido na formação durante a graduação, as diretrizes curriculares da ABEPSS precisam ampliar a discussão sobre o trabalho profissional neste espaço. Mostrou-se evidente que as profissionais aprenderam sobre o trabalho nesta área já no momento da atuação. Embora a formação dos assistentes sociais seja generalista, não abordar o fazer profissional neste espaço durante a graduação faz com que as profissionais tenham muitas incertezas no desenvolvimento do trabalho.

Temos que destacar que a capacitação profissional continuada é incentivada tanto pelo compromisso ético que todas mencionam, como também pela carreira PCCTAE, a qual incentiva e assegura acréscimos salariais ao concluir cursos de especialização, mestrado e doutorado. Este é um aspecto muito importante que

caracteriza o perfil do conjunto dos assistentes sociais que atuam nas IFES, o modelo de valorização da carreira é um exemplo para as demais áreas.

Cabe destacar que a agenda de lutas do conjunto CFESS/ CRESS, dos profissionais de base, dos movimentos da categoria devem ser ampliadas e constantes, visto que as instituições não cumprem o que está previsto na Lei n. 12.317, a jornada de 30 horas semanais para assistentes sociais não é garantida. O estudo em tela também tem um caráter de denúncia sobre as condições de trabalho, visto que ao não efetivar a jornada reduzida, fruto de uma conquista da categoria, as profissionais sentem-se desrespeitadas e não contam com o apoio de suas instituições para regulamentar o que está instituído em lei.

Apreendemos que o trabalho profissional é fundamentalmente determinado pela estruturação da Assistência Estudantil nas IFES, as características em comum que encontramos na pesquisa de campo são que as três IFES ampliaram a oferta de cursos, *campi* e organização da Assistência Estudantil em Pró- Reitorias, assumindo um status mais elevado no organograma das instituições, somente após a expansão proposta pelo REUNI. Portanto, como vimos, a Assistência Estudantil é uma das diretrizes do REUNI, que no discurso das profissionais aparece como democratização do acesso. Esta seria uma das facetas que se apresentam na constituição da aparência do fenômeno, mas com as mediações compreendemos que na essência representa também uma determinação imposta pelos organismos multilaterais representantes dos interesses do grande capital, o qual através da desconstrução da educação superior como direito transformou a mesma em um nicho de negócio lucrativo. Portanto, apuramos que a ampliação da oferta de vagas no ensino superior ocorreu predominantemente via instituições privadas.

Outra característica que se apresenta na realidade é a transferência da lógica privatista, mercadológica, produtivista, próprias da reestruturação produtiva para os espaços públicos. Portanto, no interior das IFES estão presentes estas particularidades, com todas as suas drásticas consequências na gestão do PNAES.

Analisamos que a luta histórica pela garantia da Assistência Estudantil que expressa avanços e retrocessos, está contida num amplo movimento de mudanças na sociedade, estabeleceu-se como uma das pautas do Movimento da Reforma Universitária, que tinha por objetivo democratizar o acesso e permanência de estudantes na universidade.

Na pesquisa teórica ficou evidente que havia algumas ações na área de assistência ao estudante no governo de Getúlio Vargas (1937), mas com o golpe militar de 1964 os movimentos sociais foram perseguidos e as parcas conquistas sociais foram desmontadas. Embora seja no contexto da redemocratização do país que o direito ao acesso e permanência está assegurado legalmente pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, foi somente nos anos 2000 que as ações de assistência ao estudante passam a ocupar lugar na agenda política do governo e é estabelecida como uma das diretrizes do REUNI em 2007.

O que constatamos na pesquisa é que de fato ocorre no interior das IFES, na gestão da Assistência Estudantil, a ausência de compreensão histórica da luta pela sua garantia por diversos atores sociais. Analisamos que isto ocorre em função da relação entre a implementação das ações nas três IFES terem a estruturação organizacional a partir apenas da promulgação do decreto que institui o PNAES em 2010. Deste modo, as Pró-Reitorias pesquisadas foram constituídas após o decreto, que viabilizou condições concretas para a realização das ações, pois a partir deste momento passa a existir rubrica própria do PNAES e ampliam-se os concursos públicos para a composição das equipes técnicas.

No mesmo ritmo de tempo dos marcos legais, a regulação dos programas no interior das IFES também foi um processo moroso. Mas que, por outro lado, no cotidiano das IFES este marco regulatório que se expressa nas resoluções e normas de funcionamento aparece como um fim em si mesmo, o que faz com que ocorra a fragmentação das lutas. Deste modo, observamos que há um distanciamento das Pró Reitorias com os movimentos sindicais dos técnicos administrativos e dos docentes, o que gera enfraquecimento das lutas conjuntas e não permite a construção de agenda política que contenha questões mais gerais relacionadas à comunidade universitária, tão pouco consegue ampliar a discussão alinhando as demandas mais gerais da sociedade. Tendo isto em vista, acreditamos que um dos referenciais para orientar o trabalho seja possibilitar a maior participação dos estudantes, técnicos administrativos e docentes, para que possa ocorrer o controle social das ações das pró reitorias e ao mesmo tempo colaborar para uma recuperação da dimensão política da luta pelo acesso e permanência.

Constatamos que algumas tendências de estruturação e execução do PNAES, estão presentes nas IFES pesquisadas, assim como nas demais políticas

sociais brasileiras, o estabelecimento de contrapartida do usuário no recebimento do benefício como algo simbólico, assim ocorreram avanços em função da luta e dos debates no FONAPRACE, e em nenhuma das IFES encontramos a exigência de trabalho de estudantes nos setores das universidades. Mas ainda há um debate sobre a sua necessidade por setores conversadores das instituições, que não consideram legítimo o recebimento de auxílio sem contrapartidas e até mesmo mencionam que o trabalho dos estudantes poderia sanar o problema da falta de servidores. Portanto, esta é uma defesa que os profissionais precisam estar atentos, devem debater com seus gestores e outros profissionais que o estudante pobre não deve trabalhar na universidade para garantir sua permanência, ao contrário, pelos desafios que já possui relacionados às questões do grupo familiar de origem, das dificuldades materiais de sobrevivência na dinâmica universitária, ele deve ser amplamente assistido pela instituição. Deste modo, a defesa deve ser pautada no atendimento das necessidades do estudante para realizar exclusivamente as atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão.

Os indicadores que compõem os critérios de definição de perfil de estudantes beneficiários foram discutidos e estabelecidos pelo FONAPRACE, com o objetivo de tornar o instrumental mais impessoal e funcional à seleção. No entanto, expressam fragilidades, visto que por diversas razões o instrumental não alcança as singularidades e as expressões da questão social intensificadas no cotidiano das famílias. Sobretudo, porque observamos que estes instrumentais foram idealizados e utilizados por um conceito de objetividade e neutralidade nos critérios de seleção, e são também utilizados para adequar a demanda ao recurso existente. Ou seja, o instrumental não é alterado para dar conta de responder às demandas, ao contrário, os critérios cada vez mais focalistas atendem a uma exigência da gestão frente ao corte de orçamento que afetam as IFES.

Deste modo, a lógica programática de Assistência Estudantil deve ser problematizada, pois observamos que não é a demanda que determina o atendimento, mas sim a disponibilidade de recursos. A consequência disto é execução de editais de seleção previamente idealizados, que não conseguem atender aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, vimos que no cotidiano institucional os editais são abertos e concluídos a cada semestre, sem ocorrer o atendimento de toda a demanda de um edital, abre-se outro. Assim, indicamos ser fundamental a presença constante da reflexão sobre: A quem serve a

lógica imposta à Assistência Estudantil? Esta indagação poderá diminuir um pouco das angústias dos profissionais envolvidos, possibilitará que eles compreendam que, na qualidade de trabalhadores assalariados, o objeto de trabalho é mediado pelas instituições e estas determinações estabelecem a organização do trabalho profissional.

Outra tendência que constatamos na pesquisa é o esvaziamento da dimensão política da intervenção profissional, na investigação apreendemos que a concessão de auxílios ocupa centralidade dos trabalhos, a própria dinâmica de seleção, desde formulação de editais até o pagamento dos auxílios, ocupa todo o tempo dos servidores das Pró- Reitorias, os quais não conseguem desenvolver outras ações.

Com o incremento das tecnologias, observamos ser comum a utilização destas para dar celeridade aos trabalhos e transformar um trabalho complexo do ponto de vista ideológico em atividades simples. A dimensão política das ações desenvolvidas pelas Pró Reitorias, bem como dos profissionais envolvidos é prejudicada. Torna-se um trabalho mecânico, que no sofrimento imposto pela realização do tafetismo faz com que pareça um trabalho sem valor, que pode ser feito por qualquer profissional.

Para o enfrentamento desta problemática encontrada, acreditamos que um caminho seja articular as lutas da profissão com as lutas de outros movimentos de outras categorias profissionais e com estudantes. Outro ponto que consideramos importante para o enfrentamento deste aspecto é a compreensão do percurso histórico da formação e manutenção do Estado. Desde a sua gênese, o Estado media as relações entre as classes sociais para que sejam possíveis as condições de reprodução do capital. E este atendimento das necessidades sociais da classe que vive do trabalho está determinado pela política econômica que objetiva garantir o desenvolvimento da sociedade burguesa. E é neste cenário que a Assistência Estudantil tem a sua particularidade, enquanto responsável em prover os meios para a permanência de estudantes pobres no espaço das IFES, tem delineada a sua função para assegurar condições para que a força de trabalho esteja em processo de formação, para um processo de valorização da venda da força de trabalho.

Está demonstrado na realidade que os perfis pedagógicos da prática profissional estão determinados pelas ações concretas em curso no cotidiano, a centralidade que as análises socioeconômicas ocupam é diretamente relacionada à diminuição do papel do Estado. Deve ser amplamente discutido pelos assistentes

sociais que esta tendência de limitar o trabalho profissional e a busca da garantia de direitos na sociabilidade burguesa não atende ao compromisso do PEP. Portanto, vimos na pesquisa que há uma imprecisão sobre o trabalho do assistente social na Assistência Estudantil, uma proposta importante para elucidar esta dificuldade apontada pelas profissionais é que a atuação profissional está essencialmente vinculada à necessidade de superação da ordem burguesa e a construção de uma nova ordem societária - a socialista. Contudo, temos a certeza de que não é tarefa de uma única categoria.

Indicamos que é preciso problematizar a ação profissional que tem se constituído na Assistência Estudantil, o atual momento de prevalência das ações burocráticas de seleção de beneficiários determina algumas respostas profissionais. Indagamos se estas respostas representam uma nova roupagem para as antigas práticas, caracterizadas ao longo da história da profissão na interface com a educação em intervenções, em um primeiro momento terapêuticas, em um segundo momento comunitárias e no terceiro momento as prevenções de risco social sob a lógica da proteção social assegurada pela Constituição Federal de 1988.

A nova forma do Estado determinado pelo Neoliberalismo, que garante tudo ao capital e redução de investimentos na área social, ou seja, as políticas sociais são consideradas como custos que devem ser reduzidos. Esta forma de gerir condiciona e rebate na intervenção profissional, pois o Serviço Social é uma profissão inscrita na realidade. Trata-se de continuamente refletirmos: Quais são as implicações do avanço do neoliberalismo para o conjunto das garantias democráticas, para os usuários e para os assistentes sociais envolvidos na gestão das políticas públicas? O que apreendemos é que se estas questões não estiverem objetivamente postas aos profissionais, podem acarretar em danos gravíssimos à compreensão do trabalho, são reflexões que guardam relação com a defesa da unidade existente entre as dimensões ético-políticas e técnico-operativas. Deste modo, não as considerando, os profissionais correm um sério risco de reduzir a prática profissional à gestão operacional dos programas.

Constatou-se que o trabalho do assistente social neste espaço é intensificado, as instituições exigem que os profissionais atuem na Assistência Estudantil, bem como requisita também que façam análises socioeconômicas para o ingresso de candidatos cotistas. O volume de trabalho não possibilita a qualificação destes

processos, as profissionais não conseguem planejar o trabalho, tão pouco delinear um projeto profissional na instituição.

A elaboração do projeto nos espaços ocupacionais é demanda urgente para o Serviço Social das universidades pesquisadas, visto que possibilitará uma intervenção mais qualificada do ponto de vista ideológico, político, operativo, bem como estará consoante com os princípios do PEP.

Indicamos, ainda, ser fundamental que o FONAPRACE, a ANDIFES, os sindicatos dos técnicos administrativos, o movimento estudantil, estejam atentos ao conhecimento desta realidade e possam exigir que o MEC amplie as equipes de trabalho nas IFES por meio de concursos público. É importante destacar que nas IFES pesquisadas as condições éticas e técnicas para a realização do trabalho não são adequadas, as profissionais dividem sala, as construções das salas não asseguram o sigilo porque a acústica não possibilita, não possuem espaços reservados para os materiais de trabalho. É uma característica comum nas IFES à estruturação das condições éticas e técnicas precárias.

Para o enfrentamento dos complexos problemas cotidianos é fundamental conhecer a realidade, através da teoria social crítica e seu método. Portanto, é preciso imprimir uma atitude investigativa que busque romper com a aparência dos fenômenos que surgem no cotidiano. É necessário antecipar problemas, articular respostas profissionais que se traduzam em ações teórico-críticas, romper com perfil de executor final de políticas sociais e combater o reducionismo. Pois, na condição de executor final, as atribuições dos assistentes sociais tendem a se concentrar, prevalecendo à repetição, a rotina e espontaneidade, próprias da esfera do cotidiano. A defesa dos valores democráticos exige que ocorra o domínio da dimensão ético-política, considerando que o domínio do capital financeiro avança, trazendo consigo a disputa por direitos e pela utilização do fundo público. O trabalho profissional é constantemente tensionado e disputado por forças antagônicas (compromisso com a classe que vive do trabalho e as requisições das instituições burguesas), deste modo às dimensões ético-política, teórico-metodológica e instrumental-operativa formam uma unidade.

Embora se reconheça a centralidade que as ações que envolvem o acesso e permanência ocupam no cotidiano institucional, elas não encerram as potencialidades do trabalho do assistente social na educação.

O trabalho não deveria se restringir à implementação da Assistência Estudantil direcionada apenas aos estudantes, como tem se dado, tão pouco deveria limitar-se a atendimentos de casos individuais.

As possibilidades da atuação dos profissionais podem ser orientadas pelo fortalecimento de uma gestão democrática e das lutas para ampliação do reconhecimento, da ampliação da educação pública como direito social, sintonizados com os princípios do PEP.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mariana Maciel. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. Instituto de Economia. *Manual de economia política*. Tradução de Jacob Gorender e Josué de Almeida. Rio de Janeiro: Vitória, 1961. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/manual/index.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. *Serviço Social, trabalho e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva 2011.

AMARO, Sarita. *Serviço Social na educação: bases para o trabalho profissional*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

ANTUNES, Ricardo. Os novos proletariados da virada do século. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 6, p. 113-124, 1999. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18885/14036>>. Acesso em: 23 maio 2017.

_____. Os caminhos da liofilização organizacional: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil. *Idéias*, Campinas, v. 9/10, n. 2/1; p. 13-24, 2002/2003.

ARAUJO, Aline Souza. *A intervenção do Assistente Social na Assistência Estudantil*. 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2015/03/aline_araujo.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.

ARCOVERDE, A. C. B.; NASCIMENTO, C. M. O Serviço Social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão.

Fonaprace: Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares, Uberlândia, p. 167-173, 2012. Disponível em:

<<http://www.prace.ufop.br/novo/pdfs/fonaprace/Revista%20Fonaprace%2025%20Anos.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2013.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. *Plano Nacional de Assistência Estudantil*. Brasília, DF, [2008]. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.

BASTOS, Juliana Curzi. *Trajetória de egressos do ensino médio público do município de Juiz de Fora: a questão da escolha profissional*. 2005. 235 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2005. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppge/files/2009/06/Juliana-Curzi-Bastos.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos da política social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Org.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: OPAS : OMS : Ministério da Saúde, 2009.

_____.; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BERTOLDO, Edna. *Trabalho e educação no Brasil: da centralidade do trabalho à centralidade da política*. Maceió: EDUFAL, 2009.

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil: promulgada em 18 de setembro de 1946. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 19 set. 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

_____. Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Anexo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 abr. 2017.

_____. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 jun. 1993. Anexo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: dez. 2015.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. Lei n. 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jan. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm>. Acesso em: 3 maio 2017.

BRASIL. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 28 abr. 2017.

_____. Lei n. 12.317, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 ago. 2010. Anexo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm>. Acesso em: 12 dez. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de ética do/a assistente social*. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2017.

_____. *Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação*. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURA_CFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2017.

CORAZZA, Gentil. Estado e relações de produção. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, n. 2, v. 8, p. 21-30, 1987.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 21, n. 62, p. 35-71, mar. 2000.

DENTZ, Marta Von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 121, p. 7-31, jan./mar 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n121/0101-6628-sssoc-n121-0007.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2017.

ENGUITA, Mariano Fernández. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FORTI, Valéria; COELHO, Marilene. Contribuição a crítica do projeto ético-político do serviço social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. (Org.). *Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições a sua crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GAZOTTO, Mireille Alves. *Políticas públicas educacionais: uma análise sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil no contexto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM*. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/123187/000821845.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 maio 2017.

GIAQUETO, Adriana. *Caminhos para a proteção integral da criança e do adolescente: o caso de Franca*. 2004. 207 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/106098>>. Acesso em: 23 maio 2017

GRANEMANN, Sara. Processos de trabalho e Serviço Social. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social. mod. 2. Brasília, DF: Ed. UnB : CEAD, 1999.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 28, n. 91, p. 5-35, set. 2007.

HÔFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, São Paulo, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>> Acesso em: 28. fev. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS; ABEPPS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF, 2009. Disponível: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>>. Acesso em: 25 abr. 2017

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____.; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

JINKINGS, Ivana. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. *Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2007.

LEITE, Janete Luzia. Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos? *Ser Social*, Brasília, DF, v. 14, n. 31, p. 453-472, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/4052/6485>. Acesso em: 3 abr. 2017

LESSA, Sergio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social. mod. 2. Brasília, DF: Ed. UnB : CEAD, 1999.

LIMA, Katia Regina Souza. Reforma da educação superior do governo lula e educação à distância: democratização ou subordinação das instituições de ensino superior à ordem do capital? In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 27., 2004, Caxambu. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: ANPEd, 2004. Disponível em: <<http://27reuniao.anped.org.br/gt11/t119.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. *Revista katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jun 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a10.pdf>>. Acesso em: 20 ab. 2017.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____.; ENGELS, Friedrich. *Ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. *Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. Ações socioeducativas e serviço social: características e tendências na produção bibliográfica. *Temporalis*, Brasília, DF, n. 21, ano 11, p. 211-237, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1378>>. Acesso em: 11 maio 2017.

NASCIMENTO, Clara Martins do. A assistência estudantil consentida na contrarreforma universitária dos anos 2000. *Revista Universidade e Sociedade*, Brasília, DF, ano 23, n. 53, p. 88-103, fev. 2014. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1194016701.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

_____. *Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000*. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) -Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11438/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Clara%20Martins%20do%20Nascimento.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 23 maio 2017.

PASTOR, Márcia; BREVILHERI, Eliane Cristina Lopes. Estado e política social. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 12, n. 1, p. 135-156, jul./dez. 2009.

Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10055/8796>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

PAULO NETTO, José. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. mod. 1. Brasília, DF: Ed. UnB : CEAD, 1999.

_____. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Org.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: OPAS : OMS : Ministério da Saúde, 2009.

_____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIANA, Maria Cristina. *As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Unesp : Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf>>. Acesso em: 2 mar.2017.

PINHEIRO, Ellana Barros. A política nacional de assistência estudantil na Universidade Federal do Pará (UFPA): a perspectiva de atuação da equipe multiprofissional no atendimento aos discentes. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 14., Florianópolis, 2014. *Anais....* Florianópolis: Ed. UFSC, 2014. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131468/2014-86.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 maio 2017

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a educação. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, n. 1, p. 83-93, ago. 1997.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v1n1/06.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2017

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Serviço Social, das funções tradicionais aos desafios diante das novas formas de regulação sociopolítica. *Katalysis*, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 115-124, jul./dez. 2002. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/6034/5603>> Acesso em: 1 maio 2017.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2017.

SILVA, Giselle Souza da. Fundo Público e Políticas Sociais: o trabalho necessário sobre a égide do capital portador de juros. In: Conferencia do Desenvolvimento, 1., CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., Brasília, DF, 2011. *Anais....* Brasília, DF: IPEA, 2012. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo9.pdf>> Acesso em: 25 abr. 2017

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. *Cidadania, globalização e previdência social. Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 68, p. 5-16, nov. 2001.

SINDICATO DAS MANTENEDORAS DO ENSINO SUPERIOR. *Mapa do ensino superior no Brasil*. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://convergenciacom.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2017

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS, ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

TERRA, Sylvia Helena. *Parecer Jurídico 10/11*. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/parecer-juridico-10-11.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

TONET, Ivo. *A educação contra o capital*. São Paulo: Ed. UFAL, 2016. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/educacao_contra_o_capital_-_3a_ed.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2017.

_____. Educação e ontologia marxiana. *Revista HISTEDBR on-line*, Campinas, n. esp., p. 135-145, abr. 2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/41e/art10_41e.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2017.

_____. Educar para a cidadania ou para a liberdade? *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 469-484, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. *Histórico*. Alfenas, 2017a. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/institucional/historico>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

_____. Conselho Universitário. Resolução n. 19, de 6 de fevereiro de 2014. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 fev. 2014b. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/secretariageral/files/file/Consuni/2014/Resolucao_019-2014.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. *Evolução do número de matrícula*. Alfenas, 2014a. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/sites/default/files/Evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20n%C3%BAmero%20de%20matr%C3%ADculas.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis. *Memorando 110/2016/PRACE (resposta às sugestões, reivindicações e críticas coletadas na autoavaliação institucional)*. Alfenas, 2016a. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/cpa/system/files/imce/Devolutivas/2015/Devolutivas%20PRACE.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

_____. *Relatório de Gestão do Exercício de 2015*. Alfenas, 2016b. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/auditoria/files/file/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202015.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

_____. *Comissão Interna de Supervisão: descrição dos cargos PCCTAE*. Alfenas, 2017b. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/cis/descricaocargos>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. *UFABC em números*. Santo André, 2017. Disponível em: <<http://propladi.ufabc.edu.br/informacoes/ufabc-em-numeros>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas. Edital n. 001/2016. Dispõe sobre Processo de Inscrição e Renovação nos Programas de Bolsa e Auxílios Socioeconômicos, aos Estudantes da Graduação, referente ao ano letivo de 2016, estabelecido pelas políticas de Assistência Estudantil. Santo André, 2016. Disponível em: <<http://proap.ufabc.edu.br/editais/bolsas-socioeconomicas/editais-001-2016-e-002-2016-bolsa-auxilios>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

_____. Resolução CONSUNI n. 88, de 7 de maio de 2012. Normatiza os programas de apoio ao estudante de graduação da UFABC. *Boletim de Serviço*, Santo André, n. 216, p. 6-14, maio 2012. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicare/boletimdeservico/boletim_servico_ufabc_216.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2017.

_____. *Resolução ConsUni nº 59 - 17/03/2011*. Institui os Programas de Apoio ao Estudante de Graduação da Universidade Federal do ABC (UFABC), estabelecendo seu regulamento e funcionamento. *Boletim de Serviço*, Santo André, n. 157, p. 8-14, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consuni/resolucoes/resolucao-consuni-no-59-17032011-resolve-instituir-os-programas-de-apoio-ao-estudante-de-graduacao-da-universidade-federal-do-abc-ufabc-estabelecendo-seu-regulamento-e-funcionamento->>. Acesso em: 3 abr. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. *Histórico*. Uberaba, [2017]. Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/historico>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

VASCONCELOS, Ana Maria de. *A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas*. São Paulo: Cortez, 2015.

APÉNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM AS ASSISTENTES SOCIAIS DAS IFES

Parte 1 – DADOS SOBRE O PARTICIPANTE DA PESQUISA

1. Nome:
2. Idade:
3. Há quanto tempo exercendo a profissão?
4. Há quanto tempo atua na Assistência Estudantil? Qual é sua carga horária de trabalho semanal?
5. Há quanto tempo a sua instituição possui ações na Área de Assistência Estudantil?
6. Qual o ano de conclusão da sua graduação? Você possui outros títulos (especialização, mestrado ou doutorado)?
7. Durante a formação na graduação obteve conhecimentos sobre o espaço sociocupacional do assistente social na Educação Superior?

Parte 2 – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO

1. Na sua percepção, o que é o trabalho do Serviço Social na Assistência Estudantil?
2. Quais são as principais atividades profissionais?

3. O que você considera que é peculiar ao Serviço Social na Assistência Estudantil?
4. O Serviço Social possui um plano de trabalho? Este plano faz menção ao projeto de educação que a categoria almeja?
5. Quais são os referenciais teóricos que norteiam o trabalho?
6. Quais atividades considera que o Serviço Social tem potencialidades para desenvolver?
7. Como você observa a efetivação do Projeto Ético Político da profissão em seu cotidiano?
8. Como você analisa a dimensão educativa do Serviço Social na Assistência Estudantil?
9. Você considera adequadas as condições éticas e técnicas para realização do trabalho?
10. Qual a sua análise sobre a expansão da educação superior? Qual é sua percepção sobre o nosso trabalho como integrantes deste processo (Que lugar o Serviço Social ocupa? O que queremos?)

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____
 DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____. IDADE _____
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()
 ENDEREÇO: _____ BAIRRO: _____
 CIDADE: _____ ESTADO: _____
 CEP: _____ FONE: _____

Eu _____
 declaro para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**. O projeto de pesquisa será conduzido por **Anayara Raissa Pereira de Souza** do Programa de Pós-Graduação em **Serviço Social**, orientado pela **Profª. Drª. Adriana Giaqueto Jacinto**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/Campus de Franca/SP. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Dissertação de Mestrado, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. A proposta de pesquisa tematiza sobre "*O trabalho profissional do Assistente Social no Programa de Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino*". Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

_____, de _____ de 2017.

Assinatura do participante

Anayara R P Souza

(assinatura) Pesquisador Responsável

Nome: Anayara Raissa Pereira de Souza

Endereço: Rua Major Joaquim Bernardes, 195 Bairro Aparecida – Poços de Caldas/MG –

Cep: 37701 454 - Tel: 35 991027054

E-mail: anayarasouza@gmail.com

Adriana Giaqueto

(assinatura) Orientador

Profª. Drª. Adriana Giaqueto Jacinto

Endereço: Rua Josepha Cano Vergara Pereira, 531. Parque D. Pedro. Franca/SP.

Tel: 16- 37274706

Email: drigiaqueto@gmail.com

ANEXO

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTE

Pesquisador: ANAYARA RAISSA PEREIRA DE SOUZA

Área Temática: Serviço Social

Versão: 2

CAAE: 64579817.0.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.989.728

Apresentação do Projeto:

O projeto foi apresentado de forma clara e concisa. Todos os elementos necessários para sua adequada compreensão estão presentes e as resoluções relacionadas às pesquisas com seres humanos foram consultadas, o que se evidencia pelo correto preenchimento dos campos da Plataforma Brasil.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo principal da pesquisa foi bem explicitado: "-Investigar o trabalho dos assistentes sociais que atuam na Assistência Estudantil das universidades federais". Para tanto serão consultados assistentes sociais de quatro IES Federais. Os objetivos secundários, muito bem amarrados com o principal, enriquecem a proposta de pesquisa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Quanto aos benefícios sugeridos para o término da pesquisa, indica-se a contribuição da mesma para o conhecimento e a ampliação dos referenciais teóricos sobre o tema. Quanto aos riscos, afirma-se que os mesmos serão mínimos por dois motivos: a pesquisa será supervisionada e a autora estaria ciente sobre o teor da Resolução CNS 510 de 07 de abril de 2016. Contudo, não se conjectura sobre quais riscos esta pesquisa poderia promover junto aos depoentes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante e está muito bem fundamentada. Suas contribuições à atividade do assistente social que atua junto à assistência estudantil poderão ser destacadas. Além disso.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram apresentados e corretamente preenchidos.

Recomendações:

A autora está ciente sobre o que dispõe a Resolução CNS 510. Isto está claro pelo próprio preenchimento da Plataforma Brasil. Assim, esta relatoria acredita que os sujeitos da pesquisa estarão suficientemente amparados e protegidos. Mas, para fins de metodologia da pesquisa com seres humanos, salienta-se a importância da conjectura dos eventuais riscos da pesquisa. Tal preparo não apenas protege melhor o depoente, como também enriquece a pesquisa de campo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclui-se pela aprovação do presente projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

O colegiado acata o parecer do relatório

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Auto r	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_853344.pdf	07/03/2017 15:40:01		Aceito
Folha de Rosto	folhaderostocorrigida.pdf	07/03/2017 15:36:56	ANAYARA RAISSA PEREIRA DE SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Roteirocomite.pdf	08/02/2017 20:49:38	ANAYARA RAISSA PEREIRA DE SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetocomite.pdf	08/02/2017 20:47:17	ANAYARA RAISSA PEREIRA DE SOUZA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	unifal.pdf	08/02/2017 19:18:11	ANAYARA RAISSA PEREIRA DE SOUZA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	uftm.PDF	08/02/2017 19:17:47	ANAYARA RAISSA PEREIRA DE SOUZA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	ufabc.pdf	08/02/2017 19:17:29	ANAYARA RAISSA PEREIRA DE SOUZA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	ufv.jpg	08/02/2017 19:17:05	ANAYARA RAISSA PEREIRA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimento.pdf	08/02/2017 19:13:39	ANAYARA RAISSA PEREIRA DE SOUZA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 29 de Março de 2017

**Assinado por:
Helen Barbosa Raiz Engler
(Coordenador)**

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro
Bairro: Jd. Antonio Petraglia CEP: 14.409-160
UF: SP Município: Franca
Telefone: (16) 37068723 Fax (16) 37068724 E-mail: comiteetica@franca.unesp.br